



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**  
**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**JOSÉ BENTO CORREIA CARDOSO**

**A política como serviço ao outro.**

**Reflexões sobre a Unidade Letiva 1 do Ensino Secundário -  
Política, Ética e Religião, d o programa de Educação Moral e  
Religiosa Católica**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada  
sob orientação de:**

**Professor Doutor Sérgio Ribeiro Pinto**  
**Mestre Juan Francisco Garcia Ambrosio**

**Lisboa**  
**2022**

## Índice

<b>Índice</b> .....	2
<b>Agradecimentos</b> .....	4
<b>Siglário</b> .....	5
<b>Resumo</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	9
<b>1. A acção pedagógica do professor estagiário</b> .....	11
1.1. Caraterização da Escola.....	12
1.2. Caracterização da turma.....	17
1.3. A Unidade Letiva 1 “Política, Ética e Religião”.....	18
1.3.1. Análise da Unidade Letiva 1 “Política, Ética e Religião”.....	18
1.3.2. A relevância pedagógica.....	20
1.3.3. A prática letiva.....	24
1.3.4. Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem e procedimentos de avaliação.....	27
1.3.5. As planificações e os relatórios da prática lectiva.....	31
<b>2.A religião como campo para discernir situações de injustiça e exclusão social</b> .....	60
2.1.A secularização.....	61
2.2.A globalização e a Doutrina Social da Igreja.....	68
2.3. Os princípios da Doutrina Social da Igreja. Propostas de orientação política para um mundo globalizado e secularizado.....	75

2.3.1. A dignidade da pessoa humana.....	81
2.3.2.O princípio do bem comum.....	82
2.3.3.O princípio da subsidiariedade.....	83
2.3.4.O princípio da participação.....	84
2.3.5.O Destino Universal dos Bens.....	86
2.3.6.O princípio da solidariedade.....	86
<b>3. A missão da Igreja e a política.....</b>	<b>89</b>
<b>3.1.O Evangelho, o Reino de Deus e a sua vocação pública.....</b>	<b>90</b>
<b>3.2. A missão da Igreja e a opção fundamental pelos pobres.....</b>	<b>94</b>
3.2.1. João XXIII e o Vaticano II.....	95
3.2.2. O Papa Paulo VI.....	97
3.2.3.A influência dos encontros sul americanos nos últimos 50 anos da DSI.....	98
3.2.4.O contributo do Papa Francisco.....	10
	2
<b>4. A EMRC e a expressão política na escola – Proposta Pedagógica.....</b>	<b>11</b>
	2
<b>4.1. O Voluntariado.....</b>	<b>11</b>
	4
<b>4.2. Elaborando o projecto de voluntariado.....</b>	<b>11</b>
	7
<b>Conclusão.....</b>	<b>11</b>
	9
<b>Bibliografia.....</b>	<b>12</b>
.	3

## **Agradecimentos**

Aos docentes e colegas pelo modo como me ajudaram neste processo de aprendizagem, pela amizade que daqui nasceu.

Aos meus filhos (João, Ana e Martim que surgiu na minha vida durante este processo), à minha esposa Maria do Carmo o meu profundo agradecimento por me acompanharem e por terem acreditado em mim e me terem dado força durante esta caminhada. Revelaram um amor muito grande!

## **Siglário**

AGML – Agrupamento de Escolas Monte da Lua

CA – Carta Encíclica *Centesimus annus*

CDSI – Compêndio de Doutrina Social da Igreja

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

CVi – Exortação Apostólica *Christus vivit*

CIC – Catecismo da Igreja Católica

CV – Carta Encíclica *Caritas in veritate*

DSI – Doutrina Social da Igreja

EA – Exortação Apostólica *Ecclesia in America*

EG – Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

EMR – Educação Moral e Religiosa

FT – Carta Encíclica *Fratelli Tutti*

GS – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

LG – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*

LS – Carta Encíclica *Laudato Si*

MM – Carta Encíclica *Mater et Magistra*

ONG'S – Organizações Não Governamentais

PASEO – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

PES – Prática de Ensino Supervisionada

PP – Carta Encíclica *Populorum progressio*

PT – Carta Encíclica *Pacem in terris*

QA – Carta Encíclica *Quadragesimo anno*

QA<sub>m</sub> – Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia

RFPEs – Relatório Final de Prática de Ensino Supervisionada

SRS – Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis*

UL – Unidade Letiva

## **Resumo**

No presente Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada averigua-se a hipótese da política como caminho pedagógico e didático rico e favorável à disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), no âmbito de uma mediação cultural e mistagógica do cristianismo, potencializando um diálogo entre política e religião. Em contexto escolar os conteúdos da fé não subsistem por si como verdades alternativas ou concordantes com as restantes áreas do saber. Torna-se, por isso, necessário criar então uma via que seja eficaz para esta transmissão. A relação entre política e religião, nomeadamente nas propostas que a Doutrina Social da Igreja, surge como uma possível via de trabalhar a dimensão religiosa no contexto escolar, mais concretamente, nos itinerários formativos de EMRC. Tendo isto presente é importante refletir no papel da política e da religião neste processo de transmissão religiosa e cultural. As religiões podem surgir como espaços onde as questões mais profundas do Homem são consideradas e onde se busca uma resposta. É na busca dessa resposta, que a política desempenha um papel fundamental. A política, como a religião, estimula e desafia a totalidade do ser humano. Política e religião aparecem ligadas entre si, como se fossem parentes, já que procuram o mesmo fim: o Bem Comum. Nesta ligação, a religião apresenta propostas que podem e devem influir na política. A disciplina de EMRC pode ver na atividade política uma preciosa ajuda, tanto na sua capacidade de ser símbolo, na sua capacidade de transmitir a fé, como também na sua capacidade de interpelar e por questões no interior do coração humano para assim os encaminhar num itinerário de fé. A reflexão sobre a relação entre a política e a religião deve de ajudar a disciplina nesta missão de inquietar e pôr o Homem a caminho.

## **Palavras-chave:**

A missão da Igreja; opção fundamental pelos pobres; Pessoa; EMRC; Estágio curricular; Política; Religião; Cultura; Educação; Secularização; Globalização e Transcendência.

## **Abstract**

In this Final Report of the Supervised Teaching Practice, the hypothesis of politics as a rich and favorable pedagogical and didactic path to the discipline of Catholic Moral and Religious Education (EMRC) is investigated, within the scope of a cultural and mystagogical mediation of Christianity, enhancing a dialogue between politics and religion. In a school context, the contents of faith do not exist by themselves as alternative truths or in agreement with other areas of knowledge. It is therefore necessary to create an effective way for this transmission. The relationship between politics and religion, namely in the proposals made by the Social Doctrine of the Church, appears as a possible way of working the religious dimension in the school context, more specifically, in the training itineraries of EMRC. Bearing this in mind, it is important to reflect on the role of politics and religion in this process of religious and cultural transmission. Religions can emerge as spaces where the deepest questions of Man are considered and where an answer is sought. It is in the search for this answer that politics plays a fundamental role. Politics, like religion, stimulates and challenges the totality of the human being. Politics and religion appear linked together, as if they were relatives, since they seek the same end: the Common Good. In this connection, religion presents proposals that can and should influence politics. The discipline of EMRC can see in political activity a precious help, both in its ability to be a symbol, in its ability to transmit the faith, as well as in its ability to question and question the interior of the human heart in order to guide them on an itinerary of faith. Reflection on the relationship between politics and religion should help discipline in this mission of disturbing and putting Man on his way.

## **Keywords:**

The mission of the Church; fundamental option for the poor; People; EMRC; Curricular stage; Policy; Religion; Culture; Education; Secularization; Globalization and Transcendence.

## **Introdução**

O Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada (RFPES) aqui apresentado é realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, na sua área de especialização em Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC). O presente estudo partirá da reflexão sobre a forma de acordar os jovens desta turma para uma participação ativa na vida comunitária tão urgente e tão necessário ao mundo contemporâneo, como ajudá-los a evitar um indiferentismo apático, com o qual contam os políticos de índole materialista e finalística para levar por diante as suas políticas tecnicistas e como envolver os alunos numa participação mais ativa na defesa das suas ideias e no contributo para a construção do bem comum hoje, e para tal utilizaremos a primeira unidade letiva do programa de EMRC do Ensino Secundário – A Política, Ética e Religião, tendo por base a prática letiva na Escola Básica D. Fernando II, em Sintra, por ter sido o alvo de prática supervisionada para o qual concorre este Relatório. O nosso estudo será desenvolvido em torno da conceção do que deve ser a atuação política do jovem hoje em dia a partir da proposta apresentada pela Doutrina Social da Igreja, em três capítulos em que destacaremos que a ação política também se pode encontrar na escola, no contexto da disciplina de EMRC, e na sociedade/cultura, procurando aprofundar e demonstrar os modos e os meios pelos quais a política pode servir como mediação para atingir o Bem Comum no contexto da disciplina. Através desta Unidade Letiva, os alunos poderão aperceber-se da forma como o exercício da cidadania pode e deve ser exercido, independentemente da idade, para defender os direitos humanos e o bem comum respondendo à seguinte questão: de que forma a disciplina de EMRC pode dar um contributo para a futura participação cívica dos alunos em chave cristã, tendo como horizonte a caridade. Assim, num primeiro capítulo apresentaremos e analisaremos a experiência da PES, centrando-nos mais na dimensão pedagógica da experiência. Depois de apresentado o contexto geral da escola e da turma em que lecionámos durante a PES, passaremos a abordar a Unidade Letiva (UL) 1 – Política, Ética e Religião, tendo em conta a importância desta UL e o seu interesse pedagógico para demonstrar o seu contributo imprescindível para o currículo dos alunos. A terminar esta parte, explicita-se o processo de gestão e as estratégias usadas nas aulas como forma de tornar patente o contributo que esta UL dá para que os alunos adquiram as competências apontadas pelo Perfil do Aluno do Século XXI.

«Estas “competências são combinações complexas de conhecimentos, capacidades e atitudes que permitem uma efetiva ação humana em contextos diversificados. (...) As competências são determinantes no perfil dos alunos, numa perspetiva de construção coletiva que lhes permitirá apropriarem-se

da vida, nas dimensões do belo, da verdade, do bem, do justo e do sustentável, no final de 12 anos de 10 escolaridade obrigatória».<sup>1</sup>

Neste sentido, a EMRC pode ajudar a que cada aluno cresça e desenvolva todas as dimensões de pessoa de forma harmoniosa e na sua plenitude, contribuindo com desenvolvimento e aprofundamento da dimensão religiosa da pessoa e da sua participação ativa na vida da sociedade. Num segundo capítulo evidenciaremos dois aspetos que caracterizam as sociedades ocidentais atuais: a secularização e a globalização. Depois procuraremos traduzir para o mundo atual os princípios que a Doutrina Social da Igreja propõe como fundamento para o agir humano na sociedade que nos rodeia. Faremos uma reflexão sobre a importância de sabermos em que meio nos movemos e qual é a base das propostas apresentadas pela disciplina de EMRC, verificando esses fenómenos que caracterizam o mundo que nos rodeia e quais são as propostas, os caminhos que a Igreja nos propõe a que coloquemos em prática. Faremos, para o efeito, um caminho que nos levará a entender os fenómenos da secularização e da globalização e como a Doutrina Social da Igreja os entende concluindo este capítulo com as propostas que a DSI nos apresenta para este mundo secularizado e globalizado em que nos encontramos. No terceiro capítulo abordaremos a relação que se pode estabelecer entre a missão da Igreja e a política e a sua utilização como instrumento pedagógico para a dinâmica da disciplina de EMRC, em que é importante discernir qual é a opção fundamental da Igreja – os pobres – e como ela se foi construindo no seio da Igreja. É importante descobrir que o ser humano se pode realizar de muitas formas, tendo ao seu dispor capacidades infinitas para se tornar útil para todos, colaborando na construção do Bem Comum e descobrir na prática cristã o seu essencial: amar o próximo sem esperar nada em troca, fazendo o bem sem olhar a quem. A partir da perspectiva antes referida, propomos um itinerário didático, procurando – na temática da UL1 Política, Ética e Religião – sensibilizar os alunos a refletirem sobre o mundo que os envolve, levando-os a transmitir as suas emoções, desejos e ideias através de atividades que envolvam a experiência social e comunitária. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é, essencialmente, a da investigação bibliográfica e do método hermenêutico, procurando assim interpretar a arte numa perspectiva religiosa e educacional, pautada pela visão cristã e com outras áreas do saber. Através da experiência feita ao nível da PES e do uso destes dois métodos, procurou-se verificar as possibilidades e os limites da arte como caminho pedagógico e didático para a lecionação de EMRC.

---

<sup>1</sup> Guilherme Martins et al., «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.», Perfil dos alunos, 2017, 12, acessado a 2 de janeiro de 2022, [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf).

## 1. A ação pedagógica do professor estagiário.

É importante debruçar-nos sobre a questão da relação da política com a religião devido à mesma surgir de forma premente no quotidiano da nossa vida e ser um tema que é atual na sociedade que nos rodeia e que levanta muitas questões a serem debatidas em sala de aula. O Papa Francisco, após o expressar em muitas ocasiões, refere na sua carta encíclica *Fratelli Tutti* que o cristão deve envolver-se na política, já que a política é uma das formas mais elevadas da caridade, visto que comunga com ela a procura do Bem Comum (FT154). A partir desta afirmação desenvolve uma série de propostas a seguir pelos crentes e por todas as pessoas que queiram colocar em prática as suas propostas.

O assunto central deste Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionado é a forma como a Igreja vê a política na sociedade actual e, a partir dessa visão, faz uma proposta de acção. É a partir dessa proposta que as aulas de Educação Moral e Religiosa Católica se devem preparar e desenvolver. É importante perceber o que o programa de EMRC propõe para este tema e os alunos com os quais trabalhei durante a Prática de Ensino Supervisionado; o mesmo se deve ter em atenção no futuro como docentes da disciplina de EMRC.

A questão que me surgiu durante o estágio foi a seguinte: “Como conseguir falar e interessar os alunos pelo tema da política e da religião e como posso transmitir as ideias, os conteúdos programáticos aos alunos que tenho à minha frente”?

Para ir ao encontro desta questão é importante situarmo-nos no espaço e no tempo em que estes alunos vivem. O horizonte religioso tem mudado de forma célere ao longo dos anos. Se há uns anos a questão religiosa fazia parte do quotidiano da sociedade e de cada família, hoje tornou-se quase uma questão secundária. Apesar de vivermos num país em que a tradição judaico-cristã ainda está bastante presente, é também verdade que com as descobertas científicas, tanto a nível da ciência como da medicina, o desinteresse da sociedade pela questão religiosa tem levado a um afastamento do religioso e do espiritual do próprio horizonte social.<sup>2</sup> De facto, a questão científica, apesar de não se opor à questão religiosa, teve a necessidade de se enfatizar, e por causa disso, o paradigma da oposição entre ciência e religião ganhou um peso imenso a nível social. Esta questão esteve presente algumas vezes dentro da própria aula.

Além do conhecimento pessoal dos alunos e da turma com quem se trabalha é importante conhecer o espaço que nos rodeia a todos, isto é, o espaço físico da escola. Neste capítulo, fiz

---

<sup>2</sup> José Coutinho, *Religião em Portugal. Análise sociológica*. (Lisboa: ICS, 2020).

uma leitura da realidade que rodeia os alunos com quais trabalhei durante a PES e, a partir da leitura e estudo do programa, tornar legível os conteúdos programáticos para os discentes.

### **1.1. Caracterização da Escola**

A Escola Básica D. Fernando II começou a funcionar em 1968, num antigo edifício inaugurado em 1924, o então Casino de Sintra, atual edifício do Museu de Arte Moderna de Sintra com turmas de 5.º e de 6.º anos, mudando-se em 1983 para as atuais instalações. Em 1988 começou a receber alunos do 7º ano, em 1991 alargou-se ao 8º ano de escolaridade e, em 1992, generalizou-se o 3º ciclo, passando a haver também turmas do 9º ano. Nos últimos anos, face à dificuldade da escola sede do agrupamento ter salas suficientes para todas as turmas do ensino secundário, a Escola Básica D. Fernando II tem recebido algumas turmas do 10.º ano de escolaridade.

A escola situa-se num amplo espaço verde arborizado onde se destaca um trilho ecológico sendo constituída por dois edifícios de dois andares cada, um pavilhão gimnodesportivo (construído em 2002), dois campos de jogos, balneários, uma sala/bar de alunos (construída em 2005) e as referidas salas pré-fabricadas.

A localização da mesma pode-se considerar interessante e trata-se de uma escola segura. No entanto, há a referir que face à idade e à pouca manutenção dos edifícios estes se encontram bastante degradados e é possível fazer uma comparação entre este espaço e o espaço do Tribunal de Sintra que é visível do espaço da mesma: dum lado um edifício antiquado e a necessitar duma intervenção urgente para melhoria dos espaços os alunos, funcionários e professores permanecerem e do outro um edifício moderno e monumental. O edifício escolar apresenta péssimas condições físicas, notando-se a antiguidade dos edifícios e a falta de manutenção. Contudo, são espaços limpos e arejados em que já se nota que os materiais estão em fim de vida e sendo necessário uma grande remodelação dos mesmos.

No inverno e em dias chuvosos não há espaços cobertos suficientes que permitam o convívio dos alunos entre si. Quando é necessário a sala de refeitório serve de espaço de lazer para os estudantes e demais pessoal da escola

As salas de aula, do mesmo modo que a parte exterior da escola, estão obsoletas embora tenham um computador e um projetor multimédia, permitindo que cada professor possa

utilizar estes meios de transmissão de conhecimentos tornando o ensino «mais interessante e eficaz do que algumas palavras escritas no quadro».<sup>3</sup>

A biblioteca da escola, projeto recente no seu molde atual, com grandes dimensões (correspondente ao tamanho de três salas de aula) e com um espaço acolhedor para os alunos chamou-me a atenção, pois é uma zona interessante e única que foi renovada recentemente, o que permite uma boa organização e é acessível a toda a comunidade escolar já que é frequentemente aproveitada, pelas várias disciplinas, como foi possível verificar *in loco*, para desenvolverem projetos de pesquisa e trabalho cooperativo e individual por parte dos alunos.

A disciplina de EMRC tem um local próprio para a lecionação da mesma. É composto por duas salas unidas por uma passagem central sem porta, onde, de um lado, está a sala de aula com cadeiras em forma de “U” e, do outro lado, um espaço com algumas secretárias e cadeiras unidas em forma de “O”. Apesar da sua visível degradação, saliente no chão que está praticamente descolado e que dá um mau aspeto, este espaço é interessante, porque permite focar a identidade da disciplina, diferente das restantes e desenvolver um trabalho mais concentrado na sua identidade – é possível encontrar trabalhos de outras turmas e de anos anteriores. Serve como ponto comum de encontro de todos os alunos de EMRC e, com este intuito, poderá ser organizado e decorado (com cartazes de EMRC, trabalhos dos alunos na disciplina, materiais de apoio, entre outros elementos) de modo que se crie um ambiente confortável e aconchegante para os alunos.

A inserção geofísica e cultural do Agrupamento de Escolas Monte da Lua, num território enraizado entre a serra de Sintra e o litoral costeiro atlântico, permite usufruir de uma ambiência única em termos paisagísticos e culturais que se traduz na ampla diversidade de cenários naturais e humanizados, na riqueza inestimável do património histórico-arquitetónico e num ambiente microclimático muito específico. Este cenário privilegiado outorga oportunidades de vivência e de construção de valores éticos e estéticos universais com visitas aos monumentos e espaços verdes, proporcionando a construção de roteiros e trabalhos por parte dos alunos e dos docentes.

Serve a população da União das Freguesias de Sintra e da freguesia de Colares. No entanto, a área de influência do AGML extravasa os limites das freguesias onde se insere e, particularmente no ensino secundário, integra alunos de territórios vizinhos como a União de Freguesias de Algueirão-Mem Martins, de São João das Lampas e Terrugem, e de Pero Pinheiro, Montelavar e Almargem do Bispo.

---

<sup>3</sup> Richard Arends, *Aprender a ensinar* (Lisboa: McGrawHill, 2008), 19.

No ano letivo em que realizei o estágio, a Escola Básica D. Fernando II desenvolve a sua tarefa educativa desde o 2.º Ciclo até ao Ensino Secundário (10.º Ano de escolaridade), tendo 733 alunos (187 do 2.º Ciclo, 375 do 3.º Ciclo e 171 do 10.º Ano de escolaridade), 85 docentes e 24 assistentes operacionais.<sup>4</sup>

Ancorado no seu projeto educativo,<sup>5</sup> o AGML pretende constituir-se como uma escola que, apelando ao melhor de cada um, oferece oportunidades de viver relações e situações em que as pessoas se valorizam a si e aos outros, experimentando, todos os dias, a autonomia, a solidariedade, o desafio, o afeto, a alegria de conviver e de aprender. O AGML é norteado por um paradigma educativo em que os fatores individuais e familiares, a origem social e as experiências de vida não são fatalismo, em que o tempo é singular, em que prevalece a aprendizagem e não a classificação, em que o saber se pretende global e não fragmentado. Esta visão educativa, que se pretende social e ecologicamente sustentável, é guiada pela ideia de que é possível transformar o Mundo. A escola é um espaço de construção de presentes que se deseja, sejam para todos, e de qualidade, mas com os olhos postos no futuro. Assim, o AGML procura inspirar e promover a construção de projetos de vida justos, inclusivos e geradores de bem-estar individual e coletivo.

A ação educativa deve responder às necessidades resultantes da vida social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho. (...) a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.<sup>6</sup>

A partir do mesmo texto é possível inferir que o AGML pretende ter a missão de criar as condições que contribuam para o desenvolvimento de um perfil de competências ajustado, tendo em conta as singularidades e os talentos, de acordo com o conjunto de princípios e valores que presidem à sua ação e através de estratégias educativas desafiadoras, ousadas e sustentadas. A ação educativa deve projetar-se no território local, contribuindo para o seu

---

4 Números retirados da página oficial do Agrupamento de Escolas Monte da Lua em 19/01/2021.

<sup>5</sup> Agrupamento de Escolas Monte da Lua, «Projeto Educativo», Projeto Educativo, acessido 2 de janeiro de 2022, [https://agml-](https://agml-my.sharepoint.com/personal/site_agml_agml_pt/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023%2F2020%2D2023%20PEA%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023&ga=1)

[my.sharepoint.com/personal/site\\_agml\\_agml\\_pt/\\_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023%2F2020%2D2023%20PEA%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023&ga=1](https://agml-my.sharepoint.com/personal/site_agml_agml_pt/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023%2F2020%2D2023%20PEA%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023&ga=1).

<sup>6</sup> «Lei de Bases do sistema Educativo», acessido 2 de janeiro de 2022, <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>.

desenvolvimento, mas também a nível nacional e internacional, influenciando e deixando-se influenciar por esses diversos contextos e dando cumprimento à visão universalista subjacente ao seu território de inserção. O AGML pretende ser uma organização inteligente, no sentido de facilitar a aprendizagem a todos os seus membros e de se transformar continuamente, um espaço de pertença, no qual todos, sem exceção, assumam a responsabilidade de se desenvolver e de construir conhecimento. Para os alunos, através da diversidade da oferta educativa e da oportunidade de descoberta de áreas de competência e de projetos de vida. Para os profissionais, docentes e não docentes, através de práticas articuladas e solidárias da função educadora que permitam o seu desenvolvimento e o reconhecimento da comunidade educativa. Para as famílias, através da confiança e do envolvimento numa verdadeira parceria educativa, que confira consistência às decisões tomadas na educação dos mais jovens. A escola assume então a missão de se abrir e envolver famílias, vizinhos, parceiros, de influenciar e ser influenciada, projetando-se no território e ambicionando o seu desenvolvimento sustentável, de respeitar os seus compromissos e de aprender numa lógica de reconhecimento da complexidade, de reflexão contínua e de pensamento sistémico.

A escola procura garantir o desenvolvimento da dimensão académica dos alunos, promover, animar e estimular uma educação integral assente em princípios como: o bem que se dá gratuitamente; a sabedoria, que ilumina a ciência; o amor vivido na liberdade; a comunhão, que torna possível a vida.

Ao considerar a tarefa da educação como um processo dinâmico que envolve a pessoa toda, a Escola D. Fernando II procura garantir o desenvolvimento da dimensão académica dos alunos, bem como promover animar e estimular uma educação integral assente em princípios, tais como: integração, inovação, sustentabilidade, inclusão. E nos seguintes valores: confiança, colaboração, compromisso e excelência.

A escola rege-se pelos documentos oficiais do Ministério da Educação e pelo Projeto Educativo em vigor. Procura desenvolver a sua missão formativa e educativa nos diversos contextos sociais e culturais envolventes, como consta no seu Projeto Educativo, através da abertura e integração da comunidade na vida da escola.

Carateriza-se por ter um corpo docente estável, que desempenha as suas funções com profissionalismo e rigor. Tem uma comunidade educativa empenhada, participativa e cooperante, sendo de destacar o papel dos pais e Encarregados de Educação que estão bastante integrados na vida da escola.

Além do Currículo oficial apresenta, ainda, uma panóplia de ofertas facultativas; tem vários clubes e projetos: trilho à descoberta da natureza, clube de artes, clube do ambiente, escolas promotoras da saúde e grupo de voluntariado e de intervenção social.

Dadas as suas ofertas educativas, percebe-se que o AGML tenha em conta o estabelecido na Portaria n.º 59/2014: «A autonomia pedagógica e organizativa constitui-se como direito conferido às escolas de poderem tomar as suas próprias decisões no domínio da oferta formativa da gestão de currículos, dos programas e atividade educativa, da avaliação, orientação e acompanhamento dos alunos, constituição de turmas, gestão de espaço, dos tempos escolares e do seu pessoal».

A autonomia do Agrupamento concretiza-se sobretudo no Projeto Educativo, documentos que tem em conta a normativa educativa emanada do estado português.

Do que me é dado perceber, há uma organização bem articulada e os líderes intermédios (Coordenadores de Ciclo, Coordenadores de Departamento e Diretores de Turma) desempenham um papel importante, interagindo e coordenando-se entre si.

Esta dinâmica é certamente facilitada por se tratar de um agrupamento de grande dimensão e com um corpo docente estável, mas não podemos deixar de reconhecer o papel imprescindível de uma boa liderança, capaz de dinamizar e favorecer o empenho e trabalho conjunto de toda a comunidade educativa, o qual redundará sobretudo no bem dos alunos e na sua educação integral e de qualidade.

O corpo docente da escola demonstra ser acolhedor e a existência duma boa relação interpessoal. Pela observação realizada comprovamos que o corpo docente criou bons laços entre si, partilhando situações relacionados com os alunos, combinando aspetos que terão de resolver em conjunto no âmbito escolar e, também, conversando com descontração e brincadeira, promovendo um ambiente sereno e que contribui para que, mesmo perante as dificuldades que surgem no trabalho educativo, os professores se sintam bem na escola. Concretamente, a professora Margarida Portugal, docente de EMRC nesta escola, criou uma boa relação com os demais colegas da escola, o que fica demonstrado pela forma como contacta com estes nos vários espaços da escola.

Por fim, é possível verificar o trabalho feito pela disciplina de EMRC, nos anos anteriores, na escola. Encontram-se referências a iniciativas promovidas ou em que houve cooperação da disciplina em prol da comunidade escolar: é possível verificar a existência dum quadro em azulejos que faz essa referência, as fotos de encontros e acampamentos de anos anteriores. Apesar de ser uma disciplina facultativa e opcional é perfeitamente notória a relação estreita que existe entre os alunos (quer estejam inscritos ou não na disciplina) e o professor de

EMRC, bem como dos restantes colegas. Existe uma contribuição da disciplina para se atingir os objetivos do Projeto Educativo do AGML, através da sua contribuição (ensino e discussão de ideias de forma justa e respeitosa) para o diálogo entre todas as crenças religiosas presentes na vida escolar e também em relação aqueles que se dizem ateus ou agnósticos.

## 1.2. Caracterização da turma

A turma do estágio foi constituída por oito alunos do 10.º ano de escolaridade, pertencentes a duas turmas K (1 aluno) e N (7 alunos). Sendo 25% (2) do sexo masculino e 75% (6) do feminino, com uma média de idades de quinze anos. A maior parte dos alunos são oriundas de famílias da classe média/ e têm por objetivo prosseguir estudos no ensino superior.

Nenhum dos alunos apresentou retenções em anos anteriores, encontrando-se todos eles no ano letivo correspondente à sua faixa etária.

Os alunos aquando do início das atividades letivas já se conheciam na sua maioria já que ou frequentaram a escola no 9º. Ano de escolaridade ou vêm todos de outra escola do Agrupamento. Os alunos revelam um grande espírito de maturidade, sinais de empatia entre si e com o professor. Na generalidade a turma apresenta um comportamento adequado, com interesse pela escola e pela aquisição de conhecimentos, mostrando-se igualmente muito participativa em sala de aula. De igual modo há um bom relacionamento com o professor.

Apesar dos discentes apresentarem alguma capacidade reflexiva e de aprofundamento dos temas é visível uma grande dificuldade em discutir os temas propostos já que os alunos demonstram uma grande falta de cultura geral e de conceitos base que possibilitam um melhor conhecimento e discussão dos assuntos a debater. Respondem bem aos desafios lançados, nomeadamente a pensar “fora da caixa”, afastando-se, à sua medida e dentro do que permite a sua faixa etária, de “lugares-comuns”, embora perceba que há alguns alunos que sabem dizer aquilo que o professor quer ouvir e que necessitam ser questionados nas suas intervenções.

Na perspetiva defendida por Arends é através do fazer que os alunos adquirem os conhecimentos sendo que «o significado é construído pelos alunos através da experiência». É necessário, pois, envolver ativamente os alunos em «experiências relevantes e tendo oportunidades de dialogar para que os significados possam ser desenvolvidos e construídos» e para que a aprendizagem possa ser um verdadeiro «processo de atribuição de significado às experiências».<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Arends, *Aprender a ensinar*, 12.

É de salientar a atitude que os alunos tiveram de participar numa aula duma disciplina facultativa às 8:15 horas da manhã quando a maioria dos seus colegas ficavam em casa até às 11 horas, por falta de colocação numa outra disciplina que a turma tinha a seguir. Isto demonstra a sua resiliência e a sua vontade de aprender. Outro fator que não foi impeditivo da criação duma boa relação foi a necessidade de termos de passar, no segundo período, a ter aulas por videoconferência devido à pandemia do coronavírus (Covid 19).

Na sua maioria os Encarregados de Educação demonstram interesse e acompanham a vida escolar dos seus filhos, mostrando-se exigentes com a qualidade do ensino. Verifica-se, pois, um elevado intercâmbio e colaboração entre a Escola e as famílias dos alunos. Isto demonstra o envolvimento dos pais no processo ensino-aprendizagem dos seus filhos e o seu interesse numa formação de excelência.

### **1.3. – A Unidade Letiva 1 “Política, Ética e Religião”**

O programa de EMRC apresenta a UL 1 – Política, ética e religião” como um tema a ser abordado no ensino secundário. No presente ano foi dada a seguir à unidade lectiva 6 – Um sentido para a vida. Neste ponto, procurarei realizar uma análise da unidade letiva, a sua relevância pedagógica, como foi a prática letiva e efetuar uma reflexão sobre a minha prática lectiva.

#### **1.3.1. Análise da Unidade Letiva 1 “Política, Ética e Religião”**

É de especial importância e pertinência que o Programa da disciplina de EMRC para o Ensino Secundário contemple uma Unidade Letiva consagrada à “Política, Ética e Religião”, uma vez que esta surge naturalmente em relação com as finalidades da disciplina de EMRC, de modo particular com as seguintes: «Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos; Adquirir uma visão cristã da vida; Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social».<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos* (Lisboa: Gráfica Almondina, 2014), 5.

De facto, as duas primeiras finalidades referidas são transversais a todo o processo de ensino-aprendizagem em EMRC, na medida em que toda a realidade pode ser lida tendo por referência a Boa Nova encarnada por Jesus, conduzindo a uma interpretação da vida ao seu jeito. Conforme afirma João Duque, os «valores da cidadania, da democracia contemporânea, articulados nos direitos humanos, possuem uma génese (...) ligada, concretamente, à visão judaico-cristã do mundo»,<sup>9</sup> pelo que é essencial que os alunos tenham possibilidade de contactar com esta mundivisão, nomeadamente através desta disciplina e desta Unidade Letiva.

No âmbito da terceira finalidade, parece poder enquadrar-se a reflexão realizada em torno da perspectiva do Magistério acerca do fundamento e da finalidade da comunidade política, assim como na sua própria vocação para concretizar os princípios da Doutrina Social da Igreja na sociedade contemporânea. O fundamento religioso da moral cristã irradia da proposta da via da caridade, que deve ser bem visível tanto na participação cívica dos cristãos como no seu desempenho de cargos políticos. Na especificidade da disciplina de EMRC, o currículo programa-se, tendo por base a articulação orgânica de três fatores fundamentais: a sociedade, que tem uma história, instituições, valores dominantes, necessidades próprias e opções económicas, culturais e políticas; os conhecimentos científicos (conteúdos) de toda a ordem, que se transmitem ou se utilizam a partir das disciplinas científicas ligadas ao currículo, das ciências da educação e das diversas áreas da psicologia; o aluno, com as suas características próprias, no estágio de desenvolvimento físico e psicológico em que se encontra, inserido num determinado ambiente sociocultural.

Do ponto de vista da organização e da prática curriculares, a Igreja Católica tem legitimidade e exclusividade, conferida pelo Estado, para orientar o ensino de EMRC, estando-lhe alocada a elaboração e revisão dos programas, a elaboração, edição e divulgação de manuais e de outros instrumentos de trabalho que entenda adequados para concretizar a sua missão nos contextos escolares onde actua. Assim, as matrizes curriculares propostas pela EMRC têm como finalidade:

«a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa».<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> João Duque, «Sobre a educação integral do ser humano», *Pastoral Catequética* 26 (agosto de 2013): 20.

<sup>10</sup> SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*, 11.

Relativamente ao Ensino Secundário – a cujos alunos se dirige a proposta de lecionação subscrita – são especiais desígnios do docente que a disciplina de EMRC: a) Concorra para a construção da identidade do aluno e do seu projeto de vida, inspirado pelo conhecimento dos valores do Evangelho; b) Fomente no aluno o desenvolvimento do espírito crítico e da intervenção na edificação da sociedade; c) Mostre ao aluno o contributo do cristianismo para a edificação da cultura ocidental.<sup>11</sup>

### **1.3.2. A relevância pedagógica**

Embora o docente possa organizar a lecionação das Unidades Letivas, no Ensino Secundário, de acordo com os interesses e aprendizagens anteriores dos alunos, sugere-se-lhe que, nomeadamente, a Unidade Letiva “Ética, Política e Religião” seja enquadrada no 10º ano, na medida em que, em essa altura da sua existência e percursos escolares, os alunos possuem um desenvolvimento intelectual e social que permite serem despertos para as questões da “vida coletiva”. Apesar de numa reflexão realizada com o meu colega de núcleo e a professora cooperante termos achado que esta unidade política seria melhor apresentada aos alunos do 12º. Ano por já estarem numa idade mais próxima da maioridade, considero que é importante que se realize neste ano já que estão numa época da sua vida em que, sendo bem orientados, poderão contribuir enormemente para a sociedade, em geral, e para a dinâmica escolar, em particular.

Sendo a Unidade Letiva a desenvolver dirigida a alunos do 10º ano de escolaridade, tal significava que se deve orientar para alunos que se encontram na adolescência, com cerca de 15/16 anos de idade. De acordo com Piaget, trata-se do estágio das operações concretas, caracterizado pela existência, na pessoa, de um pensamento abstrato e do exercício de raciocínios hipotético-dedutivos.<sup>12</sup> O adolescente, nesta fase, logra afastar-se do real, não carecendo, necessariamente, de se apoiar em factos e podendo, pois, pensar abstratamente e deduzir mentalmente sobre várias hipóteses que se colocam: é capaz de resolver problemas através de enunciados verbais. O adolescente opera sobre o possível e acerca do próprio pensamento. Tais capacidades vão permitir-lhe definir conceitos e valores, estudar filosofia ou geometria descritiva. É só depois de este pensamento formal ter tido o seu início, por volta dos 11 ou 12 anos, que a construção dos sistemas que caracterizam a adolescência se torna

---

<sup>11</sup> SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*, 12–13.

<sup>12</sup> Cristina Carvalho, *Curso Geral de Catequistas - Psicologia* (Lisboa: SNEC, 2004), 29–30.

possível: com efeito, as operações formais fornecem ao pensamento um poder completamente novo que redundava em desligá-lo e libertá-lo do real para lhe permitir construir à sua vontade reflexões e teorias. A inteligência formal marca, assim, o próprio levantar voo do pensamento, e não é de espantar que este use e abuse, para começar, do poder imprevisto que assim lhe é conferido.

Segundo Piaget, esta idade é, ainda, perpassada por um egocentrismo cognitivo, com a crença na onipotência da reflexão, como se o mundo se tivesse de submeter aos sistemas – e não o inverso –, sendo, por consequência, esta, «a idade metafísica por excelência: o eu é bastante forte para reconstruir o universo e bastante grande para o incorporar a si.

Por seu turno, Erik Erikson concebe a idade compreendida entre os 12 e os 18/20 anos como a quinta idade, aquela que se joga no binómio identidade versus difusão/confusão. É neste momento da vida que a pessoa irá adquirir uma identidade psicossocial, compreendendo a sua singularidade e o papel que exerce no mundo. Tal ocorrerá após uma certa experimentação de estatutos e papéis sociais que o adolescente ensaiará com o beneplácito da sociedade, é o tempo da questão do “quem sou eu?”, é o período da mudança em que se vai experimentando vários papéis. Em suma, se a construção da identidade se fará ao longo de uma vida, constitui tarefa específica desta idade, é um período em que se vai procurando resolver o problema da difusão/confusão que muitas vezes caracteriza esta idade.<sup>13</sup>

Contudo, ela forjar-se-á, em não raras ocasiões, após a dificuldade do encontro consigo mesmo, com ignorância daquilo que se quer, com tibieza nas opções. Em sentido diverso, a fidelidade aos investimentos, compromissos e ideais será absoluta.

Neste contexto, a proposta de lecionação, a meu ver, não poderia deixar de entroncar nesta dinâmica de capacidade de conceptualização; de sistematização da realidade; de suporte de ideais e compromissos, a assumir em comunidade. Daí, a definição de conceitos, os trechos selecionados para reflexão, discussão e debate, a exortação ao assumir compromissos na cidade, a problematização do mundo, a procura de respostas para os anseios sociais e de cada um, o compromisso concreto com cada rosto. Era urgente contribuir para que cada um se encontrasse: na sua vocação, na sua área de atividade favorita, na linguagem onde encontrasse maior conforto. Assim, se conceberam aulas nas quais a dramaturgia, a expressão cinematográfica e plástica, a música, a dança, a literatura, a filosofia, a psicologia, a literatura ou a geografia tivessem lugar. Apelou-se tanto a trabalhos onde a dimensão da oralidade fosse predominante, quanto a escrita prevalecesse. Sondaram-se imagens, a boa relação com as tecnologias foi considerada. Visou-se a explanação da intertextualidade em trabalhos

---

<sup>13</sup> Carvalho, *Curso Geral de Catequistas - Psicologia*, 42–43.

individuais – singular contributo no comércio com o mundo, mas também em trabalhos de grupo – capacidade de harmonização, compatibilização, respeito pelo outro e suas ideias, entreatura e mobilização mútua, sem que ninguém ficasse para trás.

Era imperiosa uma proposta pedagógica que contemplasse os diferentes níveis de desenvolvimento – emocional, intelectual, psicológico – em que cada um se encontrasse e, desta sorte, se visou um amplo leque de atividades/propostas – nas quais, ora eram solicitadas respostas mais objetivas, ora a dimensão especulativa ganhava relevo, entrecruzando a diversidade que compõe uma turma.

A Unidade Letiva que está a ser objeto de análise e reflexão surge, portanto, como um manancial de interrogações acerca da vida em sociedade, da existência da comunidade política, do papel a desempenhar pela sociedade civil, salientando-se transversalmente a vocação à cidadania ativa. Esta convocação à participação pode ressoar significativamente em alunos do décimo ano, prestes a atingir a maioridade. Desde logo, porque nesta faixa etária dão muita importância à convivência social, realidade que, de alguma forma, está na base da construção da comunidade política. Estando os alunos em processo de construção da sua identidade, é pertinente abordar a forma como, à luz da Doutrina Social da Igreja, é proposto que a comunidade política tenha como finalidade e fundamento de todo desenvolvimento do ser humano. Ressalvemos, desde já, que «educar para uma socialização verdadeira é uma tarefa complicada e árdua. [...] Será preciso fazer conhecer e amar simultaneamente a sua própria nação e a dos outros».<sup>14</sup> Não basta o jovem sair de si em direção ao pequeno grupo de amigos, é necessário alargar os seus horizontes ao bem comum da sua pátria, em estreita correlação com o de todos os outros países.

A abordagem desta unidade letiva revelou-se também bastante pertinente no âmbito dos tempos em que vivemos, caracterizados por uma visão desiludida relativamente à classe política e ao governo do país, bem como por um elevado grau de abstencionismo nas urnas, o desafio consiste em levar os alunos a percorrerem um caminho em busca da autenticidade da política, de qual deve ser o seu verdadeiro fundamento e finalidade.

De notar como, transversalmente a estas dimensões ávidas de cumprimento, surgem a componente singular e comunitária do ser humano. Juan Ambrosio clarifica a indissolubilidade destas duas componentes da seguinte forma:

«o ser humano só é verdadeiramente livre, quando o é em relação com os outros. O desenvolvimento da própria identidade pessoal e a autoafirmação

---

<sup>14</sup> Jan Kerkhofs, «Perspetivas ou tendências da educação na Europa», *O contributo do ensino religioso para a tarefa educativa escolar na Europa no limiar do 3º. milénio: VIII Fórum Europeu do ensino religioso escolar*, Ensino Religioso Escolar, 2 (1998): 76.

da mesma acontecem sempre no processo de vaivém a partir da interioridade do eu mais pessoal para os outros, e vice-versa».<sup>15</sup>

Assim sendo, a EMRC e a Unidade “Política, Ética e Religião” podem e devem contribuir para o desenvolvimento de pessoas íntegras, ou seja, de pessoas que sejam bons cidadãos e ativos na procura de soluções para os problemas que afligem a sociedade atual.

A Unidade Letiva 1 “Política, Ética e Religião” revela-se bastante significativa para a faixa etária em que se enquadram os alunos, entre os quinze e os dezassete anos. Nesta fase das suas vidas, dão grande prioridade à convivência social com os seus pares e também manifestam já algum descentramento pessoal, voltando o seu olhar para a realidade social, política e económica que os rodeia.

Simultaneamente à lecionação desta UL passamos por uma Campanha Eleitoral para a Presidência da República e respetivo ato eleitoral, um momento de demonstração prática como funciona a realidade política que nos envolve e como forma de participação dos cidadãos na comunidade política.

Consideramos pertinente referir, neste âmbito, algumas das conclusões de Machado Pais relativamente a um inquérito realizado, em 1995, em vários países europeus, que nos esclarece sobre os interesses mais importantes dos jovens:

«os interesses familiares e amicais [... sendo] um dos motivos apontados para este tipo de identificação comunitário [...] o desenvolvimento da vida privada – assente em bases distintas das comunidades tradicionais, ainda que, funcionalmente, equivalentes. Num como noutro caso, as comunidades funcionam quase sempre como um anelo, uma busca incessante de sentido que se descobre e redescobre por alusão a realidades referenciais – solidariedade, memória, comunhão, etc. – que por sua vez cimentam o ‘espírito comunitário».<sup>16</sup>

No fundo, a experiência comunitária desenvolvida pelos jovens em torno da família e dos amigos pode servir de ponte para a experiência cívica, pois assenta já, de alguma forma, nos mesmos fundamentos - a solidariedade, a memória e a comunhão – embora isso suceda de modo mais espontâneo e informal.

A Política é uma realidade inerente à condição humana, pois é uma consequência da natureza social da pessoa. A vocação humana cumpre-se na vida em conjunto, ou seja, na vida em comunidade.

---

<sup>15</sup> Juan Ambrósio, “EMRC e Cidadania”, texto não publicado para uso dos alunos da disciplina de Didática Específica de Educação Moral e Religiosa Católica, Faculdade de Teologia, Lisboa 2019, 7.

<sup>16</sup> José Pais, «Principais traços da sociedade europeia e a situação dos jovens nela», *O contributo do ensino religioso para a tarefa educativa escolar na Europa no limiar do 3º. milénio: VIII Fórum do ensino religioso escolar*, Ensino religioso escolar, 2 (1998): 52.

De facto, «na sociedade do ‘não me comprometas’, é preciso haver quem assuma compromissos, não tendo receio de ser diferente, adotando uma nova cultura baseada nos valores de vida enquanto forma de viver, nos tempos modernos, a palavra de Cristo, defendendo uma atitude positiva, verdadeira, humana e solidária.»<sup>17</sup>

### 1.3.3. A prática lectiva

No que diz respeito à organização dos conteúdos programáticos, de modo geral, procurei seguir as orientações facultadas para esta unidade letiva pelo Programa de EMRC.

Relativamente à abordagem ao conceito de “comunidade política, pessoa, povo” considerei que era mais clarificador para os alunos abordar o fundamento e finalidade da comunidade política, pareceu-me oportuno dar a conhecer as bases da legitimidade da autoridade política, pois, conhecendo-as é possível refletir mais aprofundadamente sobre as questões inerentes ao descrédito por vezes associado à classe política.

Decidi abordar os valores sociais e a Doutrina Social da Igreja antes da missão da Igreja face à vida política e dos deveres do cristão perante a vida política, uma vez que a intervenção da Igreja surge impregnada pelos princípios da Doutrina Social da Igreja, pelo que se considera que, desta maneira, os alunos vão construindo um caminho mental mais consolidado nesse sentido.

Quanto ao referido no último parágrafo, também optei por alterar a ordem proposta pelo Programa, que colocava primeiramente os princípios da Doutrina Social da Igreja e depois os valores sociais. Numa perspetiva de estar ao serviço destes alunos, parece mais evidente ter como ponto de partida a sua mundividência, pelo que foi benéfico começar pelos valores sociais, tendo-se procurado então ver como a Igreja os concretiza através dos princípios da Doutrina Social da Igreja.

Munidos desta riqueza que nos é dada pela Igreja, que nos alerta para a obrigação de todos sem exceção trabalharmos em prol da promoção da dignidade humana, os alunos podem acolher de modo renovado o conceito bíblico do senhorio de Deus, assim como a visão bíblica sobre a autoridade política. Tomou-se a decisão de colocar neste âmbito, além das passagens bíblicas sugeridas, também a relativa a «Dar a César o que é de César e a Deus o que é de

---

<sup>17</sup> Isabel Vilaça e Vitor Carmona, «Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC», *Pastoral Catequética* 5 (2006): 91.

Deus» (Mc12,13-17), pois esta permitiu retomar os conceitos de laicidade e laicismo, já abordados no contexto da relação entre política, ética e religião.

Considerarei importante dar especial destaque aos instrumentos de participação política, uma vez que os alunos atingirão a maioria em breve. Neste sentido, contextualizei historicamente a existência de partidos de direita e de esquerda e promovi a reflexão sobre os respectivos valores. A abordagem sobre as eleições e sobre o referendo visou sensibilizar os alunos para a relevância deste exercício de cidadania. Achei significativo referir, no seio da participação dos cidadãos, a possibilidade de iniciativa legislativa dos cidadãos, pois é um mecanismo em vigor desde 2003. Também foi importante esta unidade letiva ter sido lecionada num período de eleições presidenciais, já que assim poderiam visualizar em tempo real como os cidadãos podem participar ativamente na política, ao serviço aos outros.

Foi dado destaque ao conceito de associativismo, na medida em que é outro dos meios através do qual os cidadãos podem colaborar de forma ativa para a construção de uma melhor comunidade, devendo ter em vista as necessidades que é importante colmatar. Tratou-se de dar a conhecer o valor e o primado da sociedade civil, nomeadamente com a realização de um trabalho acerca de várias Organizações Não Governamentais (ONG'S) e associações.

Apesar do conteúdo “a informação e a democracia” ser bastante pertinente, achei que seria importante colocar o enfoque no que se considera ser o coração da unidade letiva, a saber, a via da caridade na construção da comunidade política e a inerência de uma ética da gratuidade.

Na verdade, os deveres do cristão perante a vida política apontam para a premência de se estar ao serviço do bem comum, alicerçados na verdade e na justiça. Será, portanto, significativa a abordagem dos princípios da Doutrina Social da Igreja, que devem funcionar como propulsores da ação política, culminando na proposta da via da caridade. Todo este percurso será apoiado por documentos do Magistério, nomeadamente a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, a Encíclica *Caritas in Veritate* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, os quais manifestam uma reflexão profunda sobre este desafio e sobre a urgência da sua concretização no mundo de hoje, visando o bem de todos. Também foram referidas as duas encíclicas do Papa Francisco, nomeadamente a última, *Fratelli Tutti*, publicada a 3 de outubro de 2020 que aporta várias questões essenciais para a presente unidade letiva.

No enquadramento atual, em que a política nacional e internacional é sacudida por escândalos, importava associar ao reconhecimento destes problemas o ensejo de superação cristã, enraizado em Cristo (Cl 2, 7), pois, perante a dureza do mundo, muitos jovens tendem a

não alimentar expectativas quanto ao futuro e a circunscrever-se à máxima do *carpe diem*. Contudo, em contracorrente a esta constatação, é preciso sublinhar que

«a tradição cristã, com a sua insistência nas diferentes dimensões da existência, na síntese da pessoa e da comunidade, na importância da paz e da justiça para todas as formas de convívio, continuará a desempenhar um papel importante, mesmo e sobretudo num mundo secularizado».<sup>18</sup>

Tendo como objetivo desinstalar e interpelar os alunos, propôs-se a realização de um trabalho de grupo acerca de políticos católicos de excelência, pois o testemunho de «adultos que tomem a sério o mandamento do amor aos outros, arriscando inclusivamente a sua própria vida, será um estímulo para tantos jovens que deixaram de crer na eficácia das palavras».<sup>19</sup> Tratou-se de alguma forma de corresponder ao apelo lançado por Dom Tomaz: o de proporcionar, através destas aulas de EMRC, «uma formação cultural de cariz humanista, aberta à verdade, que toque as questões da vida e da história [...] e que estimule a construção de um projeto pessoal de vida com sentido».<sup>20</sup> Na verdade, a construção de um projeto de vida com sentido, ou seja, em prol do bem dos outros, implica conduzir os jovens a estabelecer uma hierarquização de valores, pois, como declarava Paul Ricoeur, «na convicção, eu escolho e digo-me: não posso de outra maneira. Tomo posição, tomo partido e assim, reconheço o que é maior que eu [...]. A convicção é a resposta à crise: a hierarquização de preferências a isso me obriga: já não sou um fugitivo ou um espectador desinteressado».<sup>21</sup>

De notar que alguns alunos podem em breve exercer o direito de voto, pelo que é premente orientar para a contemplação da via da caridade e, assim, fortalecer a esperança destes jovens em face das tempestades inerentes a uma sociedade fortemente individualista e relativista. Como indica Jesús García, «o anúncio cristão deverá mostrar como se constrói uma vida com os valores do Evangelho, como se dá significado aos atos».<sup>22</sup>

Em sentido lato, podemos concluir que a lecionação desta unidade permite que os alunos construam ideias sobre a forma como a Igreja refletiu e continua a refletir sobre o papel da política na construção de um mundo melhor, tendo como pilares a justiça, a verdade e a caridade. Visa também implicar os alunos na constatação da importância da participação ativa a nível da cidadania em prol do bem comum, pois é da responsabilidade do professor de EMRC contribuir para o amadurecimento da sua personalidade nos seguintes campos:

---

<sup>18</sup> Kerkhofs, «Perspetivas ou tendências da educação na Europa», 80.

<sup>19</sup> Jesús García, *Horizontes de espiritualidad para los jóvenes en Europa* (Roma: Universidad Pontificia Salesiana, sem data), 8.

<sup>20</sup> Tomás Nunes, «O lugar do ensino religioso escolar no sistema educativo», *Revista Pastoral Catequética*, 2011, 100.

<sup>21</sup> Kerkhofs, «Perspetivas ou tendências da educação na Europa», 87.

<sup>22</sup> García, *Horizontes de espiritualidad para los jóvenes en Europa*, 7.

«amadurecimento cognitivo mediante o desenvolvimento das capacidades intelectuais [...]; amadurecimento da afetividade ajudando-o a autoafirmar-se e a valorizar-se [...]; amadurecimento da liberdade [...] através do desenvolvimento da capacidade de compromisso, de vinculação e de fidelidade»<sup>23</sup>, visando simultaneamente o desenvolvimento harmónico e integral de cada aluno em especial e de todos os alunos em geral.

#### **1.3.4. Reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem e procedimentos de avaliação**

No final de cada aula, procedeu-se à avaliação do processo de ensino-aprendizagem, com a realização de uma reunião, entre a professora cooperante e os dois estagiários. Para a elaboração do relatório de cada uma das aulas, registava, no final de cada aula, a minha avaliação, a avaliação do estagiário Filipe Rodrigues Cristina Marques e a avaliação da professora cooperante. Foi com base nesses registos que depois elaborava as atas.

Considero que foi muito importante ter elaborado uma avaliação no final de cada aula, a fim de conseguir manter viva a memória dos acontecimentos ocorridos na sala de aula e, por outro lado, essa avaliação permitiu-me fazer uma análise do meu desempenho, ver quais os aspetos positivos, e quais aqueles em que ainda teria de melhorar. Para manter um bom desempenho do meu trabalho, é necessário que faça imediatamente uma reflexão desse desempenho e avalie frequentemente a maneira como ensinei, como transmiti os conteúdos, quais as estratégias e metodologias usadas, tendo sempre presente os princípios e valores que orientaram a minha prática letiva. Esta avaliação periódica permitiu-me ao mesmo tempo, analisar a planificação de aula, rever essa mesma planificação e assim, perceber se consegui alcançar as metas a atingir, e ao mesmo tempo melhorar a minha prática letiva.

As temáticas escolhidas seguiram a sequência do Programa, exceto algumas alterações pontuais, as quais permitiram uma boa articulação dos conteúdos, com as estratégias utilizadas. Considero também que as metas e os objetivos para esta unidade foram largamente alcançados. Na preparação desta unidade letiva, preocupei-me que o tema fosse transmitido de uma forma que motivasse os alunos. Mas, acima de tudo, tive a preocupação de que os alunos fossem capazes de interiorizar os conhecimentos transmitidos através da sistematização dos conteúdos transmitidos, sendo essencial para estes momentos o espaço da aula utilizado para a realização da síntese de cada aula. Que não os guardassem apenas na sua memória, mas que os transportassem para a vida quotidiana, para a sua relação com os outros,

---

<sup>23</sup> Abilio García, «Aportación específica de la enseñanza de la religión», *Sinite*, 1998, 134–35.

ou seja, que os vivenciassem. Nesse sentido, procurei escolher as competências que melhor se adequassem aos conteúdos a serem transmitidos. Os alunos mostraram-se sempre muito motivados e participativos na abordagem dos temas, ilustrando as temáticas com exemplos da sua própria experiência pessoal. Tentei adaptar as planificações de modo a torná-las mais sugestivas e motivantes, com estratégias cativantes e diversificadas, para que os alunos não considerassem as aulas excessivamente difíceis e chatas.

Por conseguinte, considero que o meu desempenho foi positivo e enriquecedor, visto ter alcançado os objetivos estabelecidos. Sempre fui assíduo e pontual.

Um dos modelos pedagógicos de aprendizagem que foi mais utilizado ao longo desta Unidade Letiva foi o modelo da aprendizagem cooperativa, que tem como objetivos educacionais: desenvolver competências sociais, desenvolver tolerância e aceitação da diversidade e promover o desempenho escolar.<sup>24</sup> Posso afirmar sem desassombro que os alunos conseguem trabalhar bem em grupo, dialogam sobre as tarefas a realizar em vista dos resultados pretendidos e revelam atitudes de aceitação da diferença. Contudo, na hora de apresentar os trabalhos, os alunos manifestam, de modo geral, dificuldade em aceitar esta responsabilidade e alguma dificuldade em entender conceitos ligados a esta temática.

Voltando à outra característica que associámos a esta faixa etária, um maior interesse acerca de assuntos da atualidade, podemos dar eco à experiência de dois docentes: «muitas vezes, falando com alunos que frequentam a disciplina de EMRC no ensino secundário, são os próprios a afirmar que a aula lhes abriu perspetivas novas, [...] proporcionou troca e debate de ideias e levou à prática conteúdos aprendidos».<sup>25</sup> O debate é uma estratégia muito oportuna no enquadramento da Unidade letiva “Política, Ética e Religião”.

Como bem observa Fátima Lopes,

«no ensino secundário a capacidade de compreender, interpretar e generalizar é extremamente variada. Com as diferenças de interesses, emotividade, motivação, experiências prévias, estilos de aprendizagem, desenvolvimento físico, social e moral e o modo como as características se reúnem e interatuam, teremos de concluir que existe uma enorme diversidade de pensar e agir entre os alunos».<sup>26</sup>

De facto, toda esta diversidade traz grande riqueza a um debate, no qual os alunos devem ser chamados a manifestar a sua singularidade e a aceitar a alteridade revelada pelos seus pares.

Conforme referido, será possível dialogar com os alunos ao longo das aulas acerca da atualidade, mas também acerca de acontecimentos trágicos da História da Humanidade.

---

<sup>24</sup> Arends, *Aprender a Ensinar*, 345.

<sup>25</sup> Vilaça e Carmona, «Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC», 95.

<sup>26</sup> Fátima Lopes, «Educação Moral e Religiosa Católica e Ensino Secundário», *Ensino Religioso Escolar 2* (1998): 147.

Desses diálogos ressalta o facto de os alunos relacionarem certas atitudes de generosidade em prol do bem comum, atitudes digamos heróicas,<sup>27</sup> Os momentos excepcionais da História, considerando que não são necessários nos dias de hoje. Jacques Maritain, filósofo francês que viveu a primeira e a segunda guerra mundiais, considerava que era urgente promover uma educação para o espírito democrático, a qual traria bons frutos para a sociedade no seu quotidiano, nas pequenas e nas grandes decisões, no âmbito da sociedade civil e da comunidade política. Na verdade, esse espírito democrático tinha na sua génese o espírito evangélico, ou seja, a caridade de Cristo.

Através desta Unidade Letiva, os alunos poderão aperceber-se da forma como o exercício da cidadania pode e deve ser exercido, independentemente da idade, para defender os direitos humanos e o bem comum respondendo à seguinte questão: de que forma a disciplina de EMRC pode dar um contributo para a futura participação cívica dos alunos em chave cristã, tendo como horizonte a caridade? Surgem interligadas a política, a ética e a religião, pois, embora sejam áreas específicas, devem trabalhar em conjunto, tendo em vista o serviço em favor da dignidade da pessoa humana e do bem comum. De frisar que o próprio Jacques Maritain desenvolvia nos seus escritos filosóficos o mesmo raciocínio: «visto que de qualquer maneira é preciso dar a sua vida, mais vale dá-la pelos seus irmãos do que reservá-la para uma carnificina».<sup>28</sup>

Ora esta postura é bem mais rica de sentidos da que é veiculada por alguns meios da política, que descartam qualquer contributo positivo por parte da ética e da religião. Neste caminho, surgem vários perigos, sendo um deles o de se aceitar que os fins justificam todos os meios.

Noutra perspetiva, de acordo com a política especulativa, as ações devem ser ponderadas e mediadas pela Ética, vista como reflexão acerca do Bem e da forma como a ação moral da pessoa está de acordo com valores. As religiões corroboram também para a reflexão acerca da construção de uma sociedade alicerçada em valores universais, como a defesa da dignidade humana do nascimento até à morte e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa. Devemos, porém, apresentar aqui uma ressalva, pois ainda nem todas as manifestações religiosas demonstram esta conduta.

O Catolicismo, através do qual se desenha a chave de leitura do mundo pela disciplina de EMRC, apresenta a caridade cristã como bússola a orientar a ação humana com vista ao desenvolvimento da pessoa toda e de todas as pessoas, ou seja, da dignidade humana e do bem comum.

---

<sup>27</sup> Jacques Maritain, *Christianisme et démocratie* (Paris: Desclée De Brouwer, 2005), 68.

<sup>28</sup> Maritain, *Christianisme et démocratie*, 106.

Questiono-me sobre a forma de acordar os jovens desta turma para este estilo de vida tão urgente e tão necessário ao mundo contemporâneo. Como ajudá-los a evitar um indiferentismo apático, com o qual contam os políticos de índole materialista e finalística para levar por diante as suas políticas tecnicistas. Como envolver os alunos numa participação mais ativa na defesa das suas ideias e no contributo para a construção do bem comum hoje?

Os alunos devem ser interpelados a participarem em ações de voluntariado, embora possam já participar noutras atividades, de índole desportiva e/ou de melhoria do seu aproveitamento académico. Parece estar-se aqui perante um espelho de algumas das prioridades manifestadas pelo Ministério da Educação, pelo mercado de trabalho e pela sociedade em geral: o desempenho intelectual, o bem-estar e o lazer. Não pretendo menosprezar estas dimensões, mas antes alertar para o facto de elas deverem ser complementadas pela participação gratuita em ações em favor dos outros.

Uma vez que a EMRC, conforme aponta Pascual Pons, visa ser não apenas uma abordagem teórica, mas pretende ser também uma proposta vivencial,<sup>29</sup> procurei que a par do modelo de aprendizagem cooperativo, que contribui para o desenvolvimento de técnicas de trabalho em grupo e de competências sociais, aplicar o modelo de discussão em sala de aula. Este modelo permitirá desenvolver um maior envolvimento e compromisso dos alunos, nomeadamente aquando da apresentação dos trabalhos de grupo.

No âmbito da segunda interrogação que foi lançada, parece-me que o contacto dos alunos com a caridade em favor do bem comum é eficaz mediante o recurso a comportamentos exemplares, propostos nos diferentes trabalhos propostos. O objetivo deste trabalho foi que, através de um guião, os grupos criem o “perfil do cidadão” para cada um dos políticos com base nos seguintes tópicos: “1. Quem é esta personalidade política? (Nome, nacionalidade, ano de nascimento, filiação política); 2. Que atitudes/ decisões/ acontecimentos mostram que a sua ação política não se regeu pelo interesse pessoal, mas pelo bem comum?”

Ambas as interrogações apontadas colocam em foco duas das metas que devem ser trabalhadas nesta Unidade Letiva, a saber: “M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano” e “O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo”.

Estas questões parecem corporizar a ideia de que o futuro do nosso mundo depende, em grande parte, da nossa capacidade de criar nas crianças e jovens um grau de compreensão suficiente sobre a realidade em que vivem e um compromisso firme para a melhorar.

---

<sup>29</sup> Pascual Pons, *Pedagogía de la fe* (Madrid: San Pio X Ediciones, 1998), 195.

Assim sendo, tendo por base as duas problemáticas assinaladas, a do incentivo da participação cívica dos alunos e a da promoção de ações quotidianas movidas pela caridade, desenvolvi a planificação das aulas.

### **1.3.5. As planificações e os relatórios da prática letiva**

Apresento a seguir as planificações e os relatórios das aulas leccionadas relativamente à UL 1 – Política, Ética e Religião.

**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**  
**Lição nº 12 (1ª aula da UL1) – 05/01/2021**

**Sumário:** O que é a Política – definição e relação com a ética e a religião. Leitura de texto e de imagem

*Aprendizagens essenciais:*

- Explicitar o conceito de política, relacionando-o com a ética e a religião e apresentando o seu papel na construção da comunidade

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais	50	Avaliação Formativa
Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo (Meta O)	1.Explorar o conceito de política  2.Identificar as condições para uma relação entre política, ética e religião	Etimologia: “POLITIKOS”  Definição.  A especificidade dos âmbitos da ética, da política e da religião como condição para o diálogo entre estas três dimensões do agir humano.  Elementos da história da relação entre política, ética e religião que evidenciam as dificuldades inerentes a esse processo.	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>
			<b>Introdução ao tema</b> – a partir do Manual pp.6-12 (Leitura e análise dos textos de Manuel Antunes, p. 8; de Plutarco, p. 11 e Diogo Freitas do Amaral, pp. 11-12)	Manual	5 m	<b>O Professor observa nos alunos:</b>  - a organização dos materiais  - o interesse  - a atenção  - a participação  - o comportamento  - a responsabilidade
			<b>Diálogo</b> com os alunos		8 m	
			<b>Leitura</b> do texto de Anselmo Borges	Texto	5 m	
			<b>Diálogo</b> com os alunos	Quadro e Caneta	10 m	
			<b>Visualização</b> da imagem de Rafael Bordalo Pinheiro	Imagem	2 m	
			<b>Diálogo</b> com os alunos	Quadro e Caneta	10 m	
			<b>Síntese</b>	Quadro e Caneta	5 m	

**Síntese: É importante entender que a política é tarefa de todos.**

## **Relatório crítico e descritivo da aula n.º 12 – Introdução à Unidade Letiva 1 do Ensino Secundário – Política, Ética e Religião. – 5 de janeiro 2021**

A sessão do dia cinco de janeiro de 2021 decorreu no período previsto, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues. Iniciou-se a mesma projetando o sumário no quadro e os alunos escreveram-no nos seus cadernos. Após essa atividade falámos um pouco sobre o período de suspensão letiva ocorrida para celebrarmos as festividades natalícias. O tema da presente aula iniciou-se com um pequeno diálogo a partir da questão “O que é a Política”. A participação por parte dos alunos, apesar da dificuldade em entenderem o que significa o termo política, foi bastante interessante. Após esse diálogo analisámos e refletimos sobre vários textos com o objetivo de realizar uma primeira aproximação à forma de como devemos construir a comunidade da qual fazemos parte, nomeadamente a partir da reflexão como deve acontecer a relação entre ética, política e religião. De seguida, a partir da imagem de Raphael Bordallo Pinheiro “A política: a grande porca” encetámos um diálogo relativo às formas de agir correta e errada do político. Após essa análise elaborámos uma pequena conclusão dos temas abordados e, em conjunto, procurámos construir uma síntese da aula. De uma forma geral, apesar da dificuldade sentida, os alunos conseguiram refletir sobre o tema e a síntese surgiu com alguma dificuldade. A síntese foi registada no quadro e os alunos procederam à sua cópia para os cadernos diários.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Não consegui motivar totalmente e levar à reflexão os alunos, já que eles tiveram dificuldade em refletir sobre o tema proposto, por um lado pela complexidade do mesmo e, por outro lado, por ser uma temática que está fora do seu radar e por não se interessarem pela realidade política que os rodeia. Esse facto leva a que numa próxima vez que lecione este tema deva procurar uma abordagem mais prática e não tanto teórica, ou seja, explanar o tema a partir de realidades que lhes possam ser próximas e que tenham sentido para os alunos. Outro fator para este aparente desinteresse poderá ser o seu desconhecimento desta realidade. Este problema levou-me a confirmar que as aulas de EMRC em vez de serem principalmente teóricas devem ser mais práticas e serem desenvolvidas a partir daquilo pelo qual os alunos se interessam e conhecem e a partir daí apresentar-lhes algo que possam desconhecer.

Na segunda parte da aula procedemos à análise e visualização duma imagem com o objetivo de levar os alunos a refletirem sobre a relação entre ética e política. Neste ponto, deveria ter sido mais sintético e a partir das ideias que os alunos referissem em relação à imagem apresentar situações atuais para que eles, por si, verificassem quais seriam as situações corretas e quais seriam as situações incorretas.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas assertivas e questões que foram levantando, apesar de se notar que esta temática está totalmente afastada da sua reflexão e agir diários. Fazendo a síntese da aula com os alunos confirmei a pouca apetência que demonstraram pelo tema.

Aspetos que terei a melhorar nas próximas aulas será o ser capaz de utilizar estratégias distintas e ser um professor mais atento, ou seja, capaz de fazer uma síntese eficaz das ideias dos alunos e replicá-las no conjunto do tema que estou a desenvolver juntamente com eles e fazer uma sistematização entre as ideias que os alunos transmitem e o objetivo a atingir na aula.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que o objetivo da aula não foi totalmente atingido”. Disse ainda que “faltou atividade que envolvesse os alunos” e que a Filipa afirmou “não aprendi nada”. Como aspeto positivo considerou a importância do diálogo que manteve com os alunos durante a aula e em que estes demonstraram dificuldade em discutir o tema, mas participaram assertivamente. Como aspeto a melhorar considerou que eu poderia ter feito uma sistematização dos conteúdos apresentados.

A professora cooperante Margarida Portugal começou a sua reflexão considerando que este é um tema bastante complicado e que é difícil explicar a alunos desta idade e que não estão envolvidos em qualquer atividade política a relação entre ética, política e religião, exigindo que as aulas tenham um plano muito bem estruturado sob o risco de tudo aquilo que refletirmos com os alunos cair em saco roto. Como ponto positivo considerou a conversa com os alunos sobre as férias de Natal. Referiu como pontos negativos a falta de dinamismo e de entusiasmo da minha parte; a falta de sistematização dos pontos debatidos com os alunos; o facto de eu ter perdido demasiado tempo com assuntos paralelos que nem sequer captaram o interesse dos alunos (a imagem da foto da porca-política) em detrimento do substancial da aula; o facto de eu ter ignorado a resposta de um aluno que afirmou “não sei explicar”; e o facto de eu ter apresentado na síntese da aula conteúdos que não cheguei a abordar (o político como tecelão). Considerou que a aprendizagem essencial não foi realizada e que o sumário não foi cumprido, mas afirmou que “nunca nada está perdido” e que posso perfeitamente sistematizar a relação entre política, ética e religião nas próximas aulas.

**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 13 (2ª aula da UL1) – 12/01/2021**

**Sumário:** Trabalho de grupo sobre os sistemas e os regimes políticos.

*Aprendizagens essenciais:*

- Mobilizar critérios éticos para apreciar, com sentido crítico, diferentes sistemas do exercício do poder

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais	50	Avaliação Formativa
Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo (Meta O)	3. Compreender quais são as várias concretizações do conceito de política  4. Enunciar os vários tipos de experiência política	As formas e as origens do poder: económico, ideológico, político e religioso. O sistema político: - Estado; - Propriedade; - Sistema Judicial; - Sistema Legislativo; - Sistema Executivo. Sistemas do exercício do poder político: - Aristocracia; - Democracia; - Monarquia; - Oligarquia; - República; - Teocracia; - Timocracia. Regimes totalitários e regimes democráticos	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	2 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>  <b>O Professor observa</b> nos alunos: - A organização dos materiais - O interesse - A atenção - A participação - O comportamento - A responsabilidade - A colaboração - O saber ouvir o outro
			<b>Revisão da aula anterior</b> através do <b>diálogo</b> com os alunos		5 m	
			<b>Explicação do trabalho de grupo</b>		3 m	
			<b>Trabalho de pesquisa por grupos</b> a partir do Manual e de texto	PC'S, Livros e cartolina	20 m	
			<b>Apresentação dos trabalhos</b>	Cartolina	15 m	
			<b>Síntese</b>	Quadro e Caneta	5 m	

**Síntese:** É importante entender a política como um serviço à sociedade.

## **Relatório crítico e descritivo da aula n.º 13 – Reflexão sobre o poder político. – 12 de janeiro 2021**

A sessão do dia doze de janeiro de 2021 decorreu no período previsto, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues. Iniciou-se a mesma projetando o sumário no quadro e os alunos escreveram-no nos seus cadernos. Após essa atividade recapitulámos o tema desenvolvido na aula anterior. O assunto da presente aula iniciou-se com um pequeno diálogo a partir da questão “O que significa poder”. A participação por parte dos alunos neste diálogo foi bastante interessante, refletindo sobre a definição de poder e algumas concretizações do mesmo na nossa vida quotidiana. Após esse diálogo, em trabalho de grupo, analisámos e refletimos sobre vários textos com o objetivo de responder às seguintes questões: Como se organiza o poder e que nomes se atribuem às diversas formas de o organizar?; Que elementos definem o Estado?; Quais os poderes do Estado?; Qual a importância da separação de poderes?; Quais as funções do Estado?; Quais as formas de governação e suas possíveis degenerações?; O que são regimes totalitários e regimes democráticos?. Após a elaboração do trabalho, cada grupo apresentou as suas conclusões e fez uma breve sistematização das ideias principais que cada grupo ia transmitindo. De uma forma geral, os alunos conseguiram refletir sobre o tema e a síntese surgiu de forma espontânea e eficaz. A síntese foi registada no quadro e os alunos procederam à sua cópia para os cadernos diários.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Conseguí motivar e levar os alunos à reflexão sobre a temática a desenvolver na presente aula. Os alunos conseguiram refletir e trabalhar em grupo. Procurei estar sempre atento às necessidades de cada grupo e procurei ajudá-los na sua pesquisa. Neste ponto, não sei se terá sido muito eficaz ou não essa aproximação já que poderei ter limitado a dinâmica interna de cada grupo. Numa próxima vez evitarei estar a intrometer-me no seu trabalho e só me aproximarei de cada grupo se eles levantarem dúvidas.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas assertivas e questões que foram levantando, apesar de se notar que esta temática está totalmente afastada

da sua reflexão e agir diários. Os objetivos foram atingidos. Fazendo a síntese da aula com os alunos confirmei que os alunos até demonstraram interesse pelo tema.

Aspetos que terei a melhorar nas próximas aulas será o ser capaz de utilizar estratégias distintas e ser um professor mais atento, ou seja, capaz de fazer uma síntese eficaz das ideias dos alunos e replicá-las no conjunto do tema que estou a desenvolver juntamente com eles e fazer uma sistematização entre as ideias que os alunos transmitem e o objetivo a atingir na aula.

Como aspeto positivo a manter para as próximas aulas será o continuar a fazer boas questões para que os alunos possam refletir.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que o objetivo da aula foi atingido. Como aspeto positivo considerou a importância do diálogo que manteve com os alunos durante a aula, em que estes participaram de forma assertiva; a aproximação aos grupos durante a elaboração do trabalho. Como aspeto a melhorar considerou que eu poderia ter feito uma melhor gestão do tempo.

A professora cooperante Margarida Portugal considerou como ponto positivo o estar atento ao desenvolvimento do trabalho realizado pelos alunos. Referiu como pontos negativos o estar muito em cima dos alunos aquando do trabalho de grupo, devendo procurar deixar que estes respirem (o professor não tem que estar sempre a fazer algo na aula, ainda mais durante a realização dum trabalho de grupo e, mantendo-se sempre disponível, deve respeitar a autonomia dos alunos); referiu que ao colocar as respostas no PowerPoint deveria colocar novamente as questões para não ter de recuar ao slide onde estavam as questões; considerou ainda que é fundamental procurar que todos os grupos estejam atentos às apresentações dos demais, o que não aconteceu com o último grupo que estava mais preocupado em preparar a sua própria apresentação. E salientou que a turma é impecável na obediência às tarefas propostas.


**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 14 (3ª aula da UL1) – 19/01/2021**

**Sumário:** Análise dos fundamentos e da finalidade da comunidade política.

*Aprendizagens essenciais:*

- Apresentar os critérios bíblicos da autoridade política e a experiência das primeiras comunidades cristãs

Metas	Ojetivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais	 50 min	Avaliação Formativa
Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade (Meta I)	5.Compreender o fundamento e a finalidade de uma comunidade política  6.Analisar os fundamentos bíblicos da autoridade política	A comunidade política, a pessoa e o povo: Evangelii Gaudium 220. A finalidade da organização política. A autoridade política como força moral. Critérios bíblicos para a comunidade política: O senhorio de Deus (Miq 3, 1-4); Autoridade política (Pr 16, 7-13; 29, 1-14); As primeiras comunidades cristãs (Rm 13, 1-7; 1 Tm 2, 1-2).	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	2 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>
			<b>Revisão da aula anterior através do diálogo com os alunos</b>		5 m	<b>O Professor observa nos alunos:</b> - A organização dos materiais - O interesse - A atenção - A participação - O comportamento - A responsabilidade
			<b>Leitura e diálogo a partir do texto da EG 220</b>	Texto	18 m	
			<b>Leitura, diálogo e análise de textos bíblicos – trabalho de grupo</b>	Bíblia	20 m	
			<b>Síntese</b>	Quadro e Caneta	5 m	

**Síntese: A pessoa humana é o fundamento e o fim da comunidade política, cujo objetivo é o desenvolvimento integral de todos e de cada ser humano.**

Nota: não lecionei esta aula pelo motivo da minha esposa trabalhar num Lar onde surgiu um surto de Covid-19 e fiquei em isolamento profilático. A professora cooperante Margarida Portugal utilizou o material que eu preparara anteriormente.


**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 15 (4ª aula da UL1) – 09/02/2021**

**Sumário:** Análise e reflexão das formas como podemos participar na vida de comunidade.

*Aprendizagens essenciais:*

- Participar na vida da comunidade, segundo os valores evangélicos da verdade, da justiça, da liberdade e da paz

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais		Avaliação Formativa
Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade (Meta I)	7. Compreender o que são a democracia e o regime democrático	As instituições democráticas.  As componentes morais da representação política  Os instrumentos de participação política: - Os partidos políticos; - As eleições e o voto popular; - O referendo; - O associativismo; - A cidadania.	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	2 m	<b>O professor verifica</b> a presença dos alunos
			<b>Revisão</b> da aula anterior através do <b>diálogo</b> com os alunos		5 m	<b>O Professor observa</b> nos alunos:
			<b>Diálogo</b> com os alunos Questões a partir do Manual	Manual, PC e projetor	10 m	- A organização dos materiais - O interesse - A atenção
			<b>Trabalho Individual e Diálogo</b> com os alunos	PC e Projetor	10 m	- A participação - O comportamento - A responsabilidade
			<b>Visualização de vídeo. Diálogo com os alunos</b>	PC e Projetor	8 m	
			<b>Trabalho Individual</b>		5 m	
			<b>Apresentação dos trabalhos</b>	PC e projetor	5 m	
<b>Síntese</b>	Quadro e Caneta	5 m				

**Síntese:** É importante que o cidadão se envolva nas questões que o rodeiam e saiba onde se deve dirigir para efetivar os seus direitos.

## **Relatório Crítico e Descritivo da aula n.º 15 – Reflexão sobre as formas como o cidadão pode e deve agir na comunidade política. – 9 de fevereiro 2021**

A sessão do dia nove de fevereiro de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues.

Iniciou-se a mesma projetando o sumário e foi solicitado aos alunos que o escrevessem nos seus cadernos. Após essa atividade recapitulámos a aula anterior. O tema da presente aula iniciou-se com um pequeno diálogo a partir da questão “O que é a democracia”. A participação por parte dos alunos neste diálogo foi bastante interessante, refletindo sobre a definição de democracia e o que a mesma pressupõe para a vida dos cidadãos. De seguida, analisámos e refletimos sobre a dimensão moral da política e os diferentes instrumentos de participação política:

- Os partidos políticos
- As eleições e o voto popular
- O referendo
- O associativismo
- A cidadania

De uma forma geral, os alunos conseguiram refletir sobre o tema mostrando, no entanto, uma certa dificuldade em falar sobre estes assuntos já que estamos perante jovens apolíticos e que não têm qualquer referência, salvo esta aula, para refletir sobre este tema.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

No início da aula estava um pouco preocupado com a forma como a aula se iria desenvolver, já que foi uma aula dada por videoconferência – tornava-se problemático o medo da rede ou da luz cair (facto que na terra em que vivo é frequente) e a forma como eu e os alunos nos adaptaríamos à distância. Consegui motivar e levar os alunos à reflexão sobre a temática a desenvolver na presente aula, apesar de ser possível que eles ainda participem mais. Os alunos conseguiram refletir, apesar das dificuldades atrás apresentadas.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas assertivas e questões que foram levantando, apesar de se notar que esta temática está totalmente afastada

da sua reflexão e agir diários e da pouca interatividade demonstrada. Os objetivos foram atingidos. Fazendo a síntese da aula com os alunos confirmei que os alunos demonstraram interesse pelo tema.

Aspetos que terei a melhorar nas próximas aulas será o ser capaz de utilizar estratégias distintas e ser um professor mais atento, ou seja, capaz de fazer uma síntese eficaz das ideias dos alunos e replicá-las no conjunto do tema que estou a desenvolver juntamente com eles e fazer uma sistematização entre as ideias que os alunos transmitem e o objetivo a atingir na aula. Como aspeto positivo a manter será o proporcionar momentos de intervenção.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que o objetivo da aula foi. Como aspeto positivo considerou que a participação existente foi positiva, embora menor participação por parte dos alunos em relação às dinâmicas em sala de aula.

A professora cooperante Margarida Portugal considerou como pontos positivos o facto de eu ter feito referência às recentes eleições presidenciais e a boa participação dos alunos. Referiu como pontos a melhorar o transmitir os conteúdos de modo mais disciplinado e com maior entusiasmo.


**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 16 (5ª aula da UL1) – 16/02/2021**

**Sumário:** Reflexão sobre os princípios gerais da Doutrina Social da Igreja em diálogo com a vivência em sociedade do mundo contemporâneo.

*Aprendizagens essenciais:*

- Identificar os princípios essenciais da Doutrina Social da Igreja e o seu contributo para o desenvolvimento de uma sociedade justa, capaz de promover a dignidade de cada ser humano, no diálogo com as várias instituições do mundo contemporâneo;

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais	 50	Avaliação Formativa
Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica (Meta H)	9.Reconhecer os valores fundamentais da vida social	A relação entre princípios e valores. A verdade. A liberdade. A justiça. A caridade (Amor)	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica</b> a presença dos alunos
			<b>Revisão</b> da aula anterior através do <b>diálogo</b> com os alunos		5 m	<b>O Professor observa</b> nos alunos: - A organização dos materiais - O interesse - A atenção - A participação
			<b>Leitura e análise de textos do Manual</b>	Manual e PC	20 m	- O comportamento - A responsabilidade
			<b>Trabalho individual</b>	PC	5 m	
			<b>Apresentação do trabalho</b>		10	
			<b>Síntese</b>	Quadro e Caneta	5 m	

**Síntese:** É importante saber colocar em prática o Amor para vivermos em comunidade.

## **Relatório Crítico e Descritivo da aula n.º 16 – Reflexão sobre os valores fundamentais duma sociedade. – 16 de fevereiro 2021**

A sessão do dia dezasseis de fevereiro de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues.

Iniciou-se a mesma projetando o sumário no quadro e os alunos escreveram-no nos seus cadernos. Após essa atividade recapitulámos o tema desenvolvido na aula anterior. O tema da presente aula iniciou-se com um pequeno diálogo a partir da questão “Tendo em conta esse fim da sociedade quais são os princípios que devem ser considerados fundamentais para que a comunidade política os concretize?”. Em relação à sessão da semana passada alterei a forma de solicitação da participação por parte dos alunos, em vez de fazer uma pergunta aberta aos alunos em geral, colocava a questão a um aluno em concreto. O diálogo que surgiu foi bastante interessante, onde fizemos uma reflexão sobre os princípios a atingir pela sociedade. Partindo da centralidade colocada na pessoa, refletimos quais são os princípios através dos quais se pretende salvaguardar o respeito por valores inerentes à condição humana em sociedade: verdade, liberdade, justiça e caridade (amor).

De uma forma geral, os alunos conseguiram refletir sobre o tema e a síntese surgiu com a ajuda dos mesmos.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Altereí um pouco a forma de atuar com os alunos, como referido acima, e considero que foi uma boa opção já que os alunos participaram de forma motivada e refletiram de forma assertiva sobre a temática desenvolvida durante a aula.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas assertivas e questões que foram levantando. Os objetivos foram atingidos. Fazendo a síntese da aula com os alunos confirmei que os alunos demonstraram interesse pelo tema.

Aspetos que terei a melhorar nas próximas aulas será o ser capaz de utilizar estratégias distintas e ser um professor mais atento, ou seja, capaz de fazer uma síntese eficaz das ideias dos alunos e replicá-las no conjunto do tema que estou a desenvolver juntamente com eles e

fazer uma sistematização entre as ideias que os alunos transmitem e o objetivo a atingir na aula.

Como aspecto positivo a manter será o proporcionar momentos de intervenção e esta forma de levar os alunos à reflexão e a partilharem as suas ideias.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que o objetivo da aula foi atingido. Como aspecto positivo considerou que a participação existente foi positiva, tendo havido uma boa interação com os alunos e que foram feitas boas perguntas que levaram os alunos a refletirem e a partilharem as suas ideias. E que foi interessante e uma boa estratégia o início da aula com a envolvimento dos alunos na reflexão do professor

A professora cooperante Margarida Portugal considerou como ponto positivo as perguntas que lancei sobre os valores – o que são, como podemos segui-los – bem como a participação dos alunos e que se atingiu o objetivo da aula. Referiu como pontos a melhorar a necessidade de elaborar uma sistematização dos conteúdos transmitidos.

Foi feita também uma reflexão sobre a atitude dos alunos para com este tema, tal como já referido nas aulas anteriores, é necessário que haja uma grande reflexão e que o professor saiba levar os alunos a pensar sobre este tema que está completamente afastado da sua vida. Neste ponto, propus que esta unidade letiva seja lecionada não no 10.º, mas no 12.º ano, em que os alunos estão numa idade mais próxima de poderem efetivar completamente os seus direitos e deveres.


**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 17 (6ª aula da UL1) – 23/02/2021**

**Sumário: Reflexão sobre os princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja.**

*Aprendizagens essenciais:*

- Identificar os princípios essenciais da Doutrina Social da Igreja e o seu contributo para o desenvolvimento de uma sociedade justa, capaz de promover a dignidade de cada ser humano, no diálogo com as várias instituições do mundo contemporâneo;

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais		Avaliação Formativa
Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica (Meta H)	8. Conhecer os princípios gerais da Doutrina Social da Igreja	Princípios da Doutrina Social da Igreja: Bem comum; Destino universal dos bens; Subsidiariedade; Participação; Solidariedade.	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>
			<b>Revisão</b> da aula anterior através do <b>diálogo</b> com os alunos		5 m	<b>O Professor observa</b> nos alunos: - A organização dos materiais - O interesse - A atenção - A participação - O comportamento - A responsabilidade
			<b>Leitura e análise de textos do Manual</b>	Manual e PC	20 m	
			<b>Trabalho individual</b>	PC	5 m	
			<b>Apresentação do trabalho</b>		10	
			<b>Síntese</b>	Quadro e Caneta	5 m	

**Síntese:** Para construir uma sociedade digna da vocação humana é fundamental que cada um tenha os outros em conta. A DSI dá pistas em relação à direção que devemos seguir.

## **Relatório crítico e descritivo da aula n.º 17 – Reflexão sobre os princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja. – 23 de fevereiro 2021**

A sessão do dia vinte e três de fevereiro de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues.

Iniciou-se a mesma projetando o sumário no quadro e os alunos escreveram-no nos seus cadernos. Após essa atividade recapitulámos o tema desenvolvido na aula anterior. O tema da presente aula iniciou-se com um pequeno diálogo a partir da questão “Quais os princípios que a Doutrina Social da Igreja defende para definir e reger a ação social e política?”. Partimos da ideia de que os princípios propostos pela DSI constituem uma unidade centrada na realização máxima da pessoa humana e devem ser enquadrados numa perspetiva articulada e que são os seguintes:

- Bem comum;
- Destino universal dos bens;
- Subsidiariedade;
- Participação;
- Solidariedade.

O diálogo que surgiu foi interessante, desenvolveu-se uma reflexão bastante participada por todos os alunos e o objetivo da aula foi atingido.

### **A análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Como foi positiva a forma de interagir com os alunos colocada em ação na sessão anterior, mantive a estratégia de os chamar um a um pelo nome.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas assertivas às questões levantadas, pelo que pude concluir que se apropriaram dos conteúdos

Aspetos que terei a melhorar nas próximas aulas será o ser capaz de utilizar estratégias mais diversificadas e ser um professor mais atento.

Como aspeto positivo a manter será a elaboração duma boa sistematização dos temas abordados e o proporcionar mais momentos de intervenção por parte dos alunos.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que o objetivo da aula foi atingido. Como aspetos positivos apontou a boa interação com os alunos e as boas

perguntas que coloquei e os levaram a refletir e a partilharem as suas ideias. Referiu ainda a notória falta de vocabulário básico evidenciada pelos alunos, bem como a minha preocupação em colmatar esta falha.

A professora cooperante Margarida Portugal subscreveu integralmente as avaliações feitas por mim e pelo meu colega.


**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 18 (7ª aula da UL1) – 02/03/2021**

**Sumário:** Reflexão sobre a comunidade política ao serviço da sociedade civil.

*Aprendizagens essenciais:*

- Estabelecer uma relação de primazia da comunidade civil perante a comunidade política

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais		Avaliação Formativa
Articular uma perspectiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica (Meta H)	10. Compreender a relação entre a ética e a política	A comunidade política ao serviço da sociedade civil: - O valor da sociedade civil, - O primado da sociedade civil, - A aplicação do princípio da subsidiariedade.	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>
			<b>Recapitulação da aula anterior através do diálogo com os alunos</b>		5 m	<b>O Professor observa nos alunos:</b> - A organização dos materiais - O interesse - A atenção - A participação - O comportamento - A responsabilidade
			<b>Concurso “A tua Cara não é estranha”</b>	PC e projetor	5 m	
			<b>Trabalho individual</b> Biografia		10 m	
			<b>Apresentação dos trabalhos</b>		10 m	
			<b>Diálogo com os alunos</b>		10 m	
<b>Síntese</b>		5 m				

**Síntese:** É importante compreender que a comunidade política está ao serviço da sociedade civil e que não se deve impor, mas colaborar com ela.

## **Relatório crítico e descritivo da aula n.º 18 – A comunidade política e a sociedade civil. – 2 de março 2021**

A sessão do dia dois de março de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues, e pelo coordenador do Mestrado, Professor Juan Ambrósio.

Iniciou-se a mesma projetando o sumário e foi solicitado aos alunos que o escrevessem nos seus cadernos. Após essa atividade recapitulámos a aula anterior. O tema da presente aula iniciou-se com um jogo em que os alunos tinham que referir quem eram as personagens projetadas. A participação dos alunos no jogo foi boa já que ou individualmente ou com a colaboração de todos adivinharam qual era o nome de quase todas as personagens que apareciam. Após esse jogo debruçamo-nos sobre os textos apresentados no Manual relativos ao valor primordial da sociedade e ao princípio da subsidiariedade. De seguida, os alunos fizeram uma pequena pesquisa sobre algumas das personagens que apareceram no jogo e procuraram descobrir como elas viveram ou vivem o valor primordial da sociedade civil e o princípio da subsidiariedade. Após essa pesquisa e apresentação dos resultados procurámos construir uma síntese da aula. A síntese foi apresentada e solicitou-se que os alunos procedessem à sua cópia para os cadernos diários.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Não consegui motivar totalmente e levar à reflexão os alunos, já que existiram momentos de quebra de internet, ou seja, deixei de ter um contato direto com eles em diversos momentos da aula. Esse facto levou a que os alunos não respondessem imediatamente ao que lhes era solicitado, mesmo colocando em prática a estratégia das últimas aulas e que tinha resultado bem (chamar pelo nome a quem queria que respondesse). Estes acontecimentos, no entanto, não prejudicaram o desenvolvimento da aula.

Um aspeto interessante durante esta aula foi o espírito de colaboração que os alunos demonstraram na primeira atividade e que neste tipo de atividade é importante atingir. Os alunos durante as diferentes aulas têm que ter diferentes tipos de comportamentos e de atitudes tal como os professores: há momentos de trabalho individual, de trabalho de grupo e

de trabalho colaborativo. Nas aulas de EMRC é importante que sejamos capazes de incutir nos nossos alunos este espírito de colaboração, uma colaboração entre pares, uma colaboração com os professores, com a escola e com a comunidade que os envolve. Nós como professores temos que estar atentos a estas situações e desenvolvê-las e dar o seu devido valor.

Na avaliação final, o professor Juan Ambrósio lembrou que é necessário termos cuidado com as afirmações que transmitimos. Este primeiro ponto foi devido à afirmação referida na recapitulação da última aula (referi que a DSI nos ensina a fazer), o professor Juan referiu que a DSI não dá respostas, mas orientações. Também é necessário ter cuidado com os negritos que colocamos nos textos apresentados já que se forem mal colocados podem levar a uma leitura diferente daquela que está nos mesmos e que nós queremos transmitir (até podemos dizer as coisas corretamente e apresentamos um texto que diz aquilo que afirmamos, mas no qual salientamos algo contraditório ao que afirmamos corremos o risco de transmitirmos algo totalmente diferente do que queremos). Achou as diferentes atividades interessantes com personalidades mais próximas deles, e considerou uma boa estratégia ter começado pelas personagens estrangeiras e depois ter apresentado as personagens portuguesas. Referiu que foi importante a colaboração dos alunos entre si nas respostas às questões. Houve dificuldade em fazer a síntese da aula e que deveria ter explorado mais os exemplos apresentados.

A professora cooperante Margarida Portugal referiu que subscreve na íntegra a análise do professor Juan.

**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 19 (8ª aula da UL1) – 09/03/2021**

**Sumário:** Reflexão sobre a missão da Igreja face à vida política.

*Aprendizagens essenciais:*

- Reconhecer o sentido da participação dos cristãos na política como uma responsabilidade no serviço à comunidade, à pessoa e à verdade

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais	50	Avaliação Formativa
Reconhecer a proposta do agir cristão em situações vitais do quotidiano (Meta M)	11. Conhecer a missão da igreja face à vida política.	<ul style="list-style-type: none"> <li>· A Concordata</li> <li>· A via da caridade.</li> <li>· <i>Caritas in Veritate</i> 6.</li> <li>· Dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus: Mc 12, 13-17.</li> <li>· <i>Gaudium et Spes</i></li> <li>- 42. O serviço da Igreja à sociedade;</li> <li>- 44. A ajuda que a Igreja recebe do mundo.</li> <li>· Fecundar e fermentar, com o Evangelho, a sociedade.</li> <li>· Doutrina social, evangelização e promoção humana.</li> <li>· Direito e dever da Igreja.</li> <li>· <i>Evangelii Gaudium</i> 239-241, 256.</li> </ul>	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>
			<b>Recapitulação da aula anterior através do diálogo com os alunos</b>		5 m	<b>O Professor observa nos alunos:</b>
			<b>Diálogo com os alunos</b>	PC	10 m	- A organização dos materiais
			<b>Visualização de vídeo</b>		5 m	- O interesse
			<b>Diálogo com os alunos</b>		15 m	- A atenção
			<b>Visualização de canção de Andrea Bocelli (A Oração) (Atividade assíncrona)</b>		5 m	- A participação
			<b>Síntese</b>		5 m	- O comportamento
			- A responsabilidade			

**Síntese:** A missão da Igreja face à política fundamenta-se na sua missão profética e traduz-se na procura do bem-comum, segundo o critério do Amor.

## **Relatório crítico e descritivo da aula n.º 19 – A missão da Igreja face à política. – 9 de março de 2021**

A sessão do dia nove de março de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues.

A aula foi iniciada com a projeção do sumário, o qual foi solicitado que fosse escrito pelos alunos nos seus respetivos cadernos.

Partindo da conclusão da última aula que é importante compreender que a comunidade política está ao serviço da sociedade civil e que não se deve impor, mas colaborar com ela procuramos debater a questão de qual deverá ser o relacionamento entre a comunidade religiosa e a política. Concluímos que a transformação da sociedade como comunidade assente em valores fundamentais é missão de todos em prol de todos. E procuramos descobrir em que situações concretas podemos realizar no nosso dia a dia a caridade-amor gratuito que descobrimos que deve ser a base da atuação da Igreja na sua relação com a política.

### **Análise da aula**

Apliquei e desenvolvi de forma correta a planificação para a presente aula.

Foi bastante complicado conseguir motivar e levar os alunos à reflexão sobre a temática da presente aula, quer pelo aspeto técnico – falhas na ligação de internet – quer pelo aspeto temático que era profundo. No entanto, os alunos conseguiram refletir e trabalhar em conjunto.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas concretas às questões (poucas) levantadas. Penso que os objetivos desta aula foram atingidos já que os alunos propuseram uma boa síntese para a aula de hoje.

Como aspeto a melhorar devo procurar que os alunos se envolvam mais nas questões e que sejam eles próprios a construir as suas ideias e que não sejam meros ouvintes.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que o objetivo da aula foi atingido. As falhas de Internet prejudicaram o desenvolvimento, a dinâmica da aula. Como aspetos positivos considerou importante o chamar pelo nome. Considerou que houve uma boa participação dos alunos durante a aula. E que os alunos se envolveram na temática da aula e identificaram diferentes instituições que seguem e desenvolvem a missão da Igreja face à vida política.

A professora cooperante Margarida Portugal considerou que houve falta de sistematização na transmissão das ideias e que não peguei em algumas das ideias apresentadas pelos alunos (neste caso não aceito esta crítica já que ao longo da aula fiz em vários momentos sínteses das ideias transmitidas e procurei fazer a relação daquilo que os alunos referiam com o assunto transmitido a seguir – posso não o ter feito em todos os casos, mas tenho consciência que na maioria das transições de temas o procurei fazer). Também referiu que os alunos não conseguiram apresentar uma boa síntese, no entanto, como refiro atrás considero que na presente aula os alunos atingiram um bom entendimento do transmitido já que apresentaram na generalidade a síntese que fica desta aula (A missão da Igreja face à política fundamenta-se na sua missão profética e traduz-se na procura do bem-comum, segundo o critério do Amor).


**Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário**

**Lição nº 20 (9ª aula da UL1) – 16/03/2021**

**Sumário:** Conclusão das reflexões sobre política, ética e religião.

*Aprendizagens essenciais:*

- Construir, a partir da visão cristã, argumentos sobre uma ética da gratuidade, assumindo responsabilidades e gestos de solidariedade na promoção humana

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais		Avaliação Formativa
Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo (Meta O)	13. Determinar quais são os deveres do cristão perante a vida política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Gaudium et Spes</i>:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- 74. Natureza e fim da comunidade política;</li> <li>- 75. A colaboração de todos na vida política;</li> <li>- 88-90. O dever dos cristãos na ajuda internacional.</li> </ul> </li> <li>- 93. «Nisto reconhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros» (Jo 13, 35): «servir sempre com maior generosidade e eficácia os homens do mundo de hoje.»</li> <li>• A ética da gratuidade:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Evangelii Gaudium</i> 205;</li> <li>- <i>Caritas in Veritate</i> 34;</li> <li>- <i>Deus Caritas est</i> 28.</li> </ul> </li> </ul>	<b>Acolhimento e Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica a presença dos alunos</b>
			<b>Recapitulação da aula anterior através do diálogo com os alunos</b>	PC	5 m	<b>O Professor observa nos alunos:</b> - A organização dos materiais - O interesse - A atenção - A participação - O comportamento - A responsabilidade
			<b>Visualização do PPT 1.9 e diálogo com os alunos</b>		30 m	
			<b>Realização de Atividade – Wordwall</b> <a href="https://wordwall.net/play/12295/768/683">https://wordwall.net/play/12295/768/683</a>		5 m	
<b>Síntese</b>	PC e Caderno do aluno	5 m				

**Síntese:** Política, ética e religião são dimensões distintas da atividade humana, mas que devem caminhar juntas e levar cada pessoa e cada comunidade a transformar o mundo que habitam num espaço de harmonia e realização para todos.

## **Relatório crítico e descritivo da aula n.º 20 – O agir cristão na vida política. – 16 de março de 2021**

A sessão do dia dezasseis de março de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues.

A aula foi iniciada com a projeção do sumário e com a indicação dada aos alunos de o copiarem para os seus cadernos.

Após essa atividade recapitulámos os temas das aulas anteriores com o objetivo principal de esclarecer a relação entre política, ética e religião:

- análise do conceito de política;
- reflexão sobre as várias formas de exercer o poder político;
- fundamentos e a finalidade da comunidade política;
- valores e os princípios propostos pela Doutrina Social da Igreja em ordem a uma sociedade digna da vocação humana;
- missão da Igreja face à vida política.

O tema da presente aula [os deveres do cristão (e das pessoas de boa vontade) perante a vida política] iniciou-se com a afirmação de que a pessoa humana é fundamento e fim da convivência política e que todos devem participar na vida política a partir da visão cristã de fazer o bem ao outro sem esperar nada em troca. De seguida fizemos um pequeno jogo de caça palavras. E a partir da atividade de várias personagens concluímos quais são os deveres do cristão e de todas as pessoas perante a vida política. A participação por parte dos alunos nestas atividades foi interessante tendo conseguido refletir sobre o tema.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Consegui motivar e levar os alunos à reflexão sobre a temática a desenvolver na presente aula, apesar dos problemas com a Internet que levaram a quedas na ligação com os alunos.

Os alunos estiveram atentos e ajudaram no desenvolvimento do tema com respostas concretas e exemplificativas do que lhes era solicitado. Os objetivos foram atingidos. Faltou fazer a síntese do tema essencial da presente aula: a gratuidade, já que me prolonguei um pouco mais na recapitulação dos temas dados durante esta unidade letiva.

Na avaliação final, o professor estagiário Filipe Rodrigues considerou que os problemas de internet prejudicaram o desenvolvimento da aula. Afirmou que achou o jogo interessante. E que os alunos ainda continuam a ter dificuldades na definição dos conceitos apresentados.


A professora cooperante Margarida Portugal considerou como ponto positivo a boa estruturação do plano de aula. Referiu que é essencial uma boa gestão do tempo de aula e que perdi muito tempo da aula na recapitulação.

## Gestão e Planificação de aula a aula – Nível 4

Unidade Letiva 1 – Política, ética e religião – Secundário

Lição nº 21 (10ª aula da UL1) – 23/03/2021

**Sumário:** Atividade formativa.

Metas	Ojectivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais		Avaliação Formativa
	Avaliar formativamente os alunos.	Questões relacionadas com o desenvolvimento da UL	<b>Acolhimento e registo do Sumário</b>	Caderno do Aluno	5 m	<b>O professor verifica</b> a presença dos alunos
			Os ecos da aula anterior através do <b>diálogo</b> com os alunos	Programa Interativo	5 m	<b>O Professor observa</b> nos alunos: - O interesse - A atenção - A participação - O comportamento - A responsabilidade
			<b>Quizz</b> – avaliação formativa		25 m	
			<b>Diálogo</b> com os alunos – Conclusão da Unidade		10 m	
			<b>Diálogo</b> com os alunos – <b>elaborar a síntese da UL</b>	Caderno do aluno	5 m	

**Síntese:** É importante que a nossa participação na vida da sociedade seja iluminada pelo Amor ao outro.

## **Relatório Crítico e Descritivo da aula n.º 21 – Avaliação formativa. – 23 de março 2021**

A sessão do dia vinte e três de março de 2021 decorreu no período previsto, por videoconferência, tendo sido assistida pela professora cooperante, Margarida Portugal, e pelo professor estagiário, Filipe Rodrigues.

Iniciou-se a mesma projetando o sumário no quadro e os alunos escreveram-no nos seus cadernos. Após essa atividade foi indicado que os alunos iriam realizar um quizz como forma de avaliação formativa e foram-lhes dadas diversas indicações para uma boa realização do mesmo.

### **Análise da aula**

A aula de modo geral correu conforme planeado, tendo eu aplicado e desenvolvido de forma correta a planificação.

Os alunos foram respondendo ao seu ritmo às diferentes questões do quizz. O mesmo não apresentava questões muito complexas e eram de fácil resolução. Tinha itens de escolha múltipla e dado a construção dos mesmos a adivinha da resposta estava minimizada. Conforme Arends refere os itens eram constituídos por três tipos de afirmações: uma raiz, a questão a ser respondida; a resposta correta e distratores, isto é, várias respostas plausíveis, mas com incorreções.<sup>30</sup>

A avaliação que os alunos obtiveram foi na generalidade boa (a nota mais baixa foi de 60% e a mais alta de 88%). Surgem três alunos com notas entre os 60% e os 69%, 2 entre os 70% e os 79% e 3 entre os 80% e os 89%. Todos os alunos responderam corretamente às questões 2, 3, 13, 16, 22 e 24; houve 2 questões com uma falha (9 e 23); 10 questões com dois alunos a responder incorretamente (1, 4, 6, 7, 11, 14, 15, 17, 21 e 25); três alunos falharam a questão 5; quatro as questões 12, 18 e 20 e cinco as questões 8, 10 e 19. As questões em que os alunos apresentaram menores resultados têm a ver com as orientações da Doutrina Social da Igreja. O problema deste tipo de avaliação é que pressupõe muito estudo e trabalho de casa, o que muitas vezes em EMRC não é solicitado já que procuramos que seja uma disciplina mais prática e que faça envolver os alunos naquilo que vamos transmitindo. Para uma próxima vez que leccione esta unidade letiva em vez de propor uma avaliação formativa através de teste

---

<sup>30</sup> Arends, *Aprender a ensinar*, 243.

procurei realizar uma atividade mais colaborativa e em que todos os alunos se sintam envolvidos na sua realização e tenham algo a dizer em relação ao mesmo.

É importante a existência destes momentos de avaliação já que só assim conseguiremos aferir, como professores, o que os alunos efetivamente estão a aprender e a refletir sobre a forma como apresentamos os temas e assim levar a que as nossas estratégias sejam reformuladas para conseguirmos inculcar nos alunos uma base de entendimento a partir da qual elas desenvolvem as suas competências.

## 2. A religião como campo para discernir situações de injustiça e exclusão social

Ao prosseguirmos este relatório é importante saber em que meio nos movemos e qual é a base das propostas apresentada pela disciplina de EMRC. Por isso, veremos alguns fenómenos que caracterizam o mundo que nos rodeia e quais são as propostas, os caminhos que a igreja nos solicita a seguir, a colocar em marcha.

O ser humano desde sempre procura razões para entender o seu lugar no mundo e qual é a sua razão de existir de forma a tornar tudo aquilo que nos rodeia inteligível. Em conjunto com a política e a ética, a religião é um fenómeno sociocultural que surge sempre quando se tenta analisar e compreender qualquer sociedade. A política e a religião, apesar de tudo aquilo que as divide, têm um objetivo comum como afirma o Papa Francisco: a procura do bem comum, «Para se tornar possível o desenvolvimento duma comunidade mundial capaz de realizar a fraternidade a partir de povos e nações que vivam a amizade social, é necessária a política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum» (FT154). Neste capítulo procuraremos dar pistas da forma como a religião poderá ajudar as pessoas que se dedicam à política a olhar para as suas propostas e as inculcar na sua atividade.

Iremos iniciar este capítulo realçando dois aspetos que caracterizam as sociedades ocidentais atuais: a secularização e a globalização. Depois procuraremos traduzir para o mundo atual os princípios que a Doutrina Social da Igreja propõe como fundamento para o agir humano na sociedade que nos rodeia.

Em primeiro lugar, falar de secularização significa o deslocamento da religião do centro da vida da sociedade para a periferia, assim como se transferiram algumas funções essenciais que a religião desempenhava nas sociedades tradicionais (legitimação, coesão social, sentido) a outras instituições e referências simbólicas. A secularização consiste num conjunto de mudanças em que a relevância social, ideológica e institucional das instituições religiosas é colocada em causa. A partir do último terço do século XX, começou a tomar força a opinião de que o projeto da modernidade estava em crise, e com ele alguns dos principais projetos e promessas. Entre muitos outros sintomas de tal situação, a religião seria, sem dúvida, um elemento referencial, já que em vez de desaparecer, como haviam sugerido diversas vozes desde o século XIX, não somente resistia nas suas diversas formas, como também começava a se assistir com assombro um intenso e extenso surgimento de novos movimentos religiosos. O problema então já não seria como explicar o declínio da religião (questão para a qual tentavam dar respostas algumas das teorias da secularização), mas explicar a sua grande exuberância na crise da modernidade globalizada.

Outra questão que se levanta na sociedade moderna é motivada pelas transformações tecnológicas que influenciaram a vida dos seres humanos, tanto como seres individuais como seres comunitários. O aparecimento de novas tecnologias e meios de desenvolvimento humano provocaram uma transformação dos meios de produção, das relações laborais e da maneira de agir e de relacionamento entre as pessoas. Houve uma transformação da vida diária humana, aumentando a possibilidade de interação física e virtual e a existência duma melhoria da qualidade de vida. Embora, continuem a persistir situações de violência, de injustiça, de exclusão e de destruição do meio ambiente.

A globalização, o livre mercado, o desenvolvimento tecnológico, científico e a secularização caracterizam a sociedade do séc. XXI. Estamos perante um mundo globalizado e secularizado que levou a uma transformação da vida social e política. A globalização é um fenómeno basilar da modernidade. Deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da cultura, da economia, da política, da ciência, da informação e do espaço.

## 2.1.A secularização

Giacomo Marramao considera a secularização como um dos principais temas do debate político, ético e filosófico contemporâneo.<sup>31</sup> A secularização como vocábulo, deriva, etimologicamente, de *saeculum* (de *secus* ou *sexus*) e conectar-se, de um modo ainda não totalmente explorado, a expressões como sexo, geração, idade do homem, tempo de governo, duração da vida, período máximo de cem anos, e, outrossim, surgir, enquanto conceito, da confluência de várias tradições, a saber: a que resulta do diálogo entre herança greco-romana e o cristianismo (plasmada no direito canónico que separa o clero dos fiéis seculares, ou leigos); a que se impõe pela diferenciação entre o domínio político e o espiritual, fundada em argumentos de índole jurídico-política; a que se baseará em asserções historicistas e beba, diretamente, no legado da Revolução Francesa.<sup>32</sup>

O termo “secularizar” terá sido cunhado, em 1586, num ensaio teológico-literário de Pierre Crespit e, ainda, nos escritos de Jean Papon e Pierre Grégoire «para qualificar a mudança do estado de clérigo regular para o de secular», enquanto a palavra “secularização” terá surgido,

---

<sup>31</sup> Fernando Catroga, *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil* (Lisboa: Almedina, 2010), 47.

<sup>32</sup> Catroga, *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*, 49.

em 1559, «aplicada ao arresto de bens da Igreja por parte da coroa»,<sup>33</sup> alcançando especial eco após o duque de Longueville, enviado francês, no final da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), às negociações da Paz de Vestefália, o ter utilizado como sinónimo da transferência de terras episcopais para mãos régias.

Já no século XIX, poderemos assinalar que a entrada para “secularização”, no dicionário inglês de Oxford (1851), referenciava «uma moral que se devia basear no bem-estar da vida presente, excluindo todo o critério tirado da crença»,<sup>34</sup> indício, claro, da oposição, já latente, entre o espiritual e o secular – como universos implicitamente separados ou opostos, sendo que a ideia de progresso, muito presente à época, aplicada à natureza humana, fazia crer que a um estágio de necessidade do religioso para regular a vida (pessoal/coletiva), outro se sucederia impreterivelmente, em que a religião devia ser superada.

A secularização é debatida em conjunto com a modernidade. Além da variedade de suas realizações históricas e interpretações, na discussão sociológica pode-se identificar uma série de características do que tem se denominado modernidade: trata-se de um processo caracterizado fundamentalmente por uma visão de mundo descentrada, profana e pluralista, por uma reflexão que ao incorporar-se de forma sistemática e permanente na vida social, desestabiliza a experiência, as instituições e os conhecimentos, e conseqüentemente gera uma realidade profundamente dinâmica, contraditória, ambígua e precária.

«todos os sectores importantes da vida humana – ciências, economia, política, direito, Estado, cultura, educação, medicina, assistência social, para os confiar à responsabilidade e à disposição directas do homem, de ora avante ele próprio racional, maior, ‘secular’, profano. O mundo humano tornava-se assim, por seu turno, um mundo profano, ‘secularizado’».<sup>35</sup>

Há uma primazia da razão instrumental, do individualismo, da compreensão otimista da história como progresso, bem como a diferenciação institucional.<sup>36</sup> A modernidade implica uma alteração do papel central desempenhado pela religião nas sociedades tradicionais, já que atuava nelas como elemento legitimador e integrador, dando sentido e articulando as diferentes esferas sociais. Este processo, usualmente conhecido como “processo de secularização”, foi lido por diversos teóricos (Comte, Spencer, Marx) como uma dinâmica de emancipação cujo fim levaria a uma sociedade “sem religião”. Esta hipótese utópica própria dos primórdios da sociologia parecia confirmar-se historicamente em três fatos: 1) o paulatino

---

<sup>33</sup> Catroga, *Entre deuses e cézares. Secularização, laicidade e religião civil*, 56.

<sup>34</sup> Catroga, *Entre deuses e cézares. Secularização, laicidade e religião civil* 56.

<sup>35</sup> Jean-Paul Willaime, «As condições socioculturais da religião na ultramodernidade contemporânea», em *Deus ainda tem futuro?* (Lisboa: Gradiva, 2014), 33.

<sup>36</sup> Jurgen Habermas, «Modernidad un proyecto incompleto», em *El debat modernidad postmodernidad* (Buenos aires: Punto Sur, 1989), 131–44.

deslocamento da religião-institucional do centro para a margem da sociedade moderna europeia, 2) a perda do monopólio de visão de mundo da religião e o seu rebaixamento para a mentalidade científica e liberal, 3) o paulatino, mas constante declínio da relevância social dos signos, símbolos e das instituições religiosas.

No entanto, Durkheim, por exemplo, afirma que «há algo eterno na religião que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares com que sucessivamente se tem revestido o pensamento religioso»,<sup>37</sup> isto é, apesar de já não ser da forma tradicional a religião permanece. Weber, por outro lado, referindo-se ao «desencantamento do mundo» assinalava que este processo estava longe de conduzir de forma linear e progressiva a uma visão de mundo determinada plenamente pelo cálculo e pela previsão, pois também advertia como a ciência experimentava em muitos de seus contemporâneos uma espécie de «reencantamento» ao conceber-se como um reino ultraterreno de abstrações artificiais, sem pressupostos prévios e com pretensões quase religiosas de que seus resultados fossem «dignos de ser conhecidos».<sup>38</sup> Estes autores apercebendo-se de que as instituições religiosas vão perdendo a sua influência social, referem que a religião não estava condenada a desaparecer, mas que se vai transformando no meio da sociedade.

Existem duas abordagens ou teses dominantes sobre a secularização válidas até hoje: a primeira poderia ser chamada de “tese dura ou forte da secularização” e seria concebida como um processo lento e inexorável a caminho do fim da religião; a segunda, ou seja, a “tese suave da secularização” afirmará que se trata de um processo pelo qual a religião sofre severas alterações na modernidade, mas persiste disseminada pelos interstícios da cultura, disfarçada ou oculta na economia como “espírito do capitalismo”, na política como “religião civil”, ou como formas socioculturais pouco relevantes. Apesar dessas distinções, as tensões e as lutas que provocaram os processos de secularização, especialmente em sociedades enraizadas em monopólios religiosos, transformaram a “tese dura” num programa político a ser atingido de forma deliberada, em muitos casos a qualquer custo e que pretendiam o desaparecimento da religião nas sociedades modernas. No último terço do século XX, Peter Berger e Thomas Luckmann deram um novo impulso à reflexão sociológica sobre a secularização ao constatar, desde diversos ângulos, os limites e as insuficiências da chamada “tese dura”. Berger, embora constatasse que na modernidade o processo de racionalização, institucionalizado na economia, a técnica e a burocracia haviam deslocado a religião do centro da sociedade para o âmbito privado, também advertia que esse fato possibilitava um pluralismo religioso,

---

<sup>37</sup> Emile Durkheim, *Las formas elementales de la vida religiosa* (Madrid: Universidad Iberoamericana, 1982), 387.

<sup>38</sup> Max Weber, *El político y el científico* (Madrid: Alianza, 2000), 200–208.

desmonopolizando as tradições religiosas hegemônicas, colocando-as em concorrência umas com as outras, mas não as eliminava.<sup>39</sup> No mesmo sentido, Luckmann destaca a persistência da religião na modernidade, embora na sua dimensão privada ou individual, como uma constante antropológica, mas também com capacidade de mudança. Luckmann, ao contrário das teorias que previam o fim da religião, provou, a partir de uma perspectiva histórico-antropológica, como a religião, em vez de se destruir se transformava influenciada pela estrutura simbólica e social na qual tinha lugar. Esta constatação levou-o a tratar de diversas “formas sociais de religião”, sendo a religião individual ou invisível – como ele preferia chamar – a mais adequada à sociedade secular.<sup>40</sup> A intuição de Luckmann sobre a persistência da religião como uma constante antropológica, tal como a realidade política e econômica, foi confirmada na maioria das sociedades ocidentais no último terço do século XX, onde se testemunha a persistência religiosa não somente nas suas formas tradicionais, mas também em novos movimentos religiosos. Ali, a teoria da secularização entendida como a-religiosidade ficava desacreditada nos fatos, além de mostrar-se teoricamente incapaz de explicar essa espécie de “reencantamento” do mundo.

As maiores críticas à teoria da secularização foram dirigidas justamente aos teóricos que prediziam o fim da religião. Essas críticas podem configurar-se em duas frentes: no primeiro caso desde a própria realidade histórica, em que vão surgindo novas formas de religiosidade. A outra frente é de cunho mais teórico: Wilson, por exemplo, afirma em diversos trabalhos que as abordagens que procuram reduzir ou eliminar a religião (com as suas instituições, crenças e práticas) da vida social moderna fazem referência mais a uma ideologia – o secularismo – do que a uma teoria social.<sup>41</sup>42 Nesse mesmo sentido, o peculiar conceito evolutivo e teleológico da secularização tem sido criticado por seus pressupostos históricos: se com o avanço da modernidade a religião tende a decrescer, isto faria supor que em algum momento do passado existiu algo como a idade da fé.

Ao entender-se por secularização o processo pelo qual a religião tende a desaparecer inevitavelmente das sociedades modernas, vários fatos históricos e a discussão sociológica mostraram que tal afirmação se torna insustentável. Há uma dificuldade em defender as teorias da secularização face ao surgimento e vigor de novas formas de religiosidade. Autores

---

<sup>39</sup> Peter Berger, *Para una teoría sociológica de la religión* (Barcelona: Kairós, 1981).

<sup>40</sup> Thomas Luckmann, «Religión y condición social de la conciencia moderna», em *Razón, ética y política: el conflicto de las sociedades modernas* (Barcelona: Anthropos, 1989), 87–108.

<sup>41</sup> Bryan Wilson, «The secularization thesis: criticisms and rebuttals», em *Secularization and social integration. Papers in honor of Karel Dobbelaere* (Louvain: Leuven University Press, 1998), 46.

<sup>42</sup> Cf. WILSON, B. (1998), “The secularization thesis: criticisms and rebuttals”, in Laermans et al., *Secularization and social integration. Papers in honor of Karel Dobbelaere*, Louvain, Leuven University Press., pp. 46.

célebres do renascimento da sociologia da religião nas décadas de 1960 e 1970, como Peter Berger, que colocou novamente no campo da sociologia o tema da secularização sob o ponto de vista histórico e sistemático, a partir da década de 90 do século passado optaram, para explicar as mudanças religiosas nas sociedades atuais, por explorar o “pluralismo” e os seus efeitos relativizantes e sincréticos nas crenças.<sup>43</sup>

Entre os sociólogos da religião pode-se identificar um grupo que, apesar de se mostrarem críticos do uso ideológico, preditivo e mecânico da teoria da secularização, não a rejeitam. Um dos mais importantes estudiosos que segue esta linha é Karel Dobbelaere, sociólogo da religião da Universidade Católica de Lovaina. No seu relatório sobre as tendências da secularização, faz uma revisão a respeito do tema (desde os clássicos da sociologia até à segunda metade do século XX), na qual constata que a teoria da secularização é primeiramente um “conceito de sensibilização” que oferece um sentido geral de referência e orientação, abordando casos empíricos. No entanto refere que para uma utilização científica do conceito e não o utilizar somente como um estereótipo vago é necessário distinguir três dimensões: a laicização, a mudança religiosa e a participação em igrejas. A primeira mediria as inter-relações entre as instituições religiosas e as instituições sociais, incluindo aí três processos complementares: profanação, diferenciação e transposição. Na segunda caberiam as mudanças que ocorrem no interior do mundo religioso em matéria de crenças, moral e ritos, assim como o desaparecimento e o aparecimento de comunidades religiosas. A terceira dimensão trataria das mudanças que ocorrem na relação indivíduo-instituição religiosa, referindo-se ao grau de integração normativa dos indivíduos com respeito às corporações religiosas.<sup>44</sup>

Outro tipo de crítica que se faz às abordagens sobre secularização diz respeito ao fato de que se trata de uma teoria para um contexto de modernidade em que o objetivo era explicar como e por que diminuía a influência religiosa na vida social. Atualmente procuram-se entender e compreender as causas e as tendências desta espécie de “ressurgimento religioso”, “ressacralização” ou no sentido weberiano do “reencantamento”.

A partir do último terço do século XX tornou-se lugar-comum falar da “crise da modernidade”. Com essa expressão procura-se sinalizar o mal-estar generalizado que experimenta o homem comum (por exemplo, na desorientação e nas incertezas perante os valores) em relação ao sistema económico e ao espaço político. Estes tornaram-se incapazes de solucionar as enormes diferenças entre as nações mais desenvolvidas e o resto das nações,

---

<sup>43</sup> Peter Berger, «La secularización y el pluralismo», em *Una gloria lejana* (Barcelona: Herder, 1993), 39–64.

<sup>44</sup> Karel Dobbelaere, *Secularización: un concepto multidimensional* (Mexico: Universidade Iberoamericana, 1994), 2–8.

entre a grande massa dos excluídos e as pequenas elites que monopolizam o poder político e económico. Isso tem levado a questionar os “grandes discursos” sobre os quais se ergueu a modernidade (progresso, primazia da razão, universalismo), assim como seu otimismo emancipatório herdado do Iluminismo. Alguns autores situam a crise estrutural e de valores na cultura, isto é, no âmbito das formas simbólicas em que a sociedade organiza seu acervo de padrões de interpretação, valores, mitos e crenças. Para os críticos sociais (sendo Habermas seu maior representante, incluindo também Claus Offe, Alain Touraine e Anthony Giddens), as contradições e as incertezas inerentes a esta nova situação, mais do que apontar para o fim da modernidade, como assinalaram os pós-modernos, indicam que assistimos à radicalização daquelas tendências e tensões ambivalentes que já estavam presentes. Dessa perspectiva, a chamada crise da modernidade não seria um réquiem ou o limiar de uma nova época (pós-modernidade), mas sim a expressão de outra fase da modernidade, gerada por uma teia de consequências desejadas, não desejadas e desconhecidas, assim como pelos triunfos e fracassos da modernidade iluminista ou industrial.<sup>45</sup>

A maioria dos estudos a respeito do ressurgimento religioso tem mostrado que, no caso ocidental, não são as principais instituições religiosas que se têm revitalizado; salvo algumas exceções, existe uma diminuição do seu campo de alcance e influência, tendência que se manifesta em alguns aspetos da religiosidade mais do que em outros, mas que ocorre igualmente em todas essas igrejas, sobretudo em áreas urbanas.<sup>46</sup> Ao mesmo tempo observa-se um crescimento explosivo na diversidade religiosa, desde “fundamentalismos” (testemunhas de Jeová, mórmons, igrejas eletrônicas, fundamentalismos católicos) passando por religiões de matriz oriental (hare krishna, meditação transcendental e novas formas de budismo) até o sincretismo religioso esotérico-holista da New Age.<sup>47</sup> Todas essas expressões religiosas compartilham numa ou noutra forma o “espírito” da “modernidade radicalizada”: desconfiança ante a racionalidade contemporânea, pretensão de ruptura ante as práticas e as formas religiosas institucionais herdadas e de forte carga “emocional” e individual, exceto alguns fundamentalismos.<sup>48</sup> Abundam hoje em dia de forma especial, os movimentos religiosos baseados em intensa carga emocional, e que são altamente adaptáveis às condições do novo contexto: carecem de pontos fixos de referência, tradição ou autoridade; apostam mais na experimentação do que na crença, são sincréticos por natureza e não se estruturam

---

<sup>45</sup> Ulrich Beck, «Teoría de la modernidad reflexiva», em *Las consecuencias de la modernidad* (Barcelona: Anthropos, 1996), 223–65.

<sup>46</sup> Jean Pierre Bastian, *La mutación religiosa en América Latina. Para una sociología del cambio social en la modernidad periférica* (Mexico: Fondo de cultura económica, 1997).

<sup>47</sup> Jose Mardones, *Para comprender las nuevas formas de la religión* (Estella: Verbo Divino, 1994), 113–28.

<sup>48</sup> Danièle Hervieu-Leger, «Secularización y modernidad religiosa», *Selecciones de teología*, 1987, 217–27.

mais em torno do eixo “transcendência-imanência”, mas ao redor de um eixo horizontal: “sentido/sem sentido”, “vida/morte”, “saúde/doença”.<sup>49</sup>

Hoje em dia é inegável a persistência e a efervescência religiosa, existindo também uma revalorização do plano simbólico e a necessidade de se dar sentido à vida, elementos estes que estão intrinsecamente articulados em todas as tradições religiosas. Face a esta realidade é importante a existência de tolerância e de respeito entre as diferentes igrejas e formas de religiosidade. Assim, pode-se falar em “religiões públicas”, não no sentido pré-moderno de religiões que atuam de maneira central no espaço público (por exemplo, “igrejas oficiais”), nem no sentido de religiões competindo com outras como se fossem partidos políticos, no sentido de que operam publicamente no espaço da “sociedade civil”. José Casanova define a “religião pública” como aquela que,

«[...] mesmo aceitando a desoficialização estatal e a neutralidade com respeito à disputa política, reclamam pelo direito de intervir, dialógica ou polemicamente na esfera pública da sociedade civil. O resultado dessa reformulação é uma concepção da religião pública compatível com as liberdades do liberalismo e com a moderna diferenciação estrutural e cultural».<sup>50</sup>

Este tipo de religião parece estar cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas, quando, por exemplo, posiciona-se pela defesa de liberdades e direitos em regimes autoritários, ou intervém em debates públicos, insistindo em considerações éticas. Trata-se, em suma, de uma nova presença pública da religião, não “reativa” nem fundamentalista, muito menos voltada para dentro de si própria, mas aberta ao mundo. Jürgen Habermas recentemente mostrou interesse em afrontar essa nova situação da religião na esfera pública das sociedades modernas. Ele define a persistência das comunidades religiosas num ambiente secularizado de sociedade “pós-secular”.<sup>51</sup> Trata-se duma sociedade que tem superado a “fé científica” de uma pura e dura compreensão objetiva do ser humano (que nem é ciência, mas filosofia má), concedendo às convicções religiosas, com os seus fundamentos morais, a possibilidade de serem uma voz necessária, entre outras, no espaço público. Habermas considera as tradições éticas ou religiosas imprescindíveis para a sustentação do Estado liberal.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> Jose Ferreres, «Resurgimiento religioso versus secularización», *Gaceta de Antropología*, junho de 1998, 20, <http://dx.doi.org/10.30827/Digibug.7541>.

<sup>50</sup> Jose Casanova, «Dimensiones públicas de la religión en las modernas sociedades occidentales», *Iglesia Viva: revista de pensamiento cristiano*, outubro de 1995, 404.

<sup>51</sup> Jürgen Habermas, «Fe Y saber», acessado 2 de janeiro de 2022, [https://www.mercaba.org/ARTICULOS/D/debate\\_Habermas\\_Ratzinger.htm#Fe%20y%20Saber](https://www.mercaba.org/ARTICULOS/D/debate_Habermas_Ratzinger.htm#Fe%20y%20Saber).

<sup>52</sup> Jürgen Habermas, «Fundamentos morales prepolíticos del estado liberal», acessado 2 de janeiro de 2022, [https://www.almendron.com/politica/pdf/2005/reflexion/reflexion\\_0648.pdf](https://www.almendron.com/politica/pdf/2005/reflexion/reflexion_0648.pdf).

A realidade em que vivemos leva-nos a olhar para o mundo de forma construtiva e numa relação de diálogo entre todos os intervenientes da sociedade. Religião e política não são realidades compartimentadas ou incompatíveis, como durante muito tempo se pretendeu fazer, já que, apesar de terem objetivos diferentes procuram ou devem procurar o mesmo fim: o bem comum das sociedades em que estão envolvidas. Este é um dos pontos essenciais que a Unidade Letiva 1 do ensino secundário e que procurei realizar durante a PES deve efetuar junto dos alunos de EMRC.

## 2.2. A globalização e a Doutrina Social da Igreja

Uma visão geral sobre a situação da religião nas sociedades contemporâneas estaria incompleta se não se considerasse pelas dinâmicas provocadas pelo processo de globalização. Nos últimos cinquenta anos a sociedade assistiu a um processo intenso de intercâmbio entre indivíduos, culturas, capitais, símbolos e instituições, provocando que haja a perda de identidades, culturas, relações sociais e económicas específicas de certas zonas do globo. Esta “interconectividade complexa”, nas palavras de Giddens, é o que se conhece como “globalização”.<sup>53</sup> Tal fenómeno é consequência da modernidade radicalizada, que proporcionou as condições socioinstitucionais (capitalismo, industrialização, comunicação de massa, urbanismo, Estado nacional) e o imaginário cultural (que inclui diferentes formas de racionalidade, cosmologia, valores, crenças, conceitualização do tempo e espaço) que tornaram a globalização possível.<sup>54</sup>

De la Dehesa identifica a globalização como um conjunto de mudanças essencialmente de tipo económico, que confluem até um espaço de liberdade e globalidade.<sup>55</sup>

A globalização é uma realidade em que se dá uma reordenação de atores, sistemas e relações que leva ao aparecimento duma nova ordem nas relações mundiais, mas em permanente transformação: «a globalização é um processo inacabado, ao qual falta regulação, humanização e civilização».<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> Anthony Giddens, *Consecuencias de la modernidad* (Madrid: Alianza Editorial, 1999), 67.

<sup>54</sup> John Tomlinson, *Globalización y cultura* (México: Oxford University Press, 2001), Capítulo 2.

<sup>55</sup> Guillermo De la Dehesa, *Comprender la globalización* (Madrid: Alianza Editorial, 2002), 17.

<sup>56</sup> Ernesto Samper, «Educación y globalización: educación y globalización los desafíos para América Latina», 44, *acedido* 2 de janeiro de 2022, [https://www.academia.edu/28990580/Educaci%C3%B3n\\_y\\_Globalizaci%C3%B3n\\_los\\_desaf%C3%ADos\\_para\\_Am%C3%A9rica\\_Latina](https://www.academia.edu/28990580/Educaci%C3%B3n_y_Globalizaci%C3%B3n_los_desaf%C3%ADos_para_Am%C3%A9rica_Latina).

Neste novo cenário mundial há uma mudança do aspeto do mundo e da forma como este é entendido, isto é, a globalização refere-se tanto à compreensão do mundo como ao incremento na consciência do mundo como um todo.<sup>57</sup>

A globalização, em termos gerais, pode descrever-se como um grande conjunto de múltiplos processos de mudança que acontecem nos países desenvolvidos industrialmente, fazendo surgir uma nova realidade social, de grande complexidade que ultrapassa as estruturas económicas, políticas e culturais dos estados nacionais. O elemento comum a esta mudança é o impulso da economia de mercado que procura ocupar todo o espaço disponível, passar do afastamento à coordenação e à convergência até estádios mais avançados de globalização.<sup>58</sup> Podemos definir o termo globalização como «o conjunto de processos que conduzem a um mundo único» ou afirmar que o fenómeno se refere ao «fato de que as inter-relações entre os seres humanos adquiriram proporções globais e se transformaram no dito processo».<sup>59</sup> Com a globalização mundializaram-se as relações e dependências, sendo possível afirmar que vivemos numa «aldeia global».<sup>60</sup> Os homens têm consciência de ser «habitantes do mesmo planeta, embarcados na mesma aventura e partícipes do mesmo destino».<sup>61</sup>

Para alguns autores<sup>62</sup> as novas tecnologias têm um papel decisivo e diferenciador no processo de globalização económica face a outros momentos históricos anteriores, devido ao fato da utilização da tecnologia “ter provocado uma redução nas barreiras do tempo e do espaço, no custo da circulação da informação e da comunicação, já que essa comunicação global é cada vez mais barata e instantânea”.<sup>63</sup> Nesta sociedade global a educação, a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e as redes de informação e comunicação têm um papel especialmente significativo.

Entre os principais efeitos da globalização podemos mencionar a abertura das economias nacionais, uma sociedade mundial que utiliza as tecnologias da informação e da comunicação nos seus diversos planos culturais, políticos, económicos e socioeducativos, a existência de sociedades do conhecimento, uma sociedade global que gera oportunidades diversas para as empresas no âmbito mundial e que não estão sujeitas aos governos nacionais e aos parlamentos nacionais. Entre as suas várias consequências são responsáveis pela

---

<sup>57</sup> Roland Robertson, *Globalization: Social theory and global culture* (Londres: Sage, 1992), 8.

<sup>58</sup> Anthony Giddens, *En el límite* (Barcelona: Busquets editores, 2001).

<sup>59</sup> Roland Robertson, *Tres olas de globalización* (Madrid: Alianza Ensayo, 2005), 18.

<sup>60</sup> Calvo Angel, *Para comprender la sociedad del hombre moderno. Del aula a la comunidad de fe* (Estella - Navarra: Verbo Divino, 1995), 183.

<sup>61</sup> Juan Velasco, *El malestar religioso de nuestra cultura*, Biblioteca de teología 30 (Madrid: Paulinas, 1993), 202.

<sup>62</sup> BROWNING, John. Et al. Claves de la nueva economía. Madrid: Asociación para el progreso de la dirección (APD), 2000.

<sup>63</sup> Juan Carrillo, *Globalización y orden internacional*, 2.ª ed. (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005), 18.

implementação dum modelo uniforme à escala planetária que muitas vezes esbate a diversidade entre regiões e países.<sup>64</sup>

A nova configuração da realidade mundial que descrevemos anteriormente não foi estranha à Igreja, especialmente na sua doutrina social. O ensino da Igreja refere que este processo de globalização melhora o desenvolvimento das ciências e tecnologias, permitindo uma ligação entre as pessoas e empresas a nível mundial e que as comunicações se realizem quase de forma instantânea, fenómeno caracterizado por M. Macluhan como a aldeia global.<sup>65</sup>

A Igreja tornou seu um dos graves problemas provocados pela globalização, isto é, o processo de exclusão em que vivem as regiões afastadas dos centros de poder da economia mundial. O Papa João Paulo II refere essa questão na Exortação Apostólica *Ecclesia in America*:

«Porém, se a globalização é dirigida pelas puras leis do mercado aplicadas conforme a conveniência dos mais poderosos, as consequências só podem ser negativas. Tais são, por exemplo, a atribuição de um valor absoluto à economia, o desemprego, a diminuição e o deterioramento de alguns serviços públicos, a destruição do ambiente e da natureza, o aumento das diferenças entre ricos e pobres, a concorrência injusta que põe as nações pobres numa situação de inferioridade sempre mais acentuada. A Igreja, mesmo estimando os valores positivos que comporta a globalização, vê com preocupação os aspetos negativos por ela veiculados.» (EA20)

O processo de globalização é uma grande oportunidade para o ser humano desde que esteja regulada por regras justas e equitativas.<sup>66</sup> Ou seja, que se oriente para o bem das pessoas e não para a sua exploração e para a exploração desmedida dos recursos naturais e não renováveis. O fenómeno da globalização gera uma maior produção, mas frequentemente a riqueza produzida neste processo permanece concentrada em poucas mãos e estando mal distribuída revela pobreza, marginalização e exclusão de muitos grupos da sociedade, sendo motivo de escândalo e de denúncia das condições de pobreza em que se desenvolve a vida de milhares de pessoas em todo o mundo, surgindo muitas vezes abusos de autoridade e regimes ditatoriais.

Muitas vezes o processo de globalização em vez de ser um motivo de desenvolvimento humano das comunidades por todo o mundo e de países parece ser um motivo de exclusão e empobrecimento. É motivada por esta imagem que a Igreja não é indiferente ao problema da globalização, assim o manifestou no encontro de Aparecida (2007),

«Essa nova escala mundial do fenómeno humano traz consequências em todos os campos de atividade da vida social, impactando a cultura, a

---

<sup>64</sup> John Gray, *Falso amanecer: Los engaños del capitalismo global* (Buenos Aires: Ediciones Paidós, 2000).

<sup>65</sup> Marshall McLuhan, *La aldea global* (Barcelona: Gedisa Editorial, 1993).

<sup>66</sup> Joseph Stiglitz, *El malestar en la globalización* (Madrid: Taurus, 2002).

economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e também, naturalmente, a religião [...]». (Aparecida 2007, 28/35)

e no Sínodo da Amazônia (2019), «Não podemos permitir que a globalização se transforme num ‘novo tipo de colonialismo’». (QA<sub>m</sub>14)

No compêndio da Doutrina Social da Igreja existe um grande capítulo dedicado ao tema da globalização, onde apesar de acreditar que a globalização econômica potencia a produção e a riqueza provoca ao mesmo tempo processos de exclusão social e de pobreza de alguns grupos sociais. Perante este cenário vem defender que é necessária uma nova ordem social mais justa e que passa pela mudança das estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais a nível mundial, « [...]requer que socorramos as necessidades urgentes, ao mesmo tempo que colaboremos com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas nos âmbitos nacionais e internacionais[...]». (Aparecida 2007, 174)

Não há possibilidade de nos colocarmos fora do processo de globalização, no entanto, são essas relações, essas conquistas e aspirações que muitas vezes e para muitos se tornam injustas, fatais e frustrantes devido às características que a globalização adquiriu e que são constantes hoje em dia.

«Os conflitos locais e o desinteresse pelo bem comum são instrumentalizados pela economia global para impor um modelo cultural único. Esta cultura unifica o mundo, mas divide as pessoas e as nações, porque «a sociedade cada vez mais globalizada torna-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos». Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espectadores. O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes económicos transnacionais que aplicam o lema ‘divide e reinarás’». (FT12)

A globalização traz consigo consequências positivas já que numa economia globalizada existe uma diminuição dos custos de produção, devido a procurarem em várias partes do mundo as melhores condições de produção. Algumas empresas chegam a fabricar um produto em várias etapas e em vários países. Uma empresa de computadores pode, por exemplo, fabricar componentes eletrónicos no Japão, periféricos na China, as partes plásticas na Índia e oferecer assistência técnica em Portugal. Com este sistema de produção globalizado, o preço final do produto fica mais barato para o consumidor final, pois os custos de produção foram reduzidos em cada etapa de produção. Nesses países são gerados novos empregos.

Além do aspecto económico, existe um maior intercâmbio cultural entre pessoas de diversos países do mundo. Impulsionado pela *Internet*, este intercâmbio é importante para ampliar a visão do mundo das pessoas, que passam a conhecer e a respeitar mais outras realidades culturais e sociais.

A globalização, ao mesmo tempo que leva a uma certa uniformização da cultura dominante, provoca um interesse pela cultura de outros países já que as pessoas se sentem como cidadãos do mundo. Com os sistemas de informações atuais, principalmente a *Internet*, este aspeto desenvolveu-se bastante nos últimos anos já que há uma circulação mais rápida e eficaz de conhecimentos e troca de experiências. A globalização favorece a troca de conhecimentos e o avanço em várias áreas científicas.

No entanto, também surgem aspetos negativos, já que um país se pode tornar dominante sobre os outros e surgindo alguma crise afeta todos. Isso foi visível com as crises financeiras de 2008 ocorrida nos Estados Unidos da América e que rapidamente se estendeu a todos os países ocidentais provocando desemprego, falta de crédito nos mercados, falência de empresas, diminuição de investimentos e criando desconfiança em relação ao futuro. As empresas têm mais facilidade de se deslocar e com elas os empregos para países que lhes oferecem condições mais aliciantes (mão de obra barata e qualificada, baixa carga de impostos, matéria-prima barata). Este fato acaba ocasionando desemprego, principalmente, nos países mais desenvolvidos.

A globalização estabelece com maior claridade a responsabilidade que os cristãos devem assumir na sua missão no mundo que o rodeia, já que faz parte das preocupações da Igreja e da sua reflexão social, em que se propõem uma série de critérios de interpretação e de ação que permitem que se considere a Doutrina social da Igreja como uma categoria de interpretação da realidade social à luz do Evangelho, o anúncio do reino de Deus provocada pela procura da justiça social, a promoção da dignidade humana, da solidariedade, da opção preferencial pelos pobres e excluídos e por aqueles que sofrem e atualmente estão nas periferias do mundo da globalização.

«O samaritano do caminho partiu sem esperar reconhecimentos nem obrigados. A dedicação ao serviço era a grande satisfação diante do seu Deus e na própria vida e, conseqüentemente, um dever. Todos temos uma responsabilidade pelo ferido que é o nosso povo e todos os povos da terra. Cuidemos da fragilidade de cada homem, cada mulher, cada criança e cada idoso, com a mesma atitude solidária e solícita, a mesma atitude de proximidade do bom samaritano». (FT79)

É, por isso, que a Igreja tem uma palavra a dizer a respeito da natureza, das condições, das exigências e das finalidades do desenvolvimento autêntico e, de igual modo, a respeito dos

obstáculos que o entravam. Ao fazê-lo, a Igreja está a cumprir a missão de evangelizar, porque dá a sua primeira contribuição para a solução do urgente problema do desenvolvimento, quando proclama a verdade acerca de Cristo, de si mesma e do homem aplicando-a a uma situação concreta.

Como instrumento para alcançar este objetivo, a Igreja propõe um agir do ser humano que está explanado na sua doutrina social. Na difícil conjuntura presente, tanto para favorecer a correta formulação dos problemas que se apresentam, como para a sua melhor solução, poderá ser de grande ajuda um conhecimento mais exato e uma difusão mais ampla do «conjunto dos princípios de reflexão, dos critérios de julgamento e das diretrizes de Ação» propostos pelo seu ensinamento. (SRS41)

A Igreja dá a conhecer na sua DSI um valioso conjunto de valores permanentes, critérios de escolha e diretrizes de ação para compreender os cenários e problemáticas do processo de globalização. A DSI é capaz de suscitar esperança no meio de situações difíceis, já que não havendo esperança para os pobres não haverá para ninguém. Tendo em conta isto verifiquemos o que nos diz o Papa Bento XVI,

«'Caritas in veritate' é um princípio à volta do qual gira a doutrina social da Igreja, princípio que ganha forma operativa em critérios orientadores da ação moral. Destes, desejo lembrar dois em particular, requeridos especialmente pelo compromisso em prol do desenvolvimento numa sociedade em vias de globalização: a justiça e o bem comum». (CIV6)

O Papa Bento XVI toma consciência que o problema da expansão do neoliberalismo, a acumulação de poder e de recursos em poucas mãos colocando o homem ao serviço da economia se deveu ao fato da economia se ter tornado independente da lógica humana e ganhou a sua própria lógica, a lógica de mercado. Devido a esta realidade privilegia-se o lucro acima do valor da vida humana e coloca-se como princípio orientador das relações humanas naturais da economia, a competência. No entanto, o desenvolvimento económico tem de estar orientado para atingir o bem comum dos cidadãos.

A DSI não reprovava a economia de mercado, mas exige que se coloque a centralidade da pessoa humana em si mesma e na sua relação com os outros, o respeito à sua dignidade e liberdade, ao destino universal dos bens, ao legítimo direito à propriedade, à sua competência e à solidariedade. Exclui, portanto, a falta de preocupação pelos marginalizados e a falta de respeito pelo meio ambiente,

«este processo por sua própria natureza causou um envolvimento de todas as economias. Foi o motor principal para a saída do subdesenvolvimento de regiões inteiras e, por si mesmo, constitui uma grande oportunidade. Contudo, sem a guia da caridade na verdade, este ímpeto mundial pode

concorrer para criar riscos de danos até agora desconhecidos e de novas divisões na família humana». (CiV33)

O Papa Francisco repete na encíclica *Laudato Si* que tudo está interligado, isto é que tudo se relaciona entre si e que nada existe de forma fragmentada e isolada:

«O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se podem considerar separadamente. Assim como os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si, assim também as espécies vivas formam uma trama que nunca acabaremos de individualizar e compreender. Boa parte da nossa informação genética é partilhada com muitos seres vivos. Por isso, os conhecimentos fragmentários e isolados podem tornar-se uma forma de ignorância, quando resistem a integrar-se numa visão mais ampla da realidade». (LS138)

Esta máxima de Francisco ajuda à compreensão do meio ambiente como uma relação:

«a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos». (LS139)

Neste sentido, a DSI promove através dos seus princípios essenciais, muitas vezes recordados no Magistério Eclesial, orientações que servem para interpretar a realidade e agir com eficácia e solidariedade no processo de humanização da globalização. Isto é, fomenta a vivência de relações que sejam humanas, de amizade, solidariedade e reciprocidade, ainda no interior da atividade económica e não exteriormente ou depois dela. A DSI considera possível viver relações autenticamente humanas de amizade e camaradagem, de solidariedade e reciprocidade, mesmo no âmbito da atividade económica e não apenas fora dela ou «depois» dela. A área económica não é eticamente neutra nem de natureza desumana e antissocial. Pertence à atividade do homem; e, precisamente porque humana, deve ser eticamente estruturada e institucionalizada.

«O grande desafio que temos diante de nós, resultante das problemáticas do desenvolvimento neste tempo de globalização, mas revestindo-se de maior exigência com a crise económico-financeira, é mostrar, a nível tanto de pensamento como de comportamentos, que não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da atividade económica normal. Isto é uma exigência do homem no tempo atual, mas também da própria razão económica. Trata-se de uma exigência simultaneamente da caridade e da verdade». (CiV36)

Trata-se de iniciar um processo de transformação que leve os crentes e os homens de boa vontade por um caminho que tem início na tomada de consciência que são filhos de Deus e se

dirige à compreensão, reflexão e mudança dos diversos elementos e estruturas do modelo económico que influenciam a nossa vida. Neste sentido, os princípios da DSI servem como categorias de leitura da realidade social iluminados pelo Evangelho. Este foi um dos pontos mais importantes que procurei inculcar nos alunos com que me deparei durante a PES e é ao mesmo tempo um ponto de partida para se conseguir dialogar com os alunos relativamente à relação entre a Política e a religião: a DSI apresenta uma proposta do que deve ser a ação tanto das pessoas crentes como das pessoas de boa vontade e dar a entender este ponto aos alunos de EMRC é muito importante na nossa missão como educadores ao lecionarmos a unidade letiva do secundário relativa a essa relação.

E será de igual forma interessante apresentar alguns dos princípios fundamentais da DSI que podem servir para procurar verdadeiramente o que nos humaniza: a solidariedade, o bem comum, o desenvolvimento humano, a dignidade da pessoa e os bens universais em favor da construção dum projeto alternativo de globalização mais humano.

### **2.3.Os princípios da Doutrina Social da Igreja. Propostas de orientação política para um mundo globalizado e secularizado.**

A nossa missão como professores de EMRC consiste, ao mesmo tempo que olhamos para o conteúdo programático da disciplina, em olhar para a realidade que nos envolve e ajudar os alunos a ler e a compreender essa realidade em ordem a refletir e a arranjar ideais que possam ajudá-los ao longo da sua vida.

Face a um mundo globalizado e secularizado que nos rodeia um dos maiores desafios que se levanta e em que todos estamos de acordo é a necessidade de equidade. Neste sentido, o Papa João Paulo II levanta a seguinte questão,

«Voltando agora à questão inicial, pode-se dizer que, após o fracasso do comunismo, o sistema vencedor é o capitalismo, e que os esforços dos países que tentam reconstruir sua economia e a sociedade são direcionados para isso? Esse é talvez o modelo que precisa ser proposto aos países do Terceiro Mundo, que buscam o caminho do progresso económico e civil real?». (CA42)

Esta interrogação entranha-se na tarefa confiada por Deus à Igreja relativa à obrigação de dirigir os homens à felicidade não a exclusivamente caduca e temporal, mas à eterna. Durante muito tempo a Igreja considerou que não devia imiscuir-se sem razão nos assuntos terrenos «a Igreja crê não dever intrometer-se sem motivo nos negócios terrenos» (QA41). No entanto, também considerava que,

«O que não pode, é renunciar ao ofício de que Deus a investiu, de interpor a sua autoridade não em assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus Nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar toda a lei moral, interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e importunamente, sujeitam e subordinam ao Nosso juízo a ordem social e as mesmas questões económicas». (QA41)

Mediante a reflexão realizada e expressa na sua DSI a Igreja faz uma legítima contribuição para a problemática atual da economia mundial procurando conseguir que a globalização seja um processo positivo para toda a humanidade. Se queremos conseguir que a globalização seja um processo encorajador para todos os seres humanos, será interessante averiguar o que impede o seu funcionamento adequado, para isso teremos que nos enfrentar com o capitalismo, fundamento do sistema económico que gera esta globalização.

Considerando a pergunta inicial, se a globalização capitalista não é a resposta já que provoca tanto mal como bens, teremos de ser capazes de propor uma alternativa à forma como a globalização tem decorrido e tem sido colocada em prática. Esta proposta é um convite à procura em diferentes campos de ação da sociedade humana. O magistério social apresenta vários textos de pontífices que refletem esta realidade. O Papa João XXIII na Encíclica *Pacem in Terris* (1963) escreve que a dimensão universal do problema social na procura da necessidade de paz se constrói a partir da pessoa e tem como fundamento essencial a unidade da família humana,

«A unidade universal do convívio humano é um fato perene. É que o convívio humano tem por membros seres humanos que são todos iguais por dignidade natural. Por conseguinte, é também perene a exigência natural de realização, em grau suficiente, do bem comum universal, isto é, do bem comum de toda a família humana». (PT131)

O Papa Paulo VI na sua encíclica *Populorum progressio* (1967) considera a globalização como um fenómeno que deve preocupar todo o planeta ao afirmar que a «questão social tomou uma dimensão mundial». (PP3)

O Papa João Paulo II na sua Encíclica *Centesimus annus* (1991) procura fundamentar as bases para uma reflexão sobre a construção duma sociedade que se descobriu global. A DSI reflete e mostra que a globalização é um dos grandes problemas que preocupa a sociedade mundial e que a pensando em toda a sua extensão se consegue, «O terceiro desafio é a globalização, que tem um significado mais amplo e profundo do que o simplesmente económico, pois que se abriu na história uma nova época, que concerne ao destino da humanidade». (CDSII6)

Os seres humanos atuais vivem numa época caracterizada pela rapidez, pela agitação e pelo imediatismo. Estas características são típicas de uma sociedade na qual a globalização da

indiferença está enraizada e como tal produz efeitos nefastos, tais como, não ver no outro o meu semelhante, o meu irmão. Este fenómeno, tão presente na nossa época, caracteriza-se pelo egoísmo e pelo individualismo, para os quais devemos estar atentos e procurar combater a sua proliferação na sociedade humana.

A globalização da indiferença leva a uma transformação da nossa sociedade em que caem em desabituação muitos dos nossos usos e costumes que eram identitários de cada país. Surge uma sociedade que vive uma cultura imediatista, uma cultura do imediato, na qual não há tempo a perder. É uma sociedade bombardeada pela publicidade que procura alimentar e incentivar a sociedade de consumo e em que as relações humanas saem prejudicadas.

Desde o início do seu pontificado que o Papa Francisco procura denunciar esta realidade que rouba a humanidade, o rosto e o nome de muitos e os transforma em números estatísticos denunciando a globalização da indiferença,

«Neste mundo da globalização, caímos na globalização da indiferença. Habitamo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa![...] Somos uma sociedade que esqueceu a experiência de chorar, de ‘padecer com’: a globalização da indiferença tirou-nos a capacidade de chorar!». <sup>67</sup>

Verificamos no Papa Francisco um homem de diálogo e que constantemente nos alerta para a importância de cuidarmos dos mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade. Esta preocupação do Papa com os mais pobres está presente de forma visível nas suas intervenções desde o início do seu pontificado, inclusive já na sua primeira Exortação Apostólica, a *Evangelii Gaudium*, em que analisa o cenário mundial que nos rodeia, o Papa Francisco percebe uma relação desproporcional entre o nível de desenvolvimento tecnológico, as novas formas de poder e o desenvolvimento humano, assim ele afirma:

«hoje devemos dizer ‘não a uma economia da exclusão e da desigualdade social’. Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o facto de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população vêm-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do ‘descartável’, que aliás

---

<sup>67</sup> Papa Francisco, «Viagem a Lampedusa (Itália). Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios. Homilia do Santo Padre Francisco.», Viagem a Lampedusa (Itália). Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios. Homilia do Santo Padre Francisco., acedido 12 de janeiro de 2022, [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco\\_20130708\\_omelia-lampedusa.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html).

chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, ‘sobras’».(EG53)

Percebemos na mensagem do Papa Francisco, contundentes denúncias ao atual sistema que exclui aqueles que não podem pagar pelos benefícios da globalização e como tal entram em uma nova categoria social, os excluídos. Infelizmente o número destes homens e mulheres tem aumentado com o passar o do tempo, o que evidencia uma total desproporcionalidade entre o desenvolvimento económico/tecnológico e o desenvolvimento social/humano. Diante desta desproporcionalidade, o Papa Francisco, convida constantemente os cristãos a pertencerem a uma Igreja em saída e a assumirem o combate à Globalização da Indiferença. O Papa Francisco na sua Encíclica *Fratelli Tutti* também faz referência a este fenómeno e à forma como o devemos combater,

«Há um modelo de globalização que visa conscientemente uma uniformidade unidimensional e procura eliminar todas as diferenças e as tradições numa busca superficial de unidade. (...) Se uma globalização pretende fazer a todos iguais, como se fosse uma esfera, tal globalização destrói a riqueza e a singularidade de cada pessoa e de cada povo». Este falso sonho universalista acaba por privar o mundo da variedade das suas cores, da sua beleza e, em última análise, da sua humanidade. Com efeito, o futuro não é monocromático, mas – se tivermos coragem para isso – podemos contemplá-lo na variedade e na diversidade das contribuições que cada um pode dar. Como precisa a nossa família humana de aprender a viver conjuntamente em harmonia e paz, sem necessidade de sermos todos iguais!». (FT100)

Como podemos verificar esta problemática é uma questão que está sempre presente no pensamento do Papa Francisco e que defende na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz 2021 um novo rumo para a globalização, que elimine as desigualdades e siga princípios sociais.

«Num tempo dominado pela cultura do descarte e perante o agravamento das desigualdades dentro das nações e entre elas, gostaria de convidar os responsáveis das organizações internacionais e dos Governos, dos mundos económico e científico, da comunicação social e das instituições educativas a pegarem nesta bússola dos princípios (...) para dar um rumo comum ao processo de globalização, um rumo verdadeiramente humano».<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Papa Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz», Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz, 7, acedido 12 de janeiro de 2022, [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco\\_20201208\\_messaggio-54giornatamondiale-pace2021.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20201208_messaggio-54giornatamondiale-pace2021.html).

O texto apresenta uma ética do cuidado, que passa pela «promoção da dignidade de toda a pessoa humana, a solidariedade com os pobres e indefesos, a solicitude pelo bem comum e a salvaguarda da criação».<sup>69</sup>

O Papa coloca esta preocupação em ligação com os ensinamentos bíblicos, que mostram um «Deus Criador» e as «ações messiânicas» de Jesus em favor dos mais desfavorecidos, lembrando ainda que «as obras de misericórdia espiritual e corporal constituem o núcleo do serviço de caridade da Igreja primitiva» e da Doutrina Social da Igreja.<sup>70</sup>

A mensagem sublinha a dignidade fundamental de cada ser humano, donde derivam direitos e deveres, «a responsabilidade de acolher e socorrer os pobres, os doentes, os marginalizados».

Nas suas palavras indica-nos a solidariedade como forma de ver o outro,

«A solidariedade ajuda-nos a ver o outro – quer como pessoa quer, em sentido lato, como povo ou nação – não como um dado estatístico, nem como meio a usar e depois descartar quando já não for útil, mas como nosso próximo, companheiro de viagem, chamado a participar, como nós, no banquete da vida, para o qual todos somos igualmente convidados por Deus».<sup>71</sup>

Nessa mensagem Francisco retoma preocupações manifestadas na sua encíclica social e ecológica *Laudato si*, destacando a exigência de «ouvir ao mesmo tempo o grito dos necessitados e o da criação».<sup>72</sup> O Papa convida-nos a agir «conjunta e solidariamente em prol do bem comum, aliviando quantos padecem por causa da pobreza, da doença, da escravidão, da discriminação e dos conflitos».<sup>73</sup>

Sendo uma presença constante a problemática da globalização, a DSI propõe, através dos seus princípios, critérios de discernimento que orientam para a construção de um novo projeto de globalização. Através da sua doutrina, a Igreja não quer impor-se à sociedade, mas proporcionar critérios de discernimento para a orientação e formação de consciências e do agir humano. Tendo em conta esta missão, a DSI propõe uma visão global do homem e da humanidade, e também de denúncia do pecado da injustiça e da violência que se verifica a sociedade (CDSI81). Não entra em aspetos técnicos nem se apresenta como uma terceira via para substituir sistemas políticos ou económicos, o seu propósito é religioso, tem como fundamento último a missão da igreja na sociedade. A sua finalidade é interpretar as realidades da existência do homem, examinando a sua conformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho e propor linhas de atuação que considera consentâneas com essa

---

<sup>69</sup> Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz» 6.

<sup>70</sup> Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz»5.

<sup>71</sup> Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz»6.

<sup>72</sup> Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz»6.

<sup>73</sup> Francisco, «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz»7.

missão. É uma doutrina dirigida em especial a cada cristão que assume responsabilidades sociais atuando com justiça e caridade, orientando o seu comportamento.

Por isso, a doutrina social implica «responsabilidades referentes à construção, à organização e ao funcionamento da sociedade: obrigações políticas, econômicas, administrativas, vale dizer, de natureza secular, que pertencem aos fiéis leigos, não aos sacerdotes e aos religiosos».  
(CDSI83)

Os princípios da Doutrina Social da Igreja levam a que possamos pensar na construção duma alternativa à globalização pós-moderna que tem prejudicado a dignidade do ser humano e a vida natural do planeta. As propostas da DSI levam a que possamos discernir de forma crítica e configurar as nossas ações perante as expressões de desamor que provocam enormes desigualdades no nosso planeta, para que possamos agir com responsabilidade ética perante a dignidade da pessoa, da igualdade, da solidariedade, do bem comum, da justiça, da cidadania e da diversidade.

A proposta da DSI aparece-nos essencialmente como uma reflexão-ação, iluminada pelo conhecimento científico e tecnológico globalizado, a partir da experiência da fé na pessoa de Jesus de Nazaré. É uma proposta alternativa, que podemos e devemos apresentar aos jovens, à realidade pós-moderna globalizada para nos levar ao reconhecimento do outro e à construção duma sociedade global mais humana e que se preocupe verdadeiramente com a dignidade da pessoa humana, com as relações entre sociedades distintas, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Tal como o Papa Francisco nos solicita é importante encontrar tempo para o outro, a dedicarmo-nos ao outro, aos que sofrem e aos que precisam de ser ouvidos e cuidados. Este é outro dos fundamentos, da semente que temos que colocar nos nossos alunos para que eles possam colocar em prática a política melhor que o Papa refere e que será desenvolvido no tema do próximo capítulo deste RFPES.

Face a esta proposta do agir humano proposto pela igreja de seguida iremos verificar quais são essas propostas para que todo o ser humano, mesmo aqueles que não sejam crentes possam colocá-las em prática. A partir da dignidade da pessoa humana a DSI apresenta os princípios pelos quais os crentes e todos os seres humanos de boa vontade devem agir no seu dia a dia.

### 2.3.1. A dignidade da pessoa humana

A partir da leitura da DSI podemos afirmar que todo o ser humano é um ser aberto à relação com os outros na sociedade. O ser humano é criado por Deus à sua imagem e semelhança. Neste sentido, «A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado ‘à imagem de Deus’, capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por este constituído senhor de todas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus». (GS12)

A criação do género humano surge-nos em contraste com a criação de todos os outros seres vivos: estes foram criados «segundo as suas espécies» (Gn1,21-25); o ser humano é criado à imagem e semelhança de Deus, o que confere a todos os homens uma dignidade única já que não existem várias espécies humanas, mas uma única humanidade.

Há uma relação particular entre Deus e os homens, há uma vinculação do ser humano a Deus e que para os teólogos do Antigo Testamento é a base da dignidade e dos direitos concretos de cada ser humano. Na Sagrada Escritura não há uma reflexão teórica sobre os direitos humanos, mas são apresentados direitos concretos que devem ser entendidos como essenciais: o direito do homem ao respeito pela sua vida. A vida humana pertence a Deus, tendo nele a sua origem e fim: «Todas as vidas são minhas: a vida do pai, assim como a do filho são minhas» (Ez 18,4); a dignidade humana tem que ser respeitada por todos, principalmente na defesa dos mais desfavorecidos, das pessoas com alguma deficiência (Lv 19,14) e dos que sofriam (Sir 7,11).

Ser imagem e semelhança de Deus é o fundamento teológico-antropológico da dignidade da pessoa humana, que se vive e desenvolve na relação marcada pela polaridade imanência-transcendência, mas que acontece igualmente pela relação do homem com o mundo e com os outros seres humanos. Existe uma substancial igualdade de todos os homens, já que só há uma única espécie humana. Para os crentes o ser humano tem uma relação com Deus e é nessa relação que o homem descobre o significado da sua vida e o sentido primeiro e último da sua existência. Além dessa relação, o ser humano é chamado a ser artífice, «O Senhor Deus tomou o homem e pô-lo no jardim do Éden, para que o cultivasse e guardasse» (Gn 2,15). Deus surge como o referente primeiro do ser humano, sem, no entanto, impedir que o homem seja autónomo e livre de agir e de realizar a sua própria história e se diferencie (diferença em relação à terra e aos animais, em relação a Deus, em relação aos pais, em relação ao género).

É num contexto de diferenciação que o homem constrói a sua relação com Deus e com os outros.<sup>74</sup>

O Novo Testamento vê em Cristo não só o salvador e o redentor universal, mas também o cumprimento definitivo do projeto original sobre o homem, «Em Cristo e por Cristo cumpre-se o desejo de Deus. Façamos o homem à nossa imagem, Ele é a realização plena e perfeita da imagem de Deus. Paulo evoca-o como o “novo Adão”, o “homem novo”» (Rm 5,12-19).

Para assegurar o seu bem pessoal e familiar, cada pessoa é chamada a realizar-se plenamente, promovendo o desenvolvimento e o bem da própria sociedade. Assim, a pessoa é o centro do ensinamento social católico. Qualquer conteúdo da doutrina social encontra seu fundamento na dignidade da pessoa humana. A pessoa humana é considerada um fim em si mesmo, nunca um meio.

A Igreja não pensa em primeiro lugar no Estado, no partido ou em qualquer grupo determinado. Pensa na pessoa como ser único e irrepetível, criado à imagem de Deus. Uma sociedade só será justa se souber respeitar a dignidade de cada pessoa. Portanto, a ordem social e o progresso devem ordenar-se segundo o bem das pessoas, pois a organização das coisas deve subordinar-se à ordem das pessoas e não o contrário (GS26).

O respeito à dignidade humana passa necessariamente por considerar o próximo como um outro eu, sem marginalizar ninguém. A vida do outro deve ser levada em consideração, assim como os meios necessários para mantê-la dignamente. Assim, o conteúdo da doutrina social é universal, pois considera a dignidade de cada pessoa como inalienável, única e necessária para construir o bem de todos.

Outros princípios básicos da doutrina social e que derivam da dignidade da pessoa humana são: o bem comum, a subsidiariedade, a participação, o destino universal dos bens e a solidariedade.

### **2.3.2.O princípio do Bem Comum**

O Bem Comum é o «conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição» (GS26). Não se trata de simples soma dos bens particulares de cada sujeito. É um bem indivisível, porque somente juntos se pode alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo (CDSI164). O Bem Comum permite que as pessoas desenvolvam de forma integral os seus talentos e a construção da sua dignidade. O Bem Comum é exigência e responsabilidade de todos os sujeitos da sociedade,

---

<sup>74</sup> Guido Benzi, «Un unica carne (Nen 2,24). La creazione dell'uomo e della donna e la loro reciprocità», em *Identità e differenza sessuale. Il gender e la teologia*, NBSR 57 (Roma: LAS, 2018), 55–67.

«As exigências do Bem Comum derivam das condições sociais de cada época e estão estreitamente conexas com o respeito e com a promoção integral da pessoa e dos seus direitos fundamentais». (CDSI166)

As condições da vida social na nossa sociedade devem implicar por parte de todas as pessoas a procura do Bem Comum. Nas palavras do Papa Pio XI,

«Deve procurar-se que a repartição dos bens criados, a qual não há quem não reconheça ser hoje causa de gravíssimos inconvenientes pelo contraste estridente que há entre os poucos ultras ricos e a multidão inumerável dos indigentes, seja reconduzida à conformidade com as normas do bem comum e da justiça social». (CDSI167)

O modelo socioeconómico existente na actualidade incorpora de maneira estrutural factores que são motivo de exclusão social. Neste sentido é dever do Estado e das instituições políticas encarregar-se de promover o desenvolvimento do bem comum, harmonizando os interesses individuais dos indivíduos e dos diversos grupos sociais (CDSI169). Deve existir um reconhecimento de que todas as pessoas têm os mesmos direitos. O Bem Comum refere-se, por exemplo, a serviços essenciais ao ser humano: acesso a alimentação, habitação, trabalho, educação, cultura, transporte, saúde, informação, liberdade. Implica também o empenho pela paz, a organização dos poderes do Estado, um sólido ordenamento jurídico, a protecção do meio ambiente.

### **2.3.3.O princípio da subsidiariedade**

Este princípio está presente na DSI desde a primeira encíclica social, *Rerum Novarum* (1891). O princípio da subsidiariedade indica que, na sociedade, as instituições e organismos de ordem superior devem colocar-se em atitude de ajuda (*'subsidium'*) – e, portanto, de apoio, promoção e incremento – em relação às menores (CDSI186). Por nível superior entende-se aquelas que são mais gerais (por exemplo, o governo central da União Europeia em relação aos governos nacionais e estes em relação aos municipais) e os organismos estatais em relação às organizações não-governamentais. É importante notar que o princípio da subsidiariedade inverte a lógica dos governos centralizadores e assistencialistas. Para estes governos, o Estado deve organizar e controlar os serviços sociais e as organizações não governamentais apenas o ajudam nesta tarefa. Pelo princípio da subsidiariedade, as pessoas, ao organizarem-se, devem procurar, a partir de sua história, de seus valores e princípios, as

melhores soluções para os seus problemas e o Estado deve ajudá-las a viabilizar estas soluções na procura do bem comum.

O objetivo fundamental deste princípio é garantir o protagonismo da pessoa na sua vida pessoal e social. Ele protege as pessoas dos abusos das instâncias sociais superiores – por exemplo, do Estado – e solicita que as instâncias superiores ajudem os indivíduos e grupos intermediários a desempenhar suas próprias funções (CDSI187).

A subsidiariedade não promove formas de centralização, de burocratização, de assistencialismo, de presença injustificada e excessiva do Estado e do aparato público, pois considera que tirar a responsabilidade da sociedade provoca a perda de energias humanas e o aumento exagerado do setor estatal.

De forma positiva, indica a necessidade de se dar suporte às pessoas, famílias, associações, iniciativas privadas, promovendo «uma adequada responsabilização do cidadão no seu ‘ser parte’ ativa da realidade política e social do País» (CDSI187).

Este princípio declara que os corpos sociais e as instituições superiores possuem caráter colaborativo, subsidiário, não substitutivo, sobre os grupos inferiores que melhor atuam no livre desenvolvimento social do homem (Cf. QA79-80; MM53ss e 152; GS86; PP33). Por isso, tendo em vista o bem comum, a sociedade organiza-se mediante a coordenação das atividades dos indivíduos e dos grupos, tendo em conta o princípio da subsidiariedade, segundo o qual as sociedades superiores devem respeitar a atividade relativamente dos grupos intermédios, ajudando-os e protegendo-os naquilo em que tiverem necessidades.<sup>75</sup>

#### **2.3.4.O princípio da participação**

Este princípio está intimamente ligado ao princípio da subsidiariedade. A participação na vida democrática é um dos pilares de todos os ordenamentos democráticos. A participação na vida democrática expressa, substancialmente, numa série de atividades pelas quais o cidadão, individualmente ou associado a outros contribui para a vida cultural, económica, política e social da comunidade a que pertence (GS75). Deste modo, a participação é ser considerado parte ativa na própria comunidade na qual se vive. Através deste princípio, o cristão e todas as pessoas de boa vontade são chamados a apoiar a visão completa do mundo que Jesus nos transmitiu e nos chama a viver, assim como trabalhar para que a vida pública seja reta e

---

<sup>75</sup> Silvestre Marques, «Proteção social na Doutrina Social da Igreja», *Eborensia*, 1998, 80.

orientada para o bem comum, «a participação é um dever a ser conscientemente exercitado por todos, de modo responsável e em vista do bem comum». (CDSI189)

No âmbito desta proposta, iniciou-se em 2021 uma nova dinâmica sinodal a Igreja, a qual o Papa Francisco inaugurou de forma solene em Roma nos dias 9 e 10 de outubro subordinado ao tema «Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão». Pediu então que todas as dioceses do Mundo assumissem esse dinamismo em todas as suas áreas de influência e de atuação.

Mais do que uma nova metodologia de preparação do Sínodo dos Bispos, o Papa quer que a Igreja seja mais sinodal do que clerical. Ou seja: em vez de alguns falarem e os restantes acatarem as determinações vindas de cima, quer que todos possam expressar as suas opiniões e influenciar as decisões que serão tomadas. Comunhão, sinodalidade e participação são os traços de um modo eclesial de viver que o Papa Francisco defende que a Igreja coloque em prática na sua missão. O objetivo é que, a partir da contribuição de todos, se escute melhor o que o Espírito pede à Igreja.

«Fazer Sínodo significa caminhar pela mesma estrada, caminhar em conjunto. Fixemos Jesus, que na estrada primeiro encontra o homem rico, depois escuta as suas perguntas e, por fim, ajuda-o a discernir o que fazer para ter a vida eterna. Encontrar, escutar, discernir: três verbos do Sínodo, nos quais me quero deter».<sup>76</sup>

São estes três verbos que o Papa propõe para o Sínodo que devem, igualmente, orientar a participação na vida em sociedade, isto é, não devemos estar concentrados apenas em nós próprios mas ir ao encontro do outro, escutá-lo, saber quais são as suas necessidades e a partir daí delinear um plano de acção para ajudar o outro, aquele ao encontro de quem vamos. Esta visão deve partir da realidade que nos rodeia que é discernida e que exige que se escute. O Papa propõe um caminho em união que não é fácil devido à nossa individualidade e egoísmo que é o de construir uma Igreja em comunhão e que deve orientar a nossa vida no qual o nosso modelo é Jesus. Nós como educadores devemos ajudar os nossos alunos a tomarem consciência desta realidade e iniciar um caminho com eles, onde se sintam integrados e que a sua opinião é tida em conta.

---

<sup>76</sup> Papa Francisco, «Celebração eucarística para a Abertura do Sínodo sobre a sinodalidade. Homilia do Papa Francisco.», Celebração eucarística para a Abertura do Sínodo sobre a sinodalidade. Homilia do Papa Francisco., acedido 12 de janeiro de 2022, <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/20211010-omelia-sinodo-vescovi.html>.

### 2.3.5. O Destino Universal dos Bens

O presente princípio integra-se no princípio do bem comum. A relação do homem com a terra e com os seus recursos é apresentada como a relação com algo que lhe pertence (para que a cultivasse e desenvolvesse) mas que não é propriedade sua (para que a guardasse).<sup>77</sup>

Tendo em conta este princípio sabemos que a pessoa tem direito às condições básicas para a sua subsistência e que toda a realidade de marginalização e miséria não pode ser indiferente a todos os seres humanos e que devemos agir para combater essas situações.

«Este princípio leva-nos a considerar a economia desde os valores da justiça e da solidariedade. “Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade”». (GS69)

### 2.3.6.O princípio da solidariedade

Este princípio, defende a ligação das pessoas entre si por inclinações e laços naturais, que aumentam constantemente, visto o compromisso de a convivência ser mútua e responsável em ordem à integração de valores, em toda a sociedade (CF. MM157ss; GS63-72; PP3; PP43-44; SRS38-40).

A prática da solidariedade é fundamental para a ordem social. Por isso, é importante entre os indivíduos, as famílias, os grupos e nas relações entre os povos. É o valor central da conceção cristã da sociedade. Esta prática apresenta a realidade mais íntima do ser humano, que promove a unidade e a fraternidade entre os homens, com finalidades e deveres comuns (Cf. QA83-36; QA111-118; GS4; PP66; SRS33-40).

A solidariedade não é um simples sentimento de compaixão pelos males sofridos pelas outras pessoas quer sejam próximas ou distantes. É a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem de todos e de cada um, porque «todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos» (SRS38).

A solidariedade apresenta-se sob dois aspetos complementares: o de princípio social – ordenador das instituições – e o de virtude moral – responsabilidade pessoal com o próximo (CDSII93).

---

<sup>77</sup> Gianfranco Ravasi, *L'uomo della Bibbia* (Bologna: EDB, 2014), 32.

A solidariedade manifesta-se antes de tudo na distribuição dos bens e na remuneração do trabalho. O ensinamento social católico defende que os problemas socioeconómicos, «só podem ser resolvidos com o auxílio da solidariedade: solidariedade dos pobres entre si, dos ricos e dos pobres, dos trabalhadores entre si, dos empregadores e dos empregados na empresa, solidariedade entre as nações e entre os povos» (CIC1940).

O Papa João Paulo II, ao referir-se a este tema diz-nos que a prática da solidariedade deve fazer parte das nossas preocupações,

«a prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida, quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispondo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, hão-de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a partilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, devem fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros». (SRS39)

O presente princípio evidencia a necessidade de se reconhecer a interdependência entre os homens e os povos que é assinalada pela DSI: «Nunca como hoje, houve uma consciência tão generalizada do liame de interdependência entre os homens e os povos, que se manifesta em qualquer nível» (CDSI192). Esta interdependência entre as pessoas que atuam na mesma sociedade permite que se considere a solidariedade como princípio social e como virtude moral (CDSI193).

Desta maneira, o princípio social leva à ação face às desigualdades sociais e impulsiona-nos a procurar uma igualdade ético-social, a trabalhar para o bem comum.

Os princípios da Doutrina Social da Igreja levam a que possamos pensar na construção duma alternativa à globalização que muitas vezes tem prejudicado a dignidade do ser humano e a vida natural do planeta. As propostas da DSI levam a que possamos discernir de forma crítica e configurar as nossas ações perante as expressões de desamor que provocam enormes desigualdades no nosso planeta, para que possamos agir com responsabilidade ética perante a dignidade da pessoa, da igualdade, da solidariedade, do bem comum, da justiça, da cidadania e da diversidade. E é neste sentido que as aulas de EMRC devem ocorrer quando estivermos a debater o tema da Política e da Religião, não as considerando como realidades inimigas uma da outra mas como componentes da sociedade que devem trabalhar conjuntamente em prol do bem comum das pessoas e do mundo que as rodeia.

A proposta da DSI aparece-nos essencialmente como uma reflexão-ação, iluminada pelo conhecimento científico e tecnológico globalizado, a partir da experiência da fé na pessoa de

Jesus de Nazaré. Aponta novas possibilidades e horizontes, novas maneiras de ver e de fazer, que podemos e devemos apresentar aos jovens, para os levar ao reconhecimento do outro e a contribuírem para a construção duma sociedade global mais humana e que se preocupe verdadeiramente com a dignidade da pessoa humana, com as relações entre sociedades distintas, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Tal como o Papa Francisco nos indica é importante encontrar tempo para o outro, a dedicarmo-nos ao outro, aos que sofrem e aos que precisam de ser ouvidos e cuidados. Este é outro dos fundamentos, da semente que temos que colocar nos nossos alunos para que eles possam colocar em prática a ‘política melhor’ que o Papa refere e que será analisado no próximo capítulo.

### 3. A missão da Igreja e a política

A partir das propostas que a DSI faz para que toda a sociedade se preocupe com a política é importante definir qual deverá ser a missão da igreja e como os crentes podem agir no mundo que nos rodeia. É importante demonstrar e fazer que os alunos entendam que a política e a religião não são entidades que devam estar afastadas, mas que ensinam de forma interligada o ser humano a agir na sociedade. É importante que os alunos compreendam que todos os seres humanos têm vocação para a causa pública. Isto não significa que tenham que participar em partidos, mas que há muitas formas de procurar atingir o fim da política e da religião: o bem comum.

Neste capítulo procurarei de forma sistemática reflectir sobre qual é a missão da igreja e o que ela entende que deve ser a acção política dos cristãos. É importante que os alunos tenham consciência desta missão e que têm muitas formas de agir politicamente no mundo.

O cristão tem ou deve ter como norma de vida os ensinamentos de Jesus de Nazaré, é a prática, o colocar em acção na sua vida esses ensinamentos que configuram a pertença ao grupo dos cristãos. Jesus de Nazaré foi uma personagem marcada pelo tom profético que pedia uma mudança na sociedade já que apresenta um projeto de sociedade muito claro, baseado na justiça, na paz entre todos e no amor fraterno. Apresenta a ideia de um reino que é proclamado e vivido, ainda que parcialmente – pois a sua plenitude dependeria da consumação dos planos do Criador em tempo oportuno (*kairós*). Esse reino de que Jesus fala não é uma realidade que exista externamente à sociedade humana, fora do mundo, mas que deve ser vivida no mundo, isto é, que transforme o mundo, a sociedade. Trata-se duma consciência crítica, política e planetária. Paul Freston refere a existência duma exclusão do discurso sobre Deus e sobre a religião na praça pública, devido à legítima e requerida separação entre Igreja e Estado: «A política não deve ser meio de fortalecer uma religião em detrimento de outras», e continua: mas dizer que a religião em si nada tem a ver com a conduta política é lógica e historicamente falsa». <sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Paul Frestons, *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. (Viçosa, Minas Gerais: Editora Ultimato, 2006), 9.

### **3.1.O evangelho, o reino de Deus e a sua vocação pública.**

A “Boa Nova” (Evangelho) leva-nos a inferir a proximidade e a instauração do Reino de Deus no mundo, já que o interesse salvífico do Deus revelado em Jesus é participar da história, isto é, o cristão, o seguidor de Jesus não deve ser uma personagem passiva na sua história e na vivência da sua fé. Deus ocupa-se da sua criação, incluindo o ser humano, mas este deve atuar conforme os ensinamentos de Jesus de Nazaré. Jesus não nos transmite uma mera doutrina, mas é uma “Pessoa-Acontecimento”. A Boa Nova é encarnada no próprio Cristo, o “enviado” (o Messias). Ele chama os seres humanos a que reorientem sua vida de forma a adotar as disposições necessárias para participar no Reino de Deus, cuja irrupção definitiva no mundo vai inseparavelmente unida com a envio de Cristo ao mundo (Mc 1.15). Essa “boa notícia” salva o ser humano no mundo e não do mundo. Muitas vezes este chamamento de Jesus de Nazaré foi mal compreendido e gerou por parte dos cristãos uma atitude de negação do mundo e uma visão negativa da sociedade e da materialidade, que umas vezes alimentava a pretensão de ser apolítico, de viver para uma realidade espiritualizante e escatológica e outras o da procura duma totalização institucional da realidade política por parte da Igreja.

No entanto a promessa do Reino de Deus, fermento subversivo para levedar silenciosamente a massa (Mt 13,33), é projeto de transformação da realidade e inauguração de novas relações. Suspirar a vinda do Reino de Deus é participar do Seu “governo”, com os elevados padrões e valores morais que Jesus de Nazaré nos comunicou. Tem vocação pública. Não é um chamamento a uma santidade cerimonial e ritualística, reservada só para alguns, para os escolhidos. É um chamamento para uma vida de compromisso com o outro, com a transformação do mundo. Mais do que transmitir uma boa nova é um convite para ser boa notícia, agindo em prol da justiça já que se o cristão não agir assim arrisca-se a legitimar a desigualdade e a opressão. Cair na omissão desse fato gera violência e um evangelho dualista, e, por isso, inconsistente, estéril, ineficaz, escapista. Esse tipo de evangelho não seria o evangelho que anunciava Jesus. Robinson Cavalcanti afirmou:

«Cabe à Igreja um ministério de intercessão pelo país, pelos que estão no poder e pelos problemas que afligem o povo. Cabe à Igreja um ministério profético, pelo ensino total das Escrituras a seus membros, e, encarnando a consciência moral da nação, posicionar-se diante de ideias e ações que contrariem a vontade de Deus [...]. Cabe à Igreja preparar os seus líderes e os seus liderados para um exercício responsável da cidadania, apoiando, particularmente, aqueles vocacionados para o exercício da vida pública. Os cristãos conscientes irão militar em partidos políticos, em sindicatos, em associações profissionais. Algumas vezes a conjuntura exigirá a criação de

um partido cristão ou um sindicato cristão; outras, a criação de setores cristãos nas organizações».<sup>79</sup>

Essa consciência pública advém de uma consciência sensibilizada pelo poder do Espírito Santo e iluminada pelas Escrituras, além de uma reflexão sobre as responsabilidades de grupo. Jaime Giles, exorta os cristãos a uma participação política mais apaixonada:

«O cristão deve estar interessado nos assuntos políticos do mundo, e especialmente nos de sua própria nação. Deve pagar os impostos que lhe exige o governo, e se crer que não são justos, deve fazer saber sua opinião por meio dos representantes eleitos pelo povo. Deve votar nas eleições no candidato cujo programa mais se aproxima de seus próprios desejos e convicções».<sup>80</sup>

A política é um meio para levar ao bem-estar geral, uma vez que todos os problemas humanos estão relacionados entre si e é necessário que todos cooperemos para encontrar uma solução. É um instrumento adequado para desenvolver uma série de valores e princípios normativos para a vida em sociedade: liberdade, justiça, paz, solidariedade e democracia. O cristão deve basear a sua ação política nos princípios e valores propostos pela DSI.

A esperança cristã do fim não gera indiferença no que toca aos valores terrestres presentes. Pelo contrário, a esperança é um poderoso estímulo para que o cristão atue no mundo, como bem observou Oscar Cullmann:

«Precisamente porque o Evangelho tem o seu olhar voltado para a “*Politeuma*”, a comunidade do tempo futuro, deve por princípio determinar sua atitude respeito da “pólis” presente, do estado presente. Ali onde a esperança do fim, dentro do cristianismo, é levada a sério, impõem-se uma opção de princípio respeito ao estado terrestre, mas de nenhuma maneira no sentido de rejeitar *a priori* o Estado enquanto tal».<sup>81</sup>

Uma ética política a partir do Novo Testamento está comprometida com a vida, com o agir da pessoa no seu cotidiano. O seu fundamento é a procura e a prática da justiça e da solidariedade em todas as realizações que pretenda efetivar. Será muito diferente das éticas vigentes – situacionais, individualistas e de conquista, do imediato. Precisa também de superar o legalismo, o partidarismo e o assistencialismo que está presente em muitas das realizações humanas. É preciso demonstrar aos nossos alunos, sendo uma realidade que deverá estar sempre nas nossas aulas, que a missão da igreja na sua relação com a política não deve estar escondida, mas deve ser pública, isso não implica que as pessoas se vangloriem dos seus feitos, mas que a sua acção deve estar voltada para o outro, para o seu próximo.

---

<sup>79</sup> Robinson Cavalcanti, *Cristianismo e Política* (Viçosa, MG: Ultimato, 2002), 263.

<sup>80</sup> James Giles, *Bases bíblicas de la ética*, 8.ª ed. (EL paso: CBP, 2004), 160.

<sup>81</sup> Oscar Cullmann, *Estudios de teología bíblica* (Madrid: Studium, 1973), 78.

Adela Cortina reitera que os valores cívicos que devem fazer parte duma ética cívica são fundamentalmente «a liberdade, a igualdade, a solidariedade, o respeito ativo e o diálogo, ou melhor, a disposição para resolver os problemas comuns pelo diálogo».<sup>82</sup> Esses valores seriam os “fundamentais” e permitem articular os demais valores cívicos. O que nos diz a Bíblia sobre este assunto? A autora atrás referida destaca algumas características que a Bíblia propõe no campo político e cívico a partir da leitura de alguns textos sagrados: devemos orar pelas autoridades; devemos colaborar com as autoridades e discernir os limites do Estado.

São Paulo refere em Romanos 13.1: “Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas”. Estas palavras precisam ser lidas à luz da estrutura política romana. Paulo não presumia relações democráticas no Império, mas trata pastoralmente sobre a maneira como os cristãos devem lidar com a tarefa de vivenciar a fé cristã no mundo estabelecido sobre o controlo do Império Romano. Nesta passagem temos uma idealização do que deve ser a política: é instrumento para estabelecer o bem.<sup>83</sup>

A partir desta ideia podemos refletir sobre se devemos questionar a autoridade política. Este texto de São Paulo não pode ser usado como instrumento para a passividade diante de lideranças. Quem atua na vida política deve ser promotor da justiça e essa é uma das realidades que é importante inculcar nos nossos discentes durante as aulas de EMRC.

O interesse de Paulo é o pagamento de impostos e tributos por consciência e liberdade, como um bom cidadão, e não por medo de punição ou obrigação. E, isso, só é possível lendo-se o contexto de generalização e idealização. O governo estabelecido por Deus e promotor da justiça é digno de receber os tributos, como ministro de Deus. Porém, deve-se pagar, honrar ou resistir a quem é devido. Por isso, resistência e honra devem ser observadas à luz do contexto da materialização ou não do propósito da instituição estabelecida por Deus. Assim, percebe-se aqui o interesse pastoral paulino na participação cívica da igreja.

O contexto que precede à Rm 13, 1-7, Rm 12, 9.17.21, está em jogo a prática do bem, que aqui pode ser realizada na justa participação civil de pagamento de tributos e, em contrapartida, o governo exercer com equidade a sua função de estabelecimento do projeto de atingir o bem das populações. O papel do governo é que o povo se abstenha de ações que possam ser desumanizadoras e injustas. Nesta liderança idealizada, quem pratica o mal precisa de temer as autoridades; enquanto os bons e justos, a honram. Por isso, o pagamento de impostos é um tipo de ação responsável, segundo Paulo, dos cristãos de Roma. Paulo, considerando que se

---

<sup>82</sup> Adela Cortina, *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania* (São Paulo: Edições Loyola, 2005), 181.

<sup>83</sup> Ume Wegner, «Romanos 13,1-7: Los cristianos y las autoridades. Una lectura sociológica.», *RIBLA. Revista de interpretación bíblica latinoamericana*, 2001, 70–74.

deve respeitar o governo, a autoridade, defende uma participação na vida da sociedade consciente e livre e que se procure atingir o bem social e que se deve contestar de forma adequada qualquer autoridade que não cumpra o seu papel.

A segunda característica está explícita em 1 Timóteo 2. No versículo 2, o apóstolo pede que se reze pelas autoridades: “Antes de tudo, recomendo que se façam súplicas, orações, intercessões e ação de graças por todos os homens; pelos reis e por todos os que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranquila e pacífica, com toda a piedade e dignidade”. E essa recomendação a orar, é por “todos os homens”, incluindo aqueles pelos quais não temos nenhuma vontade de orar, como os piores governantes, os flagrantes corruptos. No versículo 3 Paulo afirma que a disposição para orar é “bom e agradável a Deus”. No versículo 4 ele explica a razão dessa intercessão: “que [Deus] deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade”. Interceder pelos governantes é uma oração necessária a ser praticada pelos crentes.

A terceira característica relaciona-se com a colaboração que devemos conceder aos governantes:

«É por isso também que vocês pagam imposto, pois as autoridades estão a serviço de Deus, sempre dedicadas a esse trabalho. Deem a cada um o que lhe é devido: e imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra. Não devam nada a ninguém, a não ser o amor de uns pelos outros, pois aquele que ama seu próximo tem cumprido a lei». (Rm 13,6-8)

No propósito de Deus quem age com autoridade deve agir como um servidor, como alguém que está ao serviço do outro e não ao seu próprio serviço. E já que vivemos em uma democracia, o Estado pede-nos mais que o pagamento de impostos, ele solicita a nossa opinião e a nossa colaboração, por exemplo, através das eleições. Mas essa colaboração com o Estado não pode degenerar num servilismo. Somos desafiados a uma obediência responsável e cortês. Jorge Pinheiro dos Santos argumenta:

«A práxis do cristianismo pode ser uma forma de disputar valores na democracia representativa e de participação. E neste encontro entre religião e política deve-se repensar as relações entre utopia e kairós, já que o conceito de transição formulado no contexto de avanços da democracia participativa deve atualizar seu sentido, unindo as conquistas do cotidiano com a noção de uma civilização organizada fora dos parâmetros do mundo dominante».<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Jorge Pinheiro, *Teologia e política: Paul Tillich, Enrique Dussel e a experiência brasileira*. (São Paulo: Fonte Editorial, 2006), 99.

A quarta característica está relacionada com uma atitude cívica e responsável em que podemos criticar a autoridade com respeito e serenidade já que nenhuma autoridade nos pode exigir lealdade cega.

A Igreja tem como missão ser um sinal da mensagem de Cristo no mundo, ser a sua voz na sociedade actual. É esta, no fundo, a missão essencial da Igreja e que nós, como educadores, podemos e devemos reflectir em conjunto com os nossos alunos e que eles levem esta consideração para as suas realidades. Esta missão não está fora do mundo, mas é realizada no mundo, principalmente através de obras, do agir das pessoas. É a partir deste entendimento que compreendemos qual é a missão fundamental da Igreja e a sua relação com a temática da UL1.

### **3.2. A missão da Igreja e a opção fundamental pelos pobres.**

Interligada com a missão essencial da igreja temos que entender qual é a opção fundamental da igreja na sua exigência de intervenção política na sociedade e essa é a opção preferencial pelos pobres, «esta é uma opção ou uma forma especial de primazia no exercício da caridade cristã, da qual dá testemunho toda a tradição da Igreja» (CDSII182).

Bento XVI, na sua intervenção realizada na sessão inaugural da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, recordou que «a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica, naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza».

A igreja ao optar pelo pobre está a realizá-lo pelo Deus que se revela em Jesus. É, antes de tudo, uma opção de Deus mesmo por eles, conforme foi manifestada por meio da vida de Jesus e transmitida a todos nós através dos Evangelhos. Devemos ter em conta a incompatibilidade desta opção com ações meramente assistencialistas ou ideológicas, pois as relações que exigem respeito às pessoas são sempre de reciprocidade e gratuidade mútua, constituindo o outro em sujeito, nunca em objeto. Trata-se duma opção que tem uma dimensão estrutural, pois introduz profundas melhorias nas condições de vida. Por sua vez, comporta uma dimensão estruturante que demanda uma mudança de mentalidade no modo em que vivemos a fé perante Deus e os nossos irmãos. Não é populista a ética cristã ao propor que não se salvam os indivíduos isolados, mas nas «relações sociais entre os homens», quer dizer, cada um em relação com o povo com o qual convive (EG178). Seguindo o espírito do Vaticano II, devemos considerar que os processos de salvação ocorrem na história, não fora

dela, e para todos, não só para os crentes. Na entrega concreta aos pobres abrem-se as portas à salvação universal, pois «se se afirma que a salvação se obtém graças a um comportamento de desprendimento pessoal, de entrega generosa aos demais, de caridade, se compreende que as possibilidades de salvação sejam iguais para todos os homens, crentes ou ateus».<sup>85</sup>

O magistério do Papa Francisco continua este caminho e entende que o «pobre é uma categoria teológica» (EG198) e que deve ser uma preocupação insistente da Igreja. Esta é uma condição premente na vida da igreja já que a proposta apresentada por Jesus não é a de uma relação privada e íntima com Deus (EG183), mas a de uma relação que implica construir uma sociedade de fraternidade, paz, justiça e dignidade para todos (EG180). Esta não é uma opção facultativa entre tantas outras possíveis, mas é uma opção fundamental na vida do cristão e da Igreja no seu conjunto, pois a falta de solidariedade para com o pobre «afeta diretamente a nossa relação com Deus» (EG187) e limita o nosso modo humano de ser e viver na história.

### 3.2.1. João XXIII e o Vaticano II

A mensagem transmitida pelo Papa Francisco leva-nos a retomar o chamamento que fizera o Papa João XXIII a optar por uma Igreja dos pobres, como o manifestou na sua mensagem radiofónica do dia 11 de setembro de 1962: «a Igreja se apresenta como é e como quer ser, como Igreja de todos, e em particular como a Igreja dos pobres». O Papa propunha a conversão da Igreja aos pobres, porém não como um colocar em prática os ensinamentos do magistério social, que era o enfoque tradicional, mas como matéria-prima de sua própria vocação. Este desejo foi partilhado pelos bispos e teólogos que participaram no Concílio, no qual havia um grupo chamado «A Igreja dos pobres», confirmado por mais de cinquenta bispos, que se dedicou a refletir sobre o problema da pobreza e sua relação com a identidade da Igreja desde a perspectiva que envolve a eclesiologia com a cristologia. O Cardeal Gerlier, membro do grupo, sustentava que o tema dos pobres devia ser o eixo transversal em torno do qual todos os outros assuntos deviam girar, o mesmo afirmava o Cardeal Lercaro,

«O dever da Igreja no tempo em que vivemos é adaptar-se com toda a sensibilidade que possa à situação criada pelo sofrimento de tanta gente e pela ilusão, que favorecem algumas aparências, e que tende a fazer crer que não é o que mais preocupa à Igreja [...] Se não me equivoco, no creio que isso tenha sido previsto, ao menos diretamente, no programa do Concílio. Como queira, a eficácia de nosso trabalho tem muito a ver com este

---

<sup>85</sup> Gustavo Gutierrez, *Líneas pastorales de la Iglesia en América Latina* (Lima: Centro de Estudios y Publicaciones (CEP) – Instituto Bartolomé de las Casas (IBC), 2021), 66, 978-612-4260-80-3.

problema. [...] Se não examinamos e nem estudamos isto, tudo o mais corre o perigo de não servir para nada [...] Que falta ainda no Concílio além disto: a consciência explícita que isto, de certo modo, é o elemento de síntese, o ponto de explicação e de coerência de todos os argumentos considerados até agora e de todo o trabalho que temos que realizar».<sup>86</sup>

Este espírito está explanado em vários documentos conciliares. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, estabelece uma belíssima analogia entre a práxis de Jesus e a da Igreja, mostrando como a relação de Jesus com os pobres deve ser a norma e o eixo para a compreensão da identidade e da missão da Igreja e que esta deve ir ao encontro dos aflitos:

«Cristo foi enviado pelo Pai “para trazer a Boa Nova para os pobres (...) para curar os corações destruídos” (Lc 4,18) [...] A Igreja, igualmente, envolve com afeto a todos os afligidos pela debilidade humana; mais ainda, sabe reconhecer nos pobres e nos que sofrem à imagem de seu fundador pobre e sofredor, esforça-se por aliviar a indigência e quer servir neles a Cristo». (LG8)

Na *Gaudium et Spes* é afirmada esta preferência solidária de Lucas para com os mais pobres e vulneráveis da sociedade. No número 1 afirma-se que «os gozos e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de nosso tempo, sobretudo dos pobres e de quantos sofrem, são por sua vez gozos e esperanças, tristezas e angústias dos discípulos de Cristo». (GS1)

Reconhece-se que se trata de uma opção que é própria de toda a Tradição da Igreja:

« [...]é este o sentir dos Padres e dos doutores da Igreja, os quais ensinaram que os homens estão obrigados a ajudar os pobres, e por certo não só com os bens supérfluos. Quem se encontra em situação de necessidade extrema tem o direito de tomar da riqueza alheia o necessário para si. Havendo, como há tantos oprimidos atualmente pela fome no mundo, o sagrado Concílio urge a todos, particulares e autoridades, a que, levem em conta aquela frase dos Padres: ‘Alimenta ao que morre de fome, porque, se não o alimentas, o matas; segundo as próprias possibilidades, comuniquem e ofereçam realmente seus bens, ajudando em primeiro lugar os pobres, tanto indivíduos como povos, a que possam ajudar-se e se desenvolverem por si mesmos». (GS69)

O Pacto das Catacumbas assinado por cerca de 40 bispos conciliares no dia 16 de novembro de 1965, quando o Concílio Vaticano II já se aproximava do seu fim, nas catacumbas de Santa Domitila (neste mesmo local, por ocasião do Sínodo da Amazônia, foi também assinado um pacto semelhante, que seguia a mesma linha). É um documento em que expressavam o seu compromisso pessoal com os ideais do Concílio: viver um estilo de vida simples e a exercer o seu ministério pastoral de acordo com critérios evangélicos. O Pacto das Catacumbas é, sem dúvida, um compromisso pessoal de cada um daqueles bispos, mas é também, simultaneamente, um desafio para toda a Igreja e um instrumento para aferir a sua fidelidade

---

<sup>86</sup> Giuseppe Alberigo, *Historia del Concilio Vaticano II*, vol. Tomo II (Salamanca: Sigueme, 2002), 197–98.

ao Evangelho. É um documento em que se faz uma referência mais direta à intervenção política que a Igreja e os seus pastores devem ter junto dos que mais sofrem,

«Cônscios das exigências da justiça e da caridade, e das suas relações mútuas, procuraremos transformar as obras de "beneficência" em obras sociais baseadas na caridade e na justiça, que levam em conta todos e todas as exigências, como um humilde serviço dos organismos públicos competentes».<sup>87</sup>

A opção preferencial pelos pobres passa a ser o ponto essencial da vivência da Igreja e da sua actividade apostólica e é um dos pontos que nossa prática docente devemos ter em atenção e motivar os nossos alunos para se abrirem e colocarem em prática essa opção.

### 3.2.2. O Papa Paulo VI

Esta mensagem de renovação eclesial tem um impulso importante com o Papa Paulo VI, através da *Populorum Progressio* (1967), que tem como pano de fundo o drama da pobreza de milhões de pessoas e a sua exclusão na participação de bens de primeira necessidade como a comida, a habitação e a educação. O Papa procura discernir a história à luz de realidades e processos históricos favoráveis às condições de vida mais humanas que deviam ser promovidas, recusando as menos humanas. Expressa Paulo VI:

«Menos humanas: as carências materiais dos que estão privados do mínimo vital e as carências morais dos que estão mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras que provem do abuso do ter ou do abuso do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações mais humanas: o remontar-se da miséria à posse do necessário, as vitórias sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: o aumento na consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito de pobreza (Mt 5, 3), a cooperação no bem comum, a vontade de paz». (PP21)

A encíclica de Paulo VI representou o colocar em ação o chamamento que fizera o Concílio da Igreja se inserir na sociedade e oferecer «um sentido mais humano ao homem, a sua história» (GS40), uma «sadia socialização civil e económica» (GS42), a fim de edificar «a convivência fraterna entre as pessoas e os povos» (GS89). O sujeito da ação eclesial não é dado, pois, por indivíduos isolados, mas pelas relações sociais nas quais vivemos e que qualificam ou não às pessoas na sua dignidade humana. O compromisso de Paulo VI para com os mais pobres ficou claro durante sua viagem apostólica a Bogotá:

---

<sup>87</sup> «Pacto das Catacumbas», Pacto das Catacumbas, acedido 12 de janeiro de 2022, [https://www.missiology.org.br/wp-content/uploads/cms\\_documentos\\_pdf\\_15.pdf](https://www.missiology.org.br/wp-content/uploads/cms_documentos_pdf_15.pdf).

«[...] devemos favorecer todo esforço honesto para promover a renovação e a elevação dos pobres e de quantos vivem em condições de inferioridade humana e social. Nós não podemos ser solidários com sistemas e estruturas que encobrem e favorecem graves e opressoras desigualdades entre as classes e os cidadãos de um mesmo país, sem pôr em prática um plano efetivo para remediar as condições insuportáveis de inferioridade que frequentemente sofre a população menos pudente».<sup>88</sup>

A razão desta opção eclesial não se encontra no ativismo social ou na participação político-partidária, mas no seguimento da mensagem de Jesus transmitida aos seus discípulos e que chegou até nós através da Igreja e que deve ser o sinal orientador da participação dos crentes na sociedade.

### **3.2.3. A influência dos encontros sul americanos nos últimos 50 anos da DSI**

A atual DSI em relação à sua missão no mundo e que o Papa atual, Francisco, procura transmitir tem muita relação com os encontros promovidos pelo episcopado sul americano. Um desses encontros acontece já em 1968 com a realização da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Medellín.

Em Medellín há uma reflexão profunda sobre as condições de vida da sociedade humana e como ponto de partida tem a percepção de que as condições de vida menos humanas são fruto de «estruturas de pecado» que não permitem criar condições de vida dignas para todos, mas para uns poucos, e que afetam especialmente as grandes maiorias que são os pobres. Medellín distingue três tipos de pobreza: a pobreza material como carência de bens, a pobreza espiritual como atitude de disponibilidade a Deus e a pobreza solidária como compromisso de identificação com os necessitados. As três se fundam no seguimento de Cristo. (Medellín, Pobreza 4) Coloca-se como centro o ser humano e a sua dignidade e denunciam-se os sistemas que instrumentalizam o sujeito humano convertendo-o em objeto:

«[...]o sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista pareceram esgotar em nosso continente as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. Os dois sistemas atentam contra a dignidade da pessoa humana; pois um tem como pressuposto a primazia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro; o outro, ainda a que ideologicamente sustenha um humanismo, visa bem mais o homem coletivo,

---

<sup>88</sup> Papa Paulo VI, «Peregrinación apostólica a Bogotá. Santa Misa para los campesinos colombianos. Homilía del Santo Padre Pablo VI. Viernes 23 de agosto de 1968.», Peregrinación apostólica a Bogotá. Santa Misa para los campesinos colombianos. Homilía del Santo Padre Pablo VI. Viernes 23 de agosto de 1968., acedido 12 de janeiro de 2022, [https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/homilies/1968/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19680823.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680823.html).

e na prática se traduz em uma concentração totalitária do poder do Estado». (Medellín 1,10)

Esta conferência fez uma proposta integral, de libertação e desenvolvimento do ser humano, chamando à integração e colaboração concertada entre indivíduos, grupos e associações sociais intermediárias, e membros dos setores político-econômicos. Apostou-se numa Igreja «autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e audazmente comprometida na libertação do homem todo e de todos os homens». (Medellín 5, 15)

O fato principal de Medellín foi ter explicitado que a Igreja deve assumir a sua responsabilidade histórica com voz própria na sociedade e com uma proposta de sentido dirigida principalmente para os pobres e marginalizados. Impõe-se a necessidade de procurar uma Igreja que tratasse os demais como sujeitos corresponsáveis nesse mesmo caminho, assumindo o lugar da realidade popular como instância de revelação de Deus; uma Igreja que não só carregasse e levasse os pobres, mas que fosse carregada e evangelizada por eles.

Esta visão de Medellín foi refletida, em 1969, no Documento conclusivo da II Assembleia Extraordinária do Episcopado Argentino reunido em São Miguel, onde se propõe uma Igreja pobre que não só viva a pobreza espiritual ou o desprendimento interior em relação aos bens materiais, mas que assuma a pobreza voluntária; isto é, que renuncie aos privilégios, luxos e títulos honoríficos e oriente a administração dos bens em função das exigências pastorais dos mais pobres colocando à disposição pessoas e estruturas que lhes sirvam. (Cf. Sam Miguel 1969).

Em São Miguel assume-se o caminho da cultura popular como núcleo ético-mítico que se deve preservar nos povos para libertá-los de toda a influência externa capaz de ideologizá-los. A opção pelos pobres passaria, então, pela preservação da cultura popular e pela sua promoção. Noções como salvação, promoção humana e evangelização são lidas assim desde uma dinâmica libertadora, de tal modo que,

«como a vocação suprema do homem é uma só: a divina, a missão da Igreja é também uma só: salvar integralmente o homem. Em consequência a evangelização, compreende necessariamente todo o campo da promoção humana. É, pois, nosso dever trabalhar pela libertação total do homem e iluminar o processo de mudança das estruturas injustas e opressoras geradas pelo pecado. A libertação deverá realizar-se, pois, em todos os setores em que haja opressão: o jurídico, o político, o cultural, o econômico e o social». (Sam Migue)

Como parte da opção pelos pobres, em Sam Miguel, os bispos assumiram novos campos de inserção pastoral entre os quais cabe mencionar o jurídico, o político, o econômico e o social. O anúncio do Evangelho devia ir até a assunção da cultura local em toda a sua complexidade,

porque evangelizar significa inserir-se no conjunto de vivências valorativas - e de ausências próprias e características de um povo para transformá-las desde adentro.

Esta relação entre fé, cultura e libertação será aprofundada na III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano reunida em Puebla em 1979. Aqui se reafirma «o amor preferencial e a solicitude pelos pobres e necessitados» (Puebla382) e «a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, com vistas a sua libertação integral». (Puebla11134)

Tem como pano de fundo o reconhecimento de que o fato maior que se levanta como um escândalo para o cristão é a pobreza,

«Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo, a situação de inumana pobreza em que vivem milhões de latino-americanos expressa, por exemplo, na mortalidade infantil, falta de moradia adequada, problemas de saúde, salários de fome, desemprego, subemprego, desnutrição, instabilidade laboral, migrações massivas, forçadas e desamparadas». (Puebla29)

A pobreza «é o produto de situações e estruturas económicas, sociais e políticas». (Puebla30)

Teologicamente, a pobreza que não é querida por Deus, é contrária ao seu plano criador, representa um «pecado social» (Puebla28) que contradiz a fé cristã, já que viver a fé não é somente uma relação com Deus mas é também uma relação com o irmão. (Puebla31)

Fiel à tradição cristã, Puebla exerce o discernimento da realidade a partir dos ensinamentos de Jesus. Nos pobres vemos «rostos muito concretos, onde deveríamos reconhecer os traços sofredores de Cristo. Esta é a razão pela qual «se convida a todos sem distinção de classes, a aceitar e assumir a causa dos pobres, como se estivessem aceitando e assumindo a própria causa, a causa mesma de Cristo». (Puebla3)

Neste contexto afirma-se que uma Igreja para os pobres está chamada a ser também ela uma Igreja pobre a fim de «ser cada dia mais independente dos poderes do mundo, e assim dispor de um amplo espaço de liberdade que lhe permita cumprir seu trabalho apostólico sem interferências». (Puebla144)

Só a partir desta liberdade que o não ansiar por bens materiais e pelo poder é que a Igreja terá a autoridade para pedir a «mudança necessária das estruturas sociais, políticas e económicas» (Puebla1155) com o objetivo de «ajudar o homem a passar de situações menos humanas a mais humanas». (Puebla90)

A V Conferência Geral do Episcopado da América Latina, da qual foi redactor o Papa Francisco, realizada em Aparecida, no ano de 2007, demonstra uma linha de continuidade de pensamento em relação aos encontros anteriores e com a DSI ao reafirmar a opção

preferencial pelos pobres, a partir da «fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza». (Aparecida392)

Para explicar o sentido de nossa necessidade de entrega ao pobre, Aparecida vem reafirmar que tudo aquilo que tenha a ver com Cristo, tem que ver com os pobres e tudo o que está relacionado com os pobres se refere a Jesus Cristo, «Os cristãos, como discípulos e missionários, estamos chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles». (Aparecida393)

É a partir da visão pela opção pelos pobres como uma opção fundamental que se define a identidade e a missão do cristão na sua totalidade, é uma opção a partir da qual se vê toda a realidade e se atua em consequência dessa visualização. Dai que,

«de nossa fé em Cristo brota também a solidariedade como atitude permanente de encontro, fraternidade e serviço, que há de manifestar-se em opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos, e no permanente acompanhamento em seus esforços para serem sujeitos de mudança e transformação de sua situação». (Aparecida394)

Na missão à qual os cristãos são chamados a cumprir e a realizar na sua vida há um pedido específico, «nos pede dedicar tempo aos pobres, prestar-lhes uma amável atenção, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos mais difíceis, elegendo-os para compartilhar horas, semanas ou anos de nossa vida, e buscando, a partir deles, a transformação de situação». (Aparecida397)

O cristão deve estar apto a deixar-se evangelizar por eles, já que os pobres «dão-nos testemunho de fé, paciência no sofrimento e na luta constante para continuar vivendo. Quantas vezes os pobres e os que sofrem realmente nos evangelizam!». (Aparecida257)

A conferência vem dizer-nos que devemos estar atentos aos responsáveis pelas políticas públicas e pela direção da sociedade,

«A opção preferencial pelos pobres exige que prestemos especial atenção àqueles profissionais católicos que são responsáveis pelas finanças das nações, as quais fomentam o emprego, os políticos que devem criar as condições para o desenvolvimento econômico dos países, a fim de dar-lhes orientações éticas coerentes com sua fé». (Aparecida395)

e chama todos os cristãos a combater a exclusão, porque esta nova época deixa ver que:

«já não estamos simplesmente diante do fenómeno da exploração e da opressão, mas de algo novo: a exclusão social. Com ela fica afetada em sua própria raiz a pertença à sociedade na qual se vive, pois já não se está abaixo, na periferia ou sem poder, mas que se está fora. Os excluídos não são somente explorados, mas sobranes e descartáveis». (Aparecida95)

### 3.2.4.O contributo do Papa Francisco

Francisco, a partir das conclusões de Aparecida, refere que aquilo que está mal na sociedade não é um simples modelo ou gestão, mas o próprio sistema ou a sua figura dominante que absolutiza a dimensão financeira e consumista. É um sistema que apesar de criar uma riqueza maior a nível global, o faz às custas de gerar os níveis mais altos de iniquidade económica e exclusão social na história da humanidade; um sistema que vai contra do projecto do Reino pregado por Jesus, «Existe um sistema que continua negando a milhões de irmãos os mais elementares direitos económicos, sociais e culturais. Esse sistema atenta contra o projecto de Jesus»<sup>89</sup> e converte o mercado num culto e os sujeitos em escravos do consumo, provocando uma crise da própria subjectividade humana (Cf. EG55). Hoje em dia, o pobre não só é o que não tem, mas o que não tem como ter, ficando sem possibilidades de atingir um desenvolvimento social,

«E isto pode acontecer por duas causas: «ou por falta de desenvolvimento humano, por escasso desenvolvimento de suas capacidades; ou por causa estrutural que está na base da noção dialética de pobreza: a estrutura da propriedade e a estrutura produtiva e sociopolítica impedem que os pobres como conjunto social saiam da pobreza, apesar de que trabalham muito e bem».<sup>90</sup>

Este modelo que o Papa Francisco refletiu em Aparecida será aprofundado na Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, onde expressa uma resistência às tentativas de privatizar a religião, afastando-a dos espaços públicos,

«Por conseguinte, ninguém pode exigir-nos que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos. Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis e da Beata Teresa de Calcutá?». (EG183)

Francisco propõe um afastamento duma fé meramente devocionista e sentimental e com carácter individualista, «Há certo cristianismo feito de devoções – próprio duma vivência individual e sentimental da fé – que, na realidade, não corresponde a uma autêntica “piedade popular”» (EG70 e a deixar de se perceber a mentalidade social da Igreja como algo meramente assistencialista,

---

<sup>89</sup> Papa Francisco, «Participação no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre.», Participação no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre., acedido 22 de janeiro de 2022, [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco\\_20150709\\_bolivia-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html).

<sup>90</sup> Francisco, «Participação no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre.».

«Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo». (EG204)

O cristianismo deve recuperar o seu caminho de encontro com o evangelho para poder ir ao encontro dos pobres com um «novo discurso de credibilidade» (EG132). É necessário «viver o fundo humano» (EG75) do cristianismo que consiste na vivência duma relação fraterna com o outro. Francisco propõe que se realize uma reconstrução dos vínculos sociais e económicos através da fraternidade entre as pessoas e os povos.

Além da influência visível das conferências latino-americanas nesta visão do Papa Francisco, encontramos também plasmado o apelo do Papa João XXIII,

«É evidente, portanto, que assim a solidariedade humana universal como o sentimento da fraternidade cristã exigem, de maneira absoluta, que os povos prestem entre si ativa e variada ajuda mútua, da qual se seguirá não só um mais fácil intercambio de bens, capitais e homens, mas além de uma redução das desigualdades que existem entre as diversas nações» (MM155),

Seguido pelo Concílio Vaticano II,

«Cooperem com gosto e de coração os cristãos na edificação da ordem internacional com na observância autêntica das legítimas liberdades e a amistosa fraternidade com todos, tanto mais quanto que a maior parte da humanidade sofre todavia tão grandes necessidades» (GS88),

E pelo Papa Paulo VI que resume essa opção da seguinte forma:

«este dever concerne em primeiro lugar aos mais favorecidos. Suas obrigações têm suas raízes na fraternidade humana e sobrenatural e se apresentam sob um triple aspecto: dever de solidariedade, na ajuda que as nações ricas devem levar aos países em vias de desenvolvimento; dever de justiça social, redirecionando as relações comerciais defeituosas entre os povos fortes e débeis; dever de caridade universal, pôr a promoção de um mundo mais humano em função de todos, onde todos possam que dar e receber, sem que o progresso de uns seja um obstáculo para o desenvolvimento dos outros». (PP44)

A prática da fraternidade passa ser entendida como uma «tarefa evangelizadora que implica e exige uma promoção integral de cada ser humano» (EG182). A promoção de melhores condições de vida deixa de ser um assunto opcional ou privado de alguns grupos no interior da Igreja, mas deve ser uma missão de todos os cristãos já que Deus nos chama a nos entregarmos ao irmão que entrega nas nossas mãos, já que:

«o mistério de Deus consiste em seu desígnio de comunicar-se e revelar-se ao homem, porém também, de dar-nos ao outro, ao irmão. No mistério de Deus está implicada sua vontade: que o outro, o próximo, encontre uma presença e uma manifestação em mim, por conseguinte, que eu o descubra e, em alguma forma, me converta ao irmão».<sup>91</sup>

Deus vem solicitar-nos que nos convertamos ao irmão. O cristão além do contato com a realidade dos pobres e do seu modo de vida deve reconhecê-los como irmãos no seguimento de Jesus. Tem que deixar de olhar para o pobre como alguém que necessita apenas duma ajuda material, mas que olhemos o outro como irmão e que essa opção se converta no eixo que configura todas as opções pessoais, sociais, económicas e religiosas que iremos realizando ao longo da nossa vida.

Para Francisco esta opção a que somos chamados leva-nos a discernir a sociedade em que nos movemos e vivemos como um lugar onde se revelam os sinais da presença de Deus (GS11). O cristão é chamado, para viver plenamente a sua missão, a pensar na realidade que nos rodeia e não a olhar apenas para a tradição, o magistério e os textos sagrados. Para vivermos plenamente a nossa fé como cristãos devemos seguir os passos de Jesus que vai ao encontro dos pobres na sua realidade diária e é aí que lhes oferece palavras de esperança e gestos de cura. Entender esta opção implica sair da nossa zona de conforto e irmos ao encontro dos locais onde vivem os excluídos e os rejeitados da sociedade. Este sair para ir ao encontro implica uma conversão da nossa vida, o conhecer a realidade em que vive o nosso irmão e afastar-nos do sistema dominante atual que exclui muitas pessoas e procura esconder a realidade e as condições em que vivem. Numa entrevista concedida a António Spadaro. Francisco explica a razão dessa opção,

«Não adianta estar no centro de uma esfera. Para entender, devemos “nos descolocar”, ver a realidade desde outros pontos de vista diferentes. Temos que nos habituar a pensar. Faço muito seguidamente referência a uma carta do padre Pedro Arrupe que foi Geral da Companhia de Jesus. Era uma carta dirigida aos Centros de Investigação e Ação Social (CIAS). Nesta carta, o padre Arrupe falava da pobreza e dizia que é necessário um tempo de contato real com os pobres. Para mim isto é realmente importante: é necessário conhecer a realidade por experiência, dedicando um tempo para ir à periferia para conhecer de verdade a realidade e o vivido pelo povo. Se isto não ocorre, então, corre-se o risco de ser ideólogos abstratos ou fundamentalistas, e isto não é sadio».<sup>92</sup>

A pregação do Evangelho deve ter em conta esta preocupação pelos locais onde os pobres vivem e quais são as suas condições de vida já que só assim poderá entender o mundo em que

---

<sup>91</sup> Virginia Azcuy, Carlos Galli, e Marcelo Gonzalez, *Escritos teológico-pastorales de Lucio Gera. 1: del preconcilio a la Conferencia de Puebla (1956-1981)* (Buenos Aires: Agape Libros, 2006), 356.

<sup>92</sup> Antonio Spadaro, «Despierten al mundo.», *Despierten al mundo.*, 4, acedido 22 de janeiro de 2022, [http://www.confar.org.ar/descargas/textos/despierten\\_al\\_mundo.pdf](http://www.confar.org.ar/descargas/textos/despierten_al_mundo.pdf).

vivemos e que se procura cuidar, «Sem a opção preferencial pelos mais pobres o anúncio do Evangelho corre o risco de ser incompreendido ou de afogar-se no mar de palavras» (EG199). Francisco vem defender que é necessário ir até às periferias para entender o mundo atual:

«as grandes mudanças da história realizam-se quando a realidade é vista não desde o centro, mas desde a periferia. É uma questão hermenêutica: se compreende a realidade somente se ela é vista desde a periferia, e não se nosso olhar for desde um centro equidistante de tudo».<sup>93</sup>

O cristão não deve olhar o pobre como alguém inferior, mas deve ter uma atuação horizontal e tratá-lo como alguém igual,

«Nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; o que o espírito mobiliza não é um estorvo ativista, mas antes de tudo uma atenção positiva no outro considerando-o como a si mesmo. Esta atenção amante é o início de uma verdadeira preocupação por sua pessoa, a partir da qual desejo buscar efetivamente seu bem». (EG199)

Esta opção deve levar a uma alteração na nossa orientação de vida e tendo em conta que tudo aquilo que fazemos seja em função do outro. O magistério de Francisco propõe que a instituição eclesial reconheça, assuma e promova processos, inclusive de pessoas e grupos não cristãos, que tenham uma finalidade humanizadora da sociedade e caminhem em contraciclo no que toca à direção dominante do atual mundo globalizado. Um dos modos mais explícitos para mediar esta visão é o que Francisco pôs em prática ao acompanhar e promover movimentos sociais que lideram processos históricos.

«Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou álibis. Nem sequer estão à espera de braços cruzados da ajuda de Ong's, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam, ou que, se chegam, fazem-no de maneira a ir na direção de anestésiar ou domesticar, o que é bastante perigoso. Vós sentis que os pobres não esperam mais e querem ser protagonistas; organizam-se, estudam, trabalham, exigem e sobretudo praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer».<sup>94</sup>

Estes movimentos revelam que «os pobres não só padecem por causa da injustiça, mas que também lutam contra ela e «o dever da Igreja, na fidelidade para com o Reino de Deus, está em acompanhá-los adequadamente em seu caminho de libertação» (EG199). A Igreja deve colaborar com as pessoas que queiram combater a situação atual de desprezo pelos habitantes

---

<sup>93</sup> Spadaro, «Despierten al mundo.», 3-17

<sup>94</sup> Papa Francisco, «Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos movimentos populares», Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos movimentos populares, acedido 12 de janeiro de 2022, [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco\\_20141028\\_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html).

das periferias e uma colaboração importante acontece com os chamados movimentos populares. Enfim, «a Igreja não pode nem deve estar alheia a este processo de anúncio do Evangelho» porque a «colaboração respeitosa com os movimentos populares pode potenciar os esforços e fortalecer os processos de mudança».<sup>95</sup> Esses movimentos ensinam-nos que a Igreja deve estar ao serviço de todos e não só dos que pertencem ou professam a fé dentro da Igreja, já que falar duma cultura de encontro não se limita a reunir os que já pertencem ao rebanho e a fazer proselitismo perante os outros. No I Encontro Mundial de Movimentos Populares, Francisco expressou o seguinte:

«sei que entre vocês há pessoas de distintas religiões, ofícios, ideias, culturas, países, continentes. Hoje estão praticando aqui a cultura do encontro, tão distinta da xenofobia, da discriminação e a intolerância que tantas vezes vemos. Entre os excluídos se dá esse encontro de culturas onde o conjunto não anula a particularidade».<sup>96</sup>

A Igreja na sua missão de evangelizadora e de integração das pessoas nos seus próprios grupos (as pessoas que professam a fé proposta pela Igreja), não deve esquecer também o seu papel social. A Igreja deve assumir o mundo secular como um local onde se vive como povo de Deus no meio dum mundo que está afastado da Igreja. A Igreja deve aprender a dar resposta aos sinais dos tempos e não apenas às suas necessidades ou interesses, «Sem ir realmente às periferias, as boas propostas e projetos ficam no reino das ideias».<sup>97</sup> A Igreja atual não se deve preocupar em ocupar novos espaços, mas ir ao encontro das pessoas e conhecer como elas vivem,

A opção é por gerar processos e não por ocupar espaços. Cada um de nós não é mais que parte de um todo complexo e diverso interagindo no tempo: povos que lutam por uma significação, por um destino, por viver com dignidade, por bem viver.<sup>98</sup>

Para o Papa João XXIII, em *Pacem in Terris*, a Igreja integrou na sua missão a promoção dos trabalhadores e da mulher, a descolonização e a paz entre os povos, para o Papa Francisco a Igreja deve denunciar os efeitos discriionários do mundo globalizado e propor um mundo mais humano.

Ao fazer-se pobre e dos pobres, a Igreja já não deve olhar desde o distanciamento da sua situação cómoda perante as realidades injustas, mas sim desde a proximidade de quem segue o Messias dos pobres e partilha a sua vida e esperança com eles. É a partir de um modelo de Igreja pobre e para os pobres, que Francisco nos recorda que a salvação se atinge com as

---

<sup>95</sup> Francisco, «Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares».

<sup>96</sup> Francisco, «Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares».

<sup>97</sup> Francisco, «Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares».

<sup>98</sup> Papa Francisco, «Participação no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre».

nossas ações concretas para ajudar os economicamente pobres e os socioculturalmente excluídos porque a vocação cristã se enraíza no chamamento a «não esquecer nunca os pobres» (Gal 2,10). Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica ou filosófica,

«Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus “manifesta a sua misericórdia antes de mais” a eles. Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem “os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus” (Fl 2, 5). Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*, entendida como uma “forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja”». (EG198)

Com a eleição do Papa Francisco podemos afirmar que a missão da Igreja passa por cuidar da fraternidade e da casa comum, abrindo-se um manancial de novas oportunidades na relação entre a Igreja e o mundo com a sua preocupação pelos mais pobres dos pobres. É um convite a realizar esta missão que o Papa faz a todos os crentes.

O Papa na sua encíclica *Fratelli Tutti* dirige-se a todas as pessoas e ao mundo inteiro, abalado pela pandemia e dilacerado por flagelos como as guerras e a pobreza. Ele exorta-nos a agir juntos, para «Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade» (FT8). Ainda no mesmo número da encíclica escreve «Sonhemos como uma só humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos». Diante de várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, o convite do Pontífice é «reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite às palavras» (FT6). O Papa exorta a abrir caminhos de fraternidade, a «ir além das distâncias devidas à origem, nacionalidade, cor ou religião» (FT96).

O Papa Francisco refere que os políticos podem dar uma importante contribuição para a construção de uma sociedade melhor. Mas essa habilidade degenera quando esses líderes a utilizam para manipular e enganar o povo (FT159). Se a força desses políticos não é obrigatoriamente um defeito, a fragilidade das instituições sempre é problemática. Caberia a elas manter, ao longo do tempo, as boas políticas públicas e corrigir as más; garantir que os corruptos não usem o poder de forma criminoso e interesseira; manter o equilíbrio entre os diferentes atores políticos; evitar os autoritarismos. Quando as instituições políticas são fracas, o Estado torna-se ineficiente, os corruptos prosperam, os autoritários impõem-se, os fracos e os pobres sofrem ainda mais. Por isso, é importante a existência daquilo que o Papa

Francisco apelidou de política melhor, «Pelo contrário, precisamos duma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise» (FT177).

Existe um caminho para a construção dessa “política melhor”. Pode ser mais lento do que gostaríamos (Cf. FT195-196), pois é feito de pequenas conquistas que vão se somando, mais do que de transformações súbitas (que frequentemente se revelam enganosas). É um caminho lento já que o Papa, sob os nomes de «populismos» e «liberalismos», agrupa os desvirtuamentos da política, que impedem o que ele chama de «mundo diferente» (FT154). O populismo é a degradação da noção de povo, que é benéfica, pois congrega, dá identidade, noção de pertença, e faz de um agrupamento humano mais do que a soma dos seus indivíduos (Cf. FT156-158). O populismo acontece quando a cultura do povo é instrumentalizada, política ou economicamente, por um líder que não visa conseguir que a organização da sociedade assegure trabalho a todos (Cf. FT159-162).

Esse caminho, na reflexão do Papa, baseia-se numa aposta, pessoal e coletiva, na possibilidade do amor orientar a política. Nesse sentido, é uma proposta eminentemente ética. Imbuídas de uma verdadeira «caridade social e política», colocando-nos lado a lado, em busca do bem comum, tendo em vista sobretudo os que mais sofrem, os pobres e os últimos, ao longo do tempo faremos a diferença e deve ser este ponto que, como docentes, devemos propor que os nossos alunos pratiquem no seu dia-a-dia. No caminho proposto por Francisco, esse amor político tem duas passagens obrigatórias: a primeira é o compromisso com os últimos, com os que mais sofrem. É olhando para eles – e não para os nossos interesses e convicções – que descobrimos as formas de construir o bem comum e de realizarmos a nossa própria humanidade. A segunda passagem é a do diálogo, acreditamos que o bem triunfa pela eliminação de nossos adversários, mas o bem só pode triunfar no diálogo e no encontro entre todos. É preciso subordinar toda a técnica política à dignidade humana, o que não se alcança de modo espontâneo, mas requer muito esforço através da conversão do coração (FT166).

O Papa Francisco está consciente da má reputação que a política tem em muitos países e procura reabilitá-la, porque «é uma vocação altíssima, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum» (FT180). «A política é mais nobre do que a aparência, o marketing, as diferentes formas de maquilhagem mediática» (FT197). «O político é operoso, é um construtor com grandes objetivos, com olhar amplo, realista e pragmático, inclusive para além do seu próprio país» (FT188).

Para Francisco, a política é operativa, por isso é preciso insistir na política: «É caridade se alguém ajuda outra pessoa fornecendo-lhe comida, mas o político cria-lhe um emprego,

exercendo uma forma sublime de caridade que enobrece a sua ação política» (FT186). A política é um trabalho generoso e paciente, voltado mais para objetivos elevados do que para resultados imediatos. Por isso, «a vida política autêntica, que se funda no direito e num diálogo leal entre os sujeitos, renova-se com a convicção de que cada mulher, cada homem e cada geração encerram em si uma promessa que pode irradiar novas energias relacionais, intelectuais, culturais e espirituais» (FT196).

O Papa Francisco convida os católicos e todas as pessoas de boa vontade a movimentar-se contra a corrente da sociedade, que põe a produtividade como critério de tudo, também para qualificar a pessoa. Em poucas palavras, educa-se para o mercado, não para a solidariedade. O mercado tem como interesse a satisfação das necessidades das pessoas mais abastadas. No modo de mercado do pensar e agir, ficam de fora atitudes como gratuidade e solidariedade com os mais fracos, os pobres, os da periferia. O Papa propõe um novo caminho, o renascimento da fraternidade e amizade social, mas quer que a resposta dada não seja apenas de palavras, mas também de acção (Cf. FT6). As nossas aulas devem incluir o sentido social da existência, a dimensão fraterna, a convicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos (Cf. FT86).

A partir desta ideia devemos ter a consciência de que não é fácil ser jovem hoje em dia. Ainda recentemente, o documento final<sup>99</sup> do Sínodo dos Bispos sobre os jovens, ocorrido em Outubro de 2018, apresenta-nos os anseios dos jovens: os jovens têm o desejo profundo de ser ouvidos, reconhecidos, acompanhados, mas muitos sentem por experiência que a sua voz não é considerada; por vezes predomina a tendência a oferecer aos jovens respostas pré-fabricadas e receitas prontas, sem deixar sobressair as perguntas juvenis na sua novidade, nem entender a sua provocação; cresce a incerteza quanto ao futuro e os grandes problemas das sociedades contemporâneas configuram-se como uma ameaça que se tornará sempre mais pesada se estas não aceitarem uma conversão dos seus modelos: pense-se nas mutações climáticas e na emergência ecológica; o tempo atual navega numa indefinição acerca do bem comum, do valor sagrado da vida e de um projeto social capaz de englobar a todos; é impossível não ver as consequências da ditadura da indiferença e do descarte que sub-repticiamente marca as transações sociais, onde ninguém tem tempo para ninguém; amplia-se o desenraizamento familiar, cultural e religioso experimentado com maior gravidade entre os jovens; avoluma-se no horizonte o impacto sempre maior da inteligência artificial a condicionar os comportamentos humanos; é sempre mais visível a ambiguidade da *web* e das redes sociais

---

<sup>99</sup> «Sínodo dos Bispos. XV Assembleia Geral Ordinária. Os Jovens, A Fé e o Discernimento Vocacional. Documento Final.», 2018, [https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20181027\\_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20181027_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani_po.html).

que constituem uma extraordinária via de acesso à informação e ao conhecimento, tal como de encontro e intercâmbio entre as pessoas, mas que são também um território de solidão e manipulação, que afasta os jovens do contacto com a realidade concreta, impedindo frequentemente o desenvolvimento de relações interpessoais autênticas; torna-se gritante o drama do desemprego, do emprego precário e da emigração que afeta hoje tantos jovens; há uma distorção dos valores éticos numa cultura como a hodierna que, em tantos âmbitos, deixou de colocar no seu centro uma visão integral da pessoa humana; dissemina-se a falta de razões de esperança e de sentido e os jovens sentem-se não raro perdidos num mundo líquido, sem pontos de referência, um mundo em derrapagem que tem como programa a satisfação imediata, em vez de ajudar a construir uma felicidade duradoura; os jovens hoje olham com receio e inquietação um presente histórico que parece não ter grande lugar para eles.

É a este mundo juvenil que as aulas de EMRC se dirigem e que é preciso inculcar que são amados e que o seu projecto de vida deve implicar a sua felicidade, a sua realização plena e que esta se alcança lutando pelos seus direitos e integrando-se na sociedade que os rodeia, através da sua acção. As aulas de EMRC devem ser um sinal para os jovens de hoje, já que é necessário a existência de sinais que confirmem e consolidem a acção dos jovens no mundo actual. Ao mesmo tempo que as aulas são um sinal, devem impregnar nos jovens que nela participam a ideia de que são também sinal, uma esperança que o mundo não pode ignorar.

O Papa na Exortação Apostólica *Christus vivit* afirma o seguinte:

«Jovens, não renunciéis ao melhor da vossa juventude, não fiquéis a observar a vida da sacada. Não confundais a felicidade com um sofá nem passeis toda a vossa vida diante dum visor. E tão-pouco vos reduzais ao triste espetáculo dum veículo abandonado. Não sejais carros estacionados, mas deixai brotar os sonhos e tomai decisões. Ainda que vos enganeis, arriscaí. Não sobrevivais com a alma anestesiada, nem olheis o mundo como se fôsseis turistas. Fazei-vos ouvir! Lançai fora os medos que vos paralisam, para não vos tornardes jovens mumificados. Vivei! Entregai-vos ao melhor da vida! Abri as portas da gaiola e saí a voar! Por favor, não vos aposenteis antes do tempo». (ChV143)

Do desenvolvimento da nossa prática lectiva deve ficar bem evidente a ideia de que na paisagem do mundo atual os jovens são chamados a ser um sinal, a representar a condição de uma pergunta, a serem sal e fermento na massa, credíveis sentinelas da aurora.

#### 4. A EMRC e a expressão política na escola - Proposta Pedagógica

O Papa Francisco encontra-se convencido de que a *caritas*, entendida na expressão sobrenatural que já analisamos, poderá formar uma nova mentalidade político-social que ajude a superar a dicotomia absoluta entre economia e bem-comum,

«A política, tão denegrada, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. Temos de nos convencer que a caridade “é o princípio não só das micro-relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macro-relações como relacionamentos sociais, económicos, políticos”.» (EG205),

o serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da Igreja e expressão inabdicável da sua essência (Cf. EG179) ao mesmo tempo que é um dever absoluto (Cf. EG177). O pontífice pretende dar-nos pontos de partida para sermos sinal numa sociedade que vive, segundo ele, escravizada por uma mentalidade individualista, indiferente e egoísta, de modo a que todos os indivíduos adotem um estilo de vida mais humano, nobre e fecundo que dignifique a passagem de todos pelo planeta. (Cf. EG177-210)

Para a Igreja, esse mundo globalizado, capitalista, materialista e individualista tem hoje, mais do que nunca, necessidade de uma profunda renovação cultural. Um tal desejo só pode ser resolvido pela colaboração de todas as forças sociais. Contudo, a Igreja nunca poderá deixar de tomar parte desse processo. A caridade é, especialmente desde a *Rerum Novarum*, o seu contributo definitivo oferecendo uma visão do mais além que a razão, a técnica e a mera compaixão não são capazes de dar. A *caritas* torna-se, então, num princípio fundamental para um mundo que cada vez mais se unifica e que, por consequência, torna os indivíduos mais dependentes uns dos outros. Assim sendo, apenas quando as diversas partes do corpo social se sentirem, intimamente, como membros de uma só família, como irmãos será possível perseguir aquele desenvolvimento humano integral que tem como seu critério orientador a força propulsora da caridade.

Como vimos nos capítulos anteriores, a política é uma atividade humana indispensável ao seu próprio desenvolvimento, permitindo a aquisição de competências, as quais ajudam o ser humano a atingir o Bem Comum. A política faz parte da história da humanidade desde os tempos mais remotos, ajudando o ser humano nas suas atividades, moldando o ambiente e o meio social em que se vive. A escola deveria ser mais do que apenas a transmissão de saberes de gerações para gerações. Esta deveria ter a missão de sensibilizar os alunos a refletirem sobre o mundo que os envolve, levando-os a transmitir as suas emoções, desejos e ideias através de atividades que envolvam a experiência de vida em sociedade.

O professor deve estar aberto ao aluno e a comprometer-se inteiramente na situação pedagógica, levando ao desenvolvimento e estabelecimento de relações autênticas e dinâmicas, onde existe consideração pelo outro, aceitando-o e respeitando-o tal como é, com as suas aptidões e com as suas dificuldades. Deve colocar os alunos em face de problemas que tenham significado para eles. A relação do professor com os alunos deve ser um processo de interação recíproca, não se esquecendo que é uma personalidade que influencia outros, motivando e desencadeando a aprendizagem. O professor deve ter

«conhecimento e respeito pelas necessidades emocionais dos alunos. Entusiasmo pelo processo de ensino – aprendizagem. Poder de transmissão de conhecimentos. Conhecimento das fraquezas e necessidades de cada aluno. Segurança no lidar com os educandos. Curiosidade pessoal. Capacidade de organização».<sup>100</sup>

Atendendo às finalidades da disciplina de EMRC e o seu papel na tarefa global da Escola, é importante evitar que as aulas de EMRC se tornem apenas momentos de transmissão de conteúdos intelectuais mas deve-se procurar criar espaços de criatividade, onde se possa pensar e sentir, e que os alunos apreendam algo que possam levar para a sua vida. Nesta perspetiva o tema da política presente na EMRC, para além de uma legibilidade da realidade e de uma construção identitária, pode ser um grande aliado pedagógico, tanto para o contato com o mundo, como para a experiência religiosa. Assim, com a exploração do “mundo da política”, nas aulas de EMRC, pretende-se ir mais além do que uma mera definição de conceitos e conhecimentos de realidades diferentes mas a possibilidade duma construção em conjunto de atividades que envolvam o jovem aluno e que o leve a sentir que tem um papel importante no mundo que o rodeia. Procurando encontrar quais as formas e os modos na qual a política pode ser utilizada enquanto caminho/ponte para aceder aos conteúdos programáticos da disciplina de EMRC, propõe-se aqui uma atividade pedagógica na qual a análise e exploração do Amor ao outro está presente e em que os jovens sejam sinal, símbolo para as outras pessoas. Essa actividade será a construção de um grupo de voluntariado que permanecerá no futuro e que tem por base tudo aquilo que foi reflectido neste relatório que é o trabalho em comum, devido ao fato de se entender que a pessoa não é um ser isolado, mas que vive em comunidade, que tem um certo tipo de intervenção, de participação na vida comunitária, tendo como fundamento a procura do Bem Comum que tanto está explícito na Política como na Missão da Igreja. É importante, como educador, fazer que os alunos entendam que é importante que estejam atentos à sociedade, aos seus problemas e que após

---

<sup>100</sup> Evaristo Fernandes, *Psicologia da adolescência e da relação educativa* (Porto: Edições ASA, 1990), 197.

uma análise dos mesmos intervenham de forma ativa e empenhada na procura de soluções para os mesmos.

#### **4.1. O voluntariado**

Partimos da conceção do voluntariado como o conjunto de acções, de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas (Cf. Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro)

Não são consideradas actuações voluntárias ainda que, desinteressadas, todas aquelas que tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.

O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora. A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da Lei.

Os voluntários devem comprometer-se a realizar a sua missão de forma correta; devem ter acesso a uma formação inicial e contínua; obter declaração que certifique o trabalho desenvolvido como voluntário; desenvolver um trabalho de acordo com os seus conhecimentos, experiências e motivações; receber apoio no desempenho do seu trabalho com acompanhamento e avaliação técnica; ter um ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança; participar nas decisões que dizem respeito ao seu trabalho.

Para com os destinatários do seu trabalho devem: respeitar a vida privada e a dignidade da pessoa; respeitar as convicções ideológicas, religiosas e culturais; guardar sigilo sobre assuntos confidenciais; usar de bom senso na resolução de assuntos imprevistos, informando os respectivos responsáveis; atuar de forma gratuita e desinteressada, sem esperar contrapartidas e compensações patrimoniais; contribuir para o desenvolvimento pessoal e integral do destinatário.

Para com a organização promotora: observar os princípios e normas inerentes à actividade, em função dos domínios em que se insere; conhecer e respeitar estatutos e funcionamento da

organização, bem como as normas dos respectivos programas e projectos; atuar de forma diligente, isenta e solidária; zelar pela boa utilização dos bens e meios postos ao seu dispor; participar em programas de formação para um melhor desempenho do seu trabalho; garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário; não assumir o papel de representante da organização sem seu conhecimento ou prévia autorização; informar a organização promotora com a maior antecedência possível sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário.

Deve colaborar com os profissionais da organização promotora, potenciando a sua actuação no âmbito de partilha de informação e em função das orientações técnicas; Deve respeitar a dignidade e liberdade dos outros voluntários, reconhecendo-os como pares e valorizando o seu trabalho.

Será constituído um Banco de Voluntariado que visa promover, valorizar e qualificar o voluntariado, e criar condições concretas para o seu exercício. É um projecto integrado que promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado na região envolvente da escola, disponibilizando informação e apoios diversos às organizações e aos voluntários. Terá a sua sede na Escola/agrupamento de Escolas e poderá ser contactado online (será criado, em conjunto com a área de *TIC*, uma página oficial e uma conta de email) ou directamente. Serão objectivos gerais: valorizar e promover o Voluntariado; conciliar a oferta e procura de Voluntariado; sensibilizar os cidadãos e as instituições para o Voluntariado; divulgar projectos e oportunidades de Voluntariado; contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre Voluntariado.

Em termos concretos, propõe-se: aceitar a candidatura de pessoas interessadas em participar em projectos de Voluntariado assim como receber solicitações de voluntários por parte de instituições promotoras de programas/ projectos de Voluntariado; encaminhar os voluntários para instituições promotoras de programas/ projectos de Voluntariado; acompanhar a inserção dos voluntários nas instituições promotoras de programas/ projectos de Voluntariado; promover formação estruturada e contínua a pessoas que desenvolvem ou pretendem desenvolver trabalho voluntário; desenvolver Projectos de Voluntariado; disponibilizar informação e documentação sobre a temática Voluntariado a nível local, regional, nacional e internacional.

Este Banco de Voluntariado destina-se aos voluntários, principalmente aos alunos matriculados em EMRC (que serão os seus fomentadores) estando aberto a toda a comunidade escolar, que pretendam oferecer a sua disponibilidade para participar em projectos de voluntariado; integrar acções de formação nesta área; aprofundar o seu conhecimento sobre

este tema; e informar-se sobre as iniciativas de voluntariado desenvolvidas pelo Banco ou por outras entidades com quem se venha a estabelecer um acordo de parceria. Às organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que promovem ou pretendam promover projectos e programas de voluntariado. A todas as pessoas interessadas sobre o tema voluntariado que queiram recolher informação e documentação sobre o mesmo; e conhecer ou integrar as actividades desenvolvidas pelo Banco.

O Banco funcionará com base em quatro eixos:

- Banco de Dados – Recebe inscrições *online* dos voluntários e das instituições que pretendem acolher voluntários. Após validar, através de contacto pessoal, os elementos submetidos pelos interessados, procede ao registo da informação pesquisável através da base de dados.

Disponibiliza *online* listagens de voluntários e organizações, por áreas de atuação, e outros dados relevantes para facilitar o encontro entre a oferta e a procura de oportunidades de voluntariado.

Procede ao encaminhamento dos voluntários para as diversas instituições, e acompanha o seu desempenho.

O Banco assegura a protecção de dados pessoais.

- Formação – Promove formação estruturada e contínua dirigida a pessoas que desenvolvem ou pretendem desenvolver actividades voluntárias. Realiza workshops, encontros e seminários para troca de experiências e avaliação de resultados. Colabora com as entidades promotoras de programas/projectos de voluntariado na formação dos seus voluntários.

- Projectos – Concebe e desenvolve projectos de voluntariado. Dinamiza actividades estruturadas com voluntários, nomeadamente, vocacionadas para o voluntariado social e de proximidade, voluntariado cultural, ou para o voluntariado empresarial. A filosofia do desenvolvimento destes projectos, centrada na valorização e promoção do voluntariado, assenta na colaboração e parceria com outras entidades que desejem associar-se ao Banco.

- Informação – Disponibiliza *online* bases de dados bibliográficas com registos de artigos, livros, revistas e boletins sobre voluntariado, bem como outro tipo de informação organizada, tal como investigações, documentos técnicos e científicos e a legislação que regula o exercício do voluntariado.

Informa sobre as iniciativas/eventos de destaque local, nacional e internacional, através da disponibilização *online* de uma Agenda.

Este banco de voluntariado será construído e permanecerá em actividade em colaboração com os discentes de EMRC e, posteriormente, com outros que queiram colaborar nas suas actividades.

#### **4.2. Elaborando o projecto de voluntariado**

Para o projecto ter sucesso é essencial que toda a actividade seja planeada e que tenha em conta outras actividades que já existam na escola e que haja troca de experiências com outros grupos de voluntários similares. Só se consegue essa excelência se o projecto for bem estruturado e em que haja motivação para o prosseguimento das diferentes actividades do grupo de voluntariado. Conforme verificamos anteriormente, é importante compreender a realidade que nos rodeia para entendermos o que é necessário colocar em prática.

O grupo terá início pela motivação que o professor de EMRC conseguir inculcar nos alunos de EMRC para a necessidade de fazer parte dum grupo de voluntariado que possa colocar em prática o fim último da missão da Igreja e da política: o Bem Comum. Terá que levar os alunos a penetrarem e a interessarem-se pelos problemas da comunidade, tanto no interior da escola como nas comunidades onde os alunos estão inseridos.

Face a essa motivação a construção do grupo de voluntariado será uma construção colectiva em que cada um conheça o seu papel e saiba como participar. Para iniciar este projecto é importante convocar, convidar, comprometer os alunos num objectivo. Ao iniciarmos o projecto com os alunos teremos que fazer um diagnóstico, isto é, identificar quais são as necessidades reais, aquilo que poderemos realizar enquanto grupo. É igualmente nesta etapa que se realiza o perfil dos participantes, identificando qual será o tempo, o trabalho e capacidades que colocarão à disposição do grupo.

De seguida devemos criar um plano de acção que terá por base respostas a questões orientadoras dum plano: o que é o projecto, porque vamos realizar, executar este projecto, qual o período em que decorrem as actividades, qual o seu prazo, quem é o responsável pela execução, podemos intervir em conjunto com outras instituições, quais são os recursos a alocar ao projecto e qual a área de actuação. Respondendo a estas questões e elaborando o projecto o grupo coloca-o em acção, conforme a reflexão e o planeamento tido anteriormente. Falando em reflexão é importante que esteja presente em todas as etapas do projecto e na acção do grupo, através da troca de impressões e de ideias, pensando sobre o que deu certo e quais foram os impactos das diversas actividades, corrigindo os possíveis erros que

aconteçam, valorizando o que está correto e efectuar as modificações necessárias para que se atinjam os objectivos delineados. É necessário registar o que se vai fazendo para perceber a força, os resultados, as dificuldades e o que se atingiu com o projecto. É importante estabelecer períodos de desenvolvimento dos diversos projectos, já que estes devem ter um início, um desenvolvimento e um fim. Para que haja compromisso dos voluntários é necessário valorizar, estimular e reconhecer acções de voluntariado incentivando à participação futura em novos projectos.

O projecto será criado pela motivação que o professor de EMRC conseguir inculcar nos alunos e estes se sintam chamados a intervir nas diferentes etapas de desenvolvimento do projecto de voluntariado. É importante que consigamos que os alunos aprendam que podem viver de maneira mais simples, que podem sair da sua bolha e que o voluntariado, a preocupação pelo Bem Comum é importante para a construção do seu sentido de vida, para a sua realização pessoal.

O grupo será criado colectivamente, tendo um impulsionador que é o professor de EMRC, mas em que os alunos de EMRC e outros que se sintam chamados a participar têm um papel bastante importante na sua criação. Farão uma análise e reflexão sobre a realidade que os envolve e a partir daí elaborarão um plano em que se estabelece a área ou áreas de intervenção, o que é necessário para a acção e quais as actividades que irão desenvolver. Inicialmente, será o professor o responsável, no entanto, com a criação e estabelecimento dum núcleo duro do grupo será este que estará à frente, tendo cada elemento, uma competência específica. Os alunos de EMRC serão os principais impulsionadores do grupo, com a ajuda do professor de EMRC, e terão como ponto de partida as propostas que a DSI apresenta, principalmente a participação e a sinodalidade.

## Conclusão

Este Relatório é fruto de um percurso que se orientou pela busca dos contributos da Religião e da Política na educação e para a disciplina de EMRC. Para além destas questões, muitas outras foram surgindo ao longo deste percurso educativo, tais como a identidade da disciplina e a importância do ensino religioso nas escolas.

Num mundo completamente secularizado, global, mergulhado numa agitação e num consumismo excessivo, onde os jovens têm o mundo dentro do bolso, com acesso instantâneo a todo o tipo de informação, onde ocorrem diariamente situações de conflito e de injustiça, onde as relações humanas são cada vez mais virtuais. Ajudar os jovens a reflectirem sobre a Política e a Religião, tendo como pano de fundo o fim que lhes é comum: a procura do Bem Comum, é tanto uma enorme importância como é um enorme desafio.

A secularidade como categoria descritiva de um tempo em que a autonomia das esferas seculares, da filosofia às ciências, da arte à cultura, face à religião, surge como um adquirido, tendo emergido, historicamente, como um duro corte umbilical para o religioso que antes tutelava e permeava todos os domínios (do saber), poderia/poderá ser articulada em chave de leitura cristã: a aquiescência ao mundo, com a sua autonomia e liberdade, faz todo o sentido. Sobretudo, se compreendida como espaço onde a explicação religiosa do mundo não é sonogada (e se promove, aliás, um diálogo, frutuoso para o humano, entre os múltiplos apartados onde se abrigam homens e mulheres no seu intenso caminhar).

A separação entre estados e confissões religiosas não pretende erradicar o religioso da esfera pública, mas, bem ao invés, conceber a relação deste com o Estado como colaborativa e dialogante para maior engrandecimento da cidade e seus habitantes já que o número dos que continuam a declarar-se crentes em Deus e a frequentar templos não é negligenciável – há quem creia, embora não vá à Igreja, à Sinagoga ou à Mesquita; e há quem, não crendo, entenda como muito importante a missão das confissões religiosas – pelos valores que defendem, pela dimensão caritativa das mesmas. – e esteja disposto a contribuir para o financiamento dessas mesmas instituições; numa palavra, o pluralismo é a nota dominante, e para se conhecer cada realidade (nacional) seria urgente sofisticar os instrumentos analíticos e realizar meso-teorias (em Portugal, para ilustrar, a invisibilidade pública das religiões, com a sua assídua presença no espaço público e mediático não é uma característica que se possa afirmar sem mais).

A arguição de que o cristão não se devia meter na *res publica* conhece múltiplos argumentos, mas conhece profunda refutação. E obriga a uma crítica cristã sobre a sociedade em que se

inscreve. No entanto há uma obrigação do cristão participar na cidade. É certo que neste instante histórico parece recair sobre os cristãos o ónus de demonstrar que o acesso ao areópago não lhes pode ser vedado. Recusar a confissão religiosa na esfera pública é ignorar, outrossim, quanto ela foi decisiva na formação de identidades nacionais.

Compreendidos os termos em que a laicidade deveria balizar-se e de que modo se pode conceber a realidade como secular e globalizada (a Ocidente); escutadas as objecções à participação do cristão na *polis*, e expostas as razões para a sua presença na *ágora* é importante beber os ensinamentos da DSI que, desde a *Rerum Novarum*, vem introduzindo na consciência de muitos a necessidade de proteger, socialmente, os mais desfavorecidos.

O magistério da Igreja reitera a urgência da caridade que olhe o outro nos olhos e o faça sua responsabilidade; a missão de o não deixar só e lhe levar palavra e afago indeclinável e que haja uma forma de regular a globalização que, tendo retirado milhões da pobreza, criou graves desigualdades no interior das nações. A DSI recentra a importância do Estado, apela ao Bem Comum como motivação humana (para lá do interesse pessoal), regista a responsabilidade social das empresas, repele a ideologia da tecnocracia e uma ética não amiga da pessoa, reclama uma ética da gratuidade, critica o aumento das desigualdades sociais. A educação propõe-se entregar às gerações que a frequentam a cultura acumulada pelos que as precederam, conferindo sentido às experiências inscritas em cada quotidiano.

Na etapa em que nos encontramos, há um tesouro de discussão acerca do fórum público que acreditávamos (e acreditamos) ser fulcral atender, perceber em plenitude, para que cada cidade possa ter um quadro de riqueza de razões que a não torne estreita, mas livre, própria de pessoas livres. Não se trata de obrigar a cidade, por argumentos irrefutáveis, a escutar a nossa voz, mas bem melhor, de nos obrigar a dar razões da nossa razão crente cristã na cidade.

Se a disciplina de EMRC tem um contributo próprio a dar à educação, ela não pode deixar de contemplar, justamente, a formação de cidadãos enformados por uma motivação capaz de robustecer as suas opções e escolhas – tanto pessoais, como políticas. A ignorância do religioso, deve dizer-se, servia tanto os interesses daqueles que preferiam vias laicistas, num secularismo redutor, como os acomodados que no interior de uma confissão religiosa se sentiam tentados a convencer apenas os convencidos, não se exigindo (a si mesmos) um aprofundamento das matérias para as quais a expressão pública de uma fé reclama textura densa. A preocupação com a história, com a encarnação de um modo de interpretar o mundo, implica a atenção, permanente, ao que se joga nas opções para a vida colectiva. O tempo é de exigência, as mentalidades são holísticas, as palavras, como “direitos humanos” ou “dignidade” só não são banais se conhecermos o seu suporte. Acumulando, não sem motivos,

um capital de queixa relativamente ao estatuto (que lhe é) conferido desde fora, a disciplina de EMRC está, pois, perante o desafio de se impor pela qualidade como serve os que a procuram, ancorados numa *traditio*, criativamente articulada a partir das raízes, que floresceu – e que cremos poder voltar a florescer – no espaço que habitamos. A disciplina deve dar chaves para proporcionar aos alunos a possibilidade de compreender o encontro com Deus, com o religioso, que implica igualmente sensibilizar para a alteridade e para a capacidade de assumir compromissos com o mundo. Em contexto escolar os conteúdos da fé não subsistem por si como verdades alternativas ou concordantes com as restantes áreas do saber. Torna-se, por isso, necessário criar então uma via que seja eficaz para os apresentar e compreender.

Tendo isto presente é importante reflectir no papel da política neste processo de transmissão religiosa e cultural. Devemos compreender a política como um fenómeno que envolve todo o ser humano e não apenas os intervenientes na política visível (os políticos profissionais), através do qual o ser humano experimenta a sua situação e se converte ao Amor ao próximo. A política surge assim como um universo intimamente ligado e próximo da religião já que partilham a procura do Bem Comum. Através da qual é possível apontar um sentido na descoberta de novos mundos, de novas culturas e de novas experiências religiosas e sociais. A educação pela política ajuda no desenvolvimento reflexivo, crítico e criativo, amplia o conhecimento e as formas de aprender e ver a realidade de diferentes ângulos e actuar nela. Assim a disciplina de EMRC pode ver na política uma preciosa ajuda, tanto na sua capacidade de ser símbolo, na sua capacidade de transmitir e educar, como também na sua capacidade de interpelar para assim os encaminhar na compreensão da experiência religiosa. A prática do voluntariado surge como uma possível via de transmissão religiosa no contexto escolar, mais concretamente, nos itinerários formativos de EMRC.

No final deste Relatório, há que referir que este trabalho constituiu um elemento essencial na nossa formação, pois é através do processo de acção e reflexão tendo como pano de fundo as nossas práticas que as mesmas poderão ser melhoradas e tornarem-se significativas no futuro, aspeto que virá a refletir-se nas aprendizagens dos nossos futuros alunos. Este no fundo é o objetivo de todo este Relatório – ajudar a enriquecer o Programa de EMRC que se desenvolve a favor dos alunos.

Reflectindo sobre o trabalho que agora termina surgem na minha mente duas questões que devem merecer e merecerão a minha atenção e investigação pessoal no futuro. A primeira prende-se com o pendor confessional da disciplina e levar-me-á a investigar se o Programa de EMRC incide mais na dimensão religiosa ou na dimensão confessional católica. Move-me a certeza adquirida ao longo deste percurso de que a disciplina deve estar aberta a todas as

sensibilidades já que uma maioria dos nossos alunos não é praticante e existem mesmo alguns que não acreditam nos pressupostos em que se baseia a religião. A segunda questão prende-se com a cooperação possível entre a EMRC e a Estratégia de Educação para a Cidadania. Quero aferir quais os pontos de contacto com o programa de EMRC. Em última instância, gostaria de certificar-me da imprescindibilidade da EMRC no currículo. Em suma, pelo presente trabalho foi-me possível constatar que a dimensão religiosa é uma das competências fundamentais para os alunos do século XXI, sobretudo para que estes possam ler e entender o património cultural em que estão inseridos, dialogar de forma assertiva com as culturas diferentes e contribuir para que o mundo seja cada vez mais um lugar solidário, democrático e pacífico.

## Bibliografia

### Documentos do Magistério da Igreja

- Bento XVI, Papa. «Carta Encíclica Caritas in veritate». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20090629\\_caritas-in-veritate.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html).
- Catecismo da Igreja Católica*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.
- CEA. «Documento de San Miguel: declaración del Episcopado Argentino Sobre la adaptación a la realidad actual del país, de las conclusiones de la II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano (Medellín)», 1969. <https://www.familiasecnacional.org.ar/wp-content/uploads/2017/08/1969-ConclusionesMedellin.pdf>.
- CELAM. «Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe». Documento de Aparecida Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Acedido 22 de janeiro de 2022. [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf).
- CEP. *A Igreja na sociedade democrática*. Documentos 2/2000. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 2000.
- . *Carta Pastoral: Responsabilidade solidária pelo Bem Comum*. Vol. 3. Coleção Documentos 2003. Lisboa: SNEC, 2003.
- Concílio Ecuménico Vaticano II. Documentos conciliares e pontifícios*. 11.<sup>a</sup> ed. Vol. 1. 12 vols. Coleção «Documentos Conciliares» 1. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1992.
- Congregação para o Clero. *Directório Geral da Catequese*. Lisboa: SNEC, 1997.
- «Constituição Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html).
- «Documento de Puebla. III Conferencia General del episcopado latinoamericano.» Acedido 22 de janeiro de 2022. [https://www.celam.org/documentos/Documento\\_Conclusivo\\_Puebla.pdf](https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Puebla.pdf).
- Documentos finais de Medellin. «Documentos Finais de Medellin. I - Justiça». Acedido 12 de janeiro de 2022. <https://www.ensayistas.org/critica/liberacion/medellin/medellin3.htm>.
- Documentos Finais de Medellin. V - A juventude. «Documentos Finais de Medellin. V - A juventude.», sem data. <https://www.ensayistas.org/critica/liberacion/medellin/medellin7.htm>.
- Documentos Finais de Medellin. XIV - A pobreza da Igreja. «Documentos Finais de Medellin. XIV - A pobreza da Igreja». Acedido 22 de janeiro de 2022. <https://www.ensayistas.org/critica/liberacion/medellin/medellin16.htm>.
- Francisco, Papa. «Exortação Apostólica Evangelii Gaudium». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html).
- . *Fratelli Tutti*. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 2020.
- . *Laudato Si. Sobre o cuidado da casa comum*. Lisboa: Paulus Editora, 2015.
- . *Querida Amazônia*. Prior Velho: Editora Paulinas, 2020.
- João Paulo II, Papa. «Carta Encíclica Centesimus Annus». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html).

- , «Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_30121987\\_sollicitudo-rei-socialis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html).
- , «Exortação Apostólica pós-sinodal Ecclesia in America». Acedido 23 de julho de 2021. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_22011999\\_ecclesia-in-america.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america.html).
- João XXIII, Papa. «Carta Encíclica Mater et Magistra». Acedido 22 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html).
- . «Carta Encíclica Pacem in Terris». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html).
- Paulo VI, Papa. «Carta Encíclica Populorum Progressio». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html).
- . «Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo actual». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html).
- Pontifício Conselho Justiça e Paz. «Compêndio da Doutrina Social da Igreja». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html).
- «Sínodo dos Bispos. XV Assembleia Geral Ordinária. Os Jovens, a Fé e o Discernimento Vocacional. Documento Final», Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20181027\\_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20181027_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani_po.html).
- Pio XI, Papa. «Carta Encíclica Quadragesimo Anno». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html).
- «V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida, 13-31 de maio de 2007. Documento Final». Acedido 22 de janeiro de 2022. [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf).

## Estudos e monografias e outros Documentos

- Agrupamento de Escolas Monte da Lua. «Projeto Educativo». Projeto Educativo. Acedido 2 de janeiro de 2022. [https://agml-my.sharepoint.com/personal/site\\_agml\\_agml\\_pt/\\_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023%2F2020%2D2023%20PEA%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023&ga=1](https://agml-my.sharepoint.com/personal/site_agml_agml_pt/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023%2F2020%2D2023%20PEA%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fsite%5Fagml%5Fagml%5Fpt%2FDocuments%2FReposit%C3%B3rio%20de%20documentos%2FA%29%20Documentos%20estruturantes%2Fa%29%20Projeto%20Educativo%2F2020%2D2023&ga=1).
- Alberigo, Giuseppe. *Historia del Concilio Vaticano II*. Vol. Tomo II. Salamanca: Sigueme, 2002.
- Ambrosio, Juan. «Finalidades, Domínios de Aprendizagem e Metas Curriculares. Programa de EMRC, edição de 2014». *Pastoral Catequética*, 2015.
- Angel, Calvo. *Para comprender la sociedad del hombre moderno. Del aula a la comunidad de fe*. Estella - Navarra: Verbo Divino, 1995.
- Arends, Richard. *Aprender a ensinar*. Lisboa: McGrawHill, 2008.
- Azcuy, Virginia, Carlos Galli, e Marcelo Gonzalez. *Escritos teologico-pastorales de Lucio Gera. 1: del preconcilio a la Conferencia de Puebla (1956-1981)*. Buenos Aires: Agape Libros, 2006.
- Balthasar, Hans, e Luigi Giussani. *O compromisso do cristão no mundo*. Teologia de fronteira 4. Prior Velho: Paulinas Editora, 2019.
- Bastian, Jean Pierre. *La mutación religiosa en América Latina. Para una sociología del cambio social en la modernidad periférica*. Mexico: Fondo de cultura económica, 1997.
- Beck, Ulrich. «Teoria de la modernidad reflexiva». Em *Las consecuencias de la modernidad*, 223–65. Barcelona: Anthropos, 1996.
- Benzi, Guido. «Un unica carne (Nen 2,24). La creazione dell'uomo e della donna e la loro reciprocità». Em *Identità e differenza sessuale. Il gender e la teologia*. NBSR 57. Roma: LAS, 2018.
- Berger, Peter. «La secularización y el pluralismo». Em *Una gloria lejana*, 39–64. Barcelona: Herder, 1993.
- . *Para una teoría sociológica de la religión*. Barcelona: Kairós, 1981.
- Browning, John, Spencer Reiss, e Roberto Blanco. *Claves de la nueva economía*. Bilbao: APD, 2000.
- Caputo, John. «El poder subjuntivo de Dios». *Revista internacional de Teología Concilium*, março de 2020.
- Carrillo, Juan. *Globalización y orden internacional*. 2.<sup>a</sup> ed. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.
- Carvalho, Cristina. «A construção da identidade na adolescência». *Pastoral Catequética*, 2019.

- . *Curso Geral de Catequistas - Psicologia*. Lisboa: SNEC, 2004.
- . «Pressupostos epistemológicos e pedagógicos do desenvolvimento curricular em Educação Moral e Religiosa católica, edição 2014». *Pastoral Catequética*, 2015.
- Casanova, Jose. «Dimensiones públicas de la religión en las modernas sociedades occidentales». *Iglesia Viva: revista de pensamiento cristiano*, outubro de 1995.
- Catroga, Fernando. *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*. Lisboa: Almedina, 2010.
- Cavalcanti, Robinson. *Cristianismo e Política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2002.
- CEA. «Documento de San Miguel: declaración del Episcopado Argentino Sobre la adaptación a la realidad actual del país, de las conclusiones de la II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano (Medellín)», 1969. <https://www.familiasecnacional.org.ar/wp-content/uploads/2017/08/1969-ConclusionesMedellin.pdf>.
- CELAM. «Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe». Documento de Aparecida Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Acedido 22 de janeiro de 2022. [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf).
- CEP. *A Igreja na sociedade democrática*. Documentos 2/2000. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, 2000.
- . *Carta Pastoral: Responsabilidade solidária pelo Bem Comum*. Vol. 3. Coleção Documentos 2003. Lisboa: SNEC, 2003.
- Chitas, Paulo. *A escola*. Retratos da Fundação 10. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.
- Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé. «Educar - propor o caminho para uma vida plena». *Pastoral Catequética*, 2016.
- Cortina, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- Costa, Helena. «Religiosidade nas gerações Y e Z. Alguns contributos e perguntas para reflexão». *Pastoral Catequética*, 2019.
- Coutinho, José. *Religião em Portugal. Análise sociológica*. Lisboa: ICS, 2020.
- Cullmann, Oscar. *Estudios de teología bíblica*. Madrid: Studium, 1973.
- De la Dehesa, Guillermo. *Comprender la globalización*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- Dias, José. *Educar é amar. Para o pacto educativo global do Papa Francisco*. Apelação: Paulus Editora, 2021.
- Dobbelaere, Karel. *Secularización: un concepto multidimensional*. Mexico: Universidade Iberoamericana, 1994.
- Duque, Eduardo. «O tempo do nosso tempo: consciência e alienação». *Pastoral Catequética*, 2019.
- Duque, João. «Sobre a educação integral do ser humano». *Pastoral Catequética* 26 (agosto de 2013): 20.
- Durkheim, Emile. *Las formas elementales de la vida religiosa*. Madrid: Universidad Iberoamericana, 1982.
- Felipe. *Educar pela conquista e pela fé*. 18.<sup>a</sup> ed. Lorena/SP: Cléofas, 2018.
- Fernandes, Evaristo. *Psicologia da adolescência e da relação educativa*. Porto: Edições ASA, 1990.
- Ferreres, Jose. «Resurgimiento religioso versus secularización». *Gaceta de Antropología*, junho de 1998. <http://dx.doi.org/10.30827/Digibug.7541>.
- Foyer, Dominique. «Evolução da relação com a temporalidade e dificuldades de transmissão». *Pastoral Catequética*, 2018 de 2017.

- Francisco, Papa. «Celebração eucarística para a Abertura do Sínodo sobre a sinodalidade. Homilia do Papa Francisco.» Celebração eucarística para a Abertura do Sínodo sobre a sinodalidade. Homilia do Papa Francisco. Acedido 12 de janeiro de 2022. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/20211010-omelia-sinodo-vescovi.html>.
- . «Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos movimentos populares». Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos movimentos populares. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco\\_20141028\\_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html).
- . «Exortação apostólica Evangelii Gaudium». Exortação apostólica Evangelii Gaudium. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html).
- . *Fratelli Tutti*. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 2020.
- . «Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz». Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 54º. Dia Mundial da Paz. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco\\_20201208\\_messaggio-54giornatamondiale-pace2021.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20201208_messaggio-54giornatamondiale-pace2021.html).
- . «PARTICIPAÇÃO AO II ENCONTRO MUNDIAL DOS MOVIMENTOS POPULARES. DISCURSO DO SANTO PADRE.» PARTICIPAÇÃO AO II ENCONTRO MUNDIAL DOS MOVIMENTOS POPULARES. DISCURSO DO SANTO PADRE., 2015. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco\\_20150709\\_bolivia-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html).
- . «Participação no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre.» Participação no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares. Discurso do Santo Padre. Acedido 22 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco\\_20150709\\_bolivia-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html).
- . «Viagem a Lampedusa (Itália). Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios. Homilia do Santo Padre Francisco.» Viagem a Lampedusa (Itália). Santa Missa pelas vítimas dos naufrágios. Homilia do Santo Padre Francisco. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco\\_20130708\\_omelia-lampedusa.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html).
- Frestons, Paul. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, Minas Gerais: Editora Ultimato, 2006.
- García, Abilio. «Aportación específica de la enseñanza de la religión». *Sinite*, 1998.
- García, Jesús. *Horizontes de espiritualidad para los jóvenes en Europa*. Roma: Universidad Pontificia Salesiana, sem data.
- Giddens, Anthony. *Consecuencias de la modernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- . *En el límite*. Barcelona: Busquets editores, 2001.
- Giles, James. *Bases bíblicas de la ética*. 8.ª ed. EL paso: CBP, 2004.
- Gray, John. *Falso amanecer: Los engaños del capitalismo global*. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 2000.
- Guinote, Paulo. *Quando as escolas fecharam. Cadernos da pandemia*. Retratos da Fundação 53. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Satos, 2021.
- Gutierrez, Gustavo. *Líneas pastorales de la Iglesia en América Latina*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones (CEP) – Instituto Bartolomé de las Casas (IBC), 2021. 978-612-4260-80-3.

- Habermas, Jürgen. «Fe Y saber». Acedido 2 de janeiro de 2022. [https://www.mercaba.org/ARTICULOS/D/debate\\_Habermas\\_Ratzinger.htm#Fe%20y%20Saber](https://www.mercaba.org/ARTICULOS/D/debate_Habermas_Ratzinger.htm#Fe%20y%20Saber).
- . «Fundamentos morales prepolíticos del estado liberal». Acedido 2 de janeiro de 2022. [https://www.almendron.com/politica/pdf/2005/reflexion/reflexion\\_0648.pdf](https://www.almendron.com/politica/pdf/2005/reflexion/reflexion_0648.pdf).
- . «Modernidad un proyecto incompleto». Em *El debat modernidad postmodernidad*. Buenos aires: Punto Sur, 1989.
- Haker, Hille. «De la nueva teología política a una ética política crítica». *Revista internacional de Teología Concilium*, junho de 2020.
- Hervieu-Leger, Danièle. «Secularizacion y modernidad religiosa». *Selecciones de teología*, 1987.
- Jalali, Carlos. *Partidos e sistemas partidários*. Ensaio da Fundação 74. Lisboa: ndação Francisco Manuel dos Santos, 2017.
- João Paulo II, Papa. «Carta Encíclica Centesimus Annus». Carta Encíclica Centesimus Annus. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html).
- . «Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis». Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_30121987\\_sollicitudo-rei-socialis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html).
- Joao Paulo II, Papa. «Exortação Apostólica Ecclesia in America». Exortação Apostólica Ecclesia in America. Acedido 23 de julho de 2021. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_22011999\\_ecclesia-in-america.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america.html).
- João XXIII, Papa. «Carta Encíclica Mater et Magistra». Carta Encíclica Mater et Magistra. Acedido 22 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html).
- . «Carta Encíclica Pacem in Terris». Carta Encíclica Pacem in Terris. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_11041963\\_pacem.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html).
- Kerkhofs, Jan. «Perspetivas ou tendências da educação na Europa». *O contributo do ensino religioso para a tarefa educativa escolar na Europa no limiar do 3º milénio: VIII Fórum Europeu do ensino religioso escolar*, Ensino Religioso Escolar, 2 (1998): 76.
- Kreutzer, Ansgar. «Discursivo, socioeconómicamente sensible y performativo. Formas de presencia de un cristianismo político-público». *Revista internacional de Teología Concilium*, junho de 2020.
- Langlois, José. *Doutrina Social da Igreja*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1990.
- «Lei de Bases do sistema Educativo». Acedido 2 de janeiro de 2022. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/46-1986-222418>.
- Lopes, Fátima. «Educação Moral e Religiosa Católica e Ensino Secundário». *Ensino Religioso Escolar* 2 (1998).
- Lourenço, João. «Dimensão profética da EMRC. A escola, o docente, o educando. Sinais proféticos da EMRC». *Pastoral Catequética*, 2015.
- Luckmann, Thomas. «Religi3n y condici3n social de la conciencia moderna». Em *Raz3n, 3tica y politica: el conflicto de las sociedades modernas*, 87–108. Barcelona: Anthropos, 1989.
- Maier, Martin, e José Pablo. «Pistas para la esperanza en Europa». *Sal Terrae. Revista de teologia pastoral*, março de 2020.
- Mardones, Jose. *Para comprender las nuevas formas de la religi3n*. Estella: Verbo Divino, 1994.
- Maritain, Jacques. *Christianisme et d3mocratie*. Paris: Descl3e De Brouwer, 2005.
- Marques, Silvestre. «Proteção social na Doutrina Social da Igreja». *Eborensia*, 1998.

- Martins, Guilherme, Carlos Gomes, Joana Brocardo, José Pedroso, José Carrillo, Luisa Silva, Maria Encarnação, et al. «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.» Perfil dos alunos, 2017. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto\\_Autonomia\\_e\\_Flexibilidade/perfil\\_dos\\_alunos.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf).
- Mcluhan, Marshall. *La aldea global*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1993.
- Moraes, Maria, Jossé Pacheco, e Maria Evangelista. *Formação de professores. Perspectivas educacionais e curriculares*. Coleção Currículo, Política e Práticas 19. Porto: Porto Editora, 2003.
- Mouzinho, António, Francesca Caena, e Javier Valle. *Formação de professores: tendências e desafios*. 1.ª ed. Questões-chave de educação 15. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.
- Nunes, Tomás. «O lugar do ensino religioso escolar no sistema educativo». *Revista Pastoral Catequética*, 2011.
- Pacto das Catacumbas. «Pacto das Catacumbas». Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.missilogia.org.br/wp-content/uploads/cms\\_documentos\\_pdf\\_15.pdf](https://www.missilogia.org.br/wp-content/uploads/cms_documentos_pdf_15.pdf).
- Pais, José. «Principais traços da sociedade europeia e a situação dos jovens nela». *O contributo do ensino religioso para a tarefa educativa escolar na Europa no limiar do 3.º milénio: VIII Fórum do ensino religioso escolar*, Ensino religioso escolar, 2 (1998): 52.
- Papa Francisco. *Laudato Si. Sobre o cuidado da casa comum*. Lisboa: Paulus Editora, 2015.
- Para Francisco. *Querida Amazônia*. Prior Velho: Editora Paulinas, 2020.
- Paulo VI, Papa. «Carta Encíclica Populorum Progressio». Carta Encíclica Populorum Progressio. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_26031967\\_populorum.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html).
- . «Constituição Pastoral Gaudium et Spes». Constituição Pastoral Gaudium et Spes. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html).
- . «Peregrinación apostólica a Bogotá. Santa Misa para los campesinos colombianos. Homilía del Santo Padre Pablo VI. Viernes 23 de agosto de 1968.» Peregrinación apostólica a Bogotá. Santa Misa para los campesinos colombianos. Homilía del Santo Padre Pablo VI. Viernes 23 de agosto de 1968. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/homilies/1968/documents/hf\\_p-vi\\_hom\\_19680823.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680823.html).
- Pinheiro, Jorge. *Teología e política: Paul Tillich, Enrique Dussel e a experiência brasileira*. São Paulo: Fonte Editorial, 2006.
- Pio XI, Papa. «Carta Encíclica Quadragesimo Anno». Carta Encíclica Quadragesimo Anno. Acedido 12 de janeiro de 2022. [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadagesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadagesimo-anno.html).
- Policarpo, José. *A Igreja conduzida pela palavra*. Obras Escolhidas 7. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004.
- . *A missão de evangelizar*. Obras Escolhidas 2. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.
- . «Cultura, Escola e Religião». *Pastoral Catequética*, 2015.
- . *Missão na cidade*. Obras Escolhidas 8. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- . *O anúncio da esperança*. Obras escolhidas 3. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.
- Pons, Pascual. *Pedagogía de la fe*. Madrid: San Pio X Ediciones, 1998.
- Pontifício Conselho Justiça e Paz. «Compêndio da Doutrina Social da Igreja.» Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Acedido 12 de janeiro de 2022.

- [https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/justpeace/documents/rc\\_pc\\_justpeace\\_doc\\_20060526\\_compendio-dott-soc\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html).
- Raja, A. Maria. «Empoderamiento de los desempoderados. Miradas a la vida y misión de Jesús». *Revista internacional de Teología Concilium*, junho de 2020.
- Raposo, José. *Ação Socio-caritativa de Dom José do Patrocínio Dias. Bispo de Beja (1922-1965)*. Porto: Edições Salesianas, 2021.
- Ravasi, Gianfranco. *L'uomo della Bibbia*. Bologna: EDB, 2014.
- Reimer, Ivoni, e Haroldo Reimer. «El poder como servicio. Una lectura crítica sobre el poder a partir del Nuevo Testamento». *Revista internacional de Teología Concilium*, junho de 2020.
- Renovação do Pacto das Catacumbas. «Renovação do Pacto das Catacumbas». Acedido 12 de janeiro de 2022. <https://www.missiologia.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Pacto-das-Catacumbas-pela-Casa-Comum.pdf>.
- Robertson, Roland. *Globalization: Social theory and global culture*. Londres: Sage, 1992.
- . *Tres olas de globalización*. Madrid: Alianza Ensayo, 2005.
- Russel, Bertrand. *Ética e política na sociedade humana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- Samper, Ernesto. «Educación y globalización: educación y globalización los desafíos para América Latina». Acedido 2 de janeiro de 2022. [https://www.academia.edu/28990580/Educaci%C3%B3n\\_y\\_Globalizaci%C3%B3n\\_los\\_desaf%C3%ADos\\_para\\_Am%C3%A9rica\\_Latina](https://www.academia.edu/28990580/Educaci%C3%B3n_y_Globalizaci%C3%B3n_los_desaf%C3%ADos_para_Am%C3%A9rica_Latina).
- Schlag, Martin. *Manual da Doutrina Social da Igreja. Um guia para os cristãos no mundo*. 1.<sup>a</sup> ed. Parede: Principia, 2018.
- Schonborn, Christoph. *Cristo na Europa. Uma fecunda interrogação*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2014.
- «Sínodo dos Bispos. XV Assembleia Geral Ordinária. Os Jovens, A Fé e o Discernimento Vocacional. Documento Final.», 2018. [https://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_20181027\\_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20181027_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani_po.html).
- SNEC. *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*. Lisboa: Gráfica Almondina, 2014.
- Spadaro, Antonio. «Despierten al mundo.» Despierten al mundo. Acedido 22 de janeiro de 2022. [http://www.confar.org.ar/descargas/textos/despierten\\_al\\_mundo.pdf](http://www.confar.org.ar/descargas/textos/despierten_al_mundo.pdf).
- . *O sonho do Papa Francisco. Os jovens no coração da Igreja*. 3.<sup>a</sup> ed. Prior Velho: Paulinas Editora, 2014.
- Stiglitz, Joseph. *El malestar en la globalización*. Madrid: Taurus, 2002.
- Teixeira, Alfredo. «Transmissão religiosa, mediação cultural e novas adolescências». *Pastoral Catequética*, 2019.
- Tomlinson, John. *Globalización y cultura*. México: Oxford University Press, 2001.
- Trigo, Pedro. *Echar la suerte con los pobres de la Tierra*. Guadalajara: ITESO, 2013.
- V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Aparecida. 13-31 de maio de 2007. «V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. Aparecida. 13-31 de maio de 2007.» Acedido 22 de janeiro de 2022. [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf).
- Velasco, Juan. *El malestar religioso de nuestra cultura*. Biblioteca de teología 30. Madrid: Paulinas, 1993.
- Vieira, Domingos. *A Igreja face ao nacionalismo*. Épheta 4. Lisboa: Edições Didaskalia - UCP, 1997.
- Vilaça, Isabel, e Vitor Carmona. «Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC». *Pastoral Catequética* 5 (2006): 91.

- Vila-Chã, João. «La interacción entre poder y autoridad. L fuerza del símbolo y el fortalecimiento de la realidad». *Revista internacional de Teología Concilium*, junho de 2020.
- Weber, Max. *El político y el científico*. Madrid: Alianza, 2000.
- Wegner, Ume. «Romanos 13,1-7: Los cristianos y las autoridades. Una lectura sociológica .» *RIBLA. Revista de interpretación bíblica latinoamericana*, 2001.
- Willaime, Jean-Paul. «As condições socioculturais da religião na ultramodernidade contemporânea». Em *Deus ainda tem futuro?* Lisboa: Gradiva, 2014.
- Wilson, Bryan. «The secularization thesis: criticisms and rebuttals». Em *Secularization and social integration. Papers in honor of Karel Dobbelaere*, 45–65. Louvain: Leuven University Press, 1998.